



# Relatório de Actividades 2009

Abril 2010



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças



# Índice

<b>I. Nota Introdutória</b>	<b>04</b>
1. Análise do contexto	04
2. Moldura institucional	05
<b>II. Auto-Avaliação</b>	<b>08</b>
1. Avaliação do cumprimento dos objectivos	08
1.1 QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização	08
1.2 Plano de Actividades	14
2. Avaliação do Sistema de Controlo Interno	15
3. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho	17
4. Análise do QUAR	18
4.1 Objectivos de eficácia	18
4.2 Objectivos de eficiência	18
4.3 Objectivos de qualidade	19
5. Desempenho comparativo/Avaliação	20
5.1 Comparação com o desempenho de serviços idênticos	20
5.2 Avaliação interna	22
5.2.1 Estudo de avaliação da satisfação dos colaboradores	22
5.3 Avaliação externa	24
5.3.1 Inquéritos de satisfação	24
5.3.1.1 SIRIEF	24
5.3.1.2 SIIE	26

<b>6. Actividades desenvolvidas</b>	<b>28</b>
6.1 A DSPE	29
6.2 A DSAF	29
6.3 A DSGFO	30
6.4 A DSGP	30
6.5 A DSATP	30
6.6 A DSRF	31
6.7 O GAC	31
6.8 A DSGR	31
6.9 O GASEPC	32
 <b>III. Recursos Envolvidos</b>	 <b>33</b>
<b>1. Afectação dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos</b>	<b>33</b>
1.1 Recursos humanos	34
1.2 Balanço social	34
1.3 Recursos materiais e financeiros	35
 <b>IV. Avaliação Final</b>	 <b>36</b>
 <b>Anexos</b>	 <b>38</b>
<b>1. Objectivos das Unidades Orgânicas</b>	<b>39</b>
<b>2. Plano de Acção</b>	<b>63</b>
<b>3. Siglas</b>	<b>66</b>
<b>4. Balanço Social</b>	<b>68</b>



# Nota Introdutória

## 1. Análise do contexto

Em cumprimento do estabelecido na alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º, no artigo 15º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 31.º, todos da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro, e na Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 53/2004, de 21 de Abril, o presente relatório sintetiza a actividade da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) no período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2009, identificando os resultados alcançados face aos objectivos e metas assumidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e no Plano de Actividades, os quais, por sua vez, constituem emanação dos objectivos estratégicos do Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP).

Este Relatório constitui, assim, um documento de avaliação da execução global da DGTF relativamente a 2009, que contou com a participação de todas as unidades orgânicas e estrutura multidisciplinar que a integram e foi elaborado de acordo com as linhas de orientação gerais estabelecidas pelo Grupo de Trabalho do Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços – Rede do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEAR) – Documento Técnico n.º 1/2010.

Enquanto serviço central da administração directa do Estado, a DGTF norteou a sua actuação de acordo com as políticas definidas no Programa do Governo, nas Grandes Opções do Plano 2005-2009 e, em particular, na Lei do Orçamento do Estado para 2009 (Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro), bem como na Iniciativa para o Investimento e o Emprego, em cuja implementação desempenhou um papel activo, concretizando, assim, plenamente, a sua missão enquanto agente de intervenção financeira do Estado.

Esta actuação, de carácter transversal a toda a economia, consubstanciou-se na implementação de diversas medidas, designadamente da linha de crédito à habitação no desemprego, vulgo “moratória”, da concessão de garantia do Estado a largas centenas de operações de exportação, da celebração de linhas de crédito de ajuda, igualmente garantidas pelo Estado a Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), da medida Melhoria da Eficiência Energética e de apoio à instalação de quase 18.000 painéis solares, bem como do aprofundamento do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE) e do Programa Pagar a Tempo e Horas. Medidas estas adoptadas em prol da criação de condições para que os diferentes agentes económicos, públicos e privados, ultrapassassem a conjuntura económico-financeira menos favorável então vivida.



## 2. Moldura institucional

### Missão, visão e valores

A missão da DGTF, consagrada na respectiva Lei Orgânica (Decreto Regulamentar n.º 21/2007, de 29 de Março, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 273/2007, de 30 de Julho, e regulamentado pela Portaria n.º 819/2007, de 31 de Julho), consiste em assegurar a efectivação das operações de intervenção financeira do Estado, acompanhar as matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do sector público administrativo e empresarial e da função accionista e assegurar a gestão integrada do património do Estado, bem como a intervenção em operações patrimoniais do sector público.

No que concerne à sua **visão**, a DGTF pretende ser reconhecida pela excelência dos serviços prestados, criando valor na gestão de activos do Estado.

Para realizar a sua missão, a DGTF tem por referência os seguintes valores:

- **Rigor** – Regula a sua actuação com vista a alcançar elevados standards de racionalização de recursos e qualidade dos serviços prestados, por via da introdução de práticas de desburocratização, simplificação, agilização e inovação de procedimentos;
- **Coesão** – Age de forma a criar empatia entre os elementos das equipas, promovendo a entreajuda, a responsabilidade, a solidariedade e a participação de todos em prol dos objectivos comuns;
- **Parcerias** – Age em cooperação e parceria com outras entidades com vista à partilha de informação e à obtenção de sinergias;
- **Responsabilidade** – Actua com total respeito pelas exigências decorrentes do seu posicionamento na Administração Financeira do Estado, tendo como imperativo o estrito cumprimento da lei, suportado por elevados padrões de ética, integridade, equidade e independência;
- **Transparência** – Actua de acordo com procedimentos, critérios e canais de divulgação de informação que assegurem uma prestação de contas clara e acessível.

Sublinha-se que atendendo à importância que o conhecimento da missão, visão e valores assumem, quer para os trabalhadores, quer para os stakeholders da Organização, esta informação encontra-se disponível no portal da DGTF.

### Atribuições

Para realizar a sua missão, a DGTF:

- Controla a emissão e circulação da moeda metálica;
- Administra a carteira de participações do Estado;
- Assegura o estudo, acompanhamento e intervenção nas matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do sector público, administrativo e empresarial e o exercício da função accionista do Estado, nos planos interno e internacional, bem como nas matérias respeitantes ao acompanhamento das parcerias público-privadas e das concessões;
- Concede subsídios, indemnizações compensatórias e bonificações de juros e avalia os resultados da política de apoios financeiros do Estado;
- Efectua e controla as operações activas, a nível interno e internacional;
- Assegura o processo de concessão de garantias do Estado e administra a dívida pública acessória;
- Assegura a gestão financeira de patrimónios autónomos;
- Presta apoio técnico à participação portuguesa nos assuntos relacionados com a União Económica e Monetária e assegura a representação técnica do MFAP em organizações europeias e internacionais em matéria financeira, sem prejuízo das atribuições de orientação geral e estratégica do GPEARL do MFAP;
- Adquire, arrenda, administra e aliena, directa ou indirectamente, os activos patrimoniais do Estado, bem como intervém em actos de gestão de bens;
- Assegura a assunção de passivos de entidades ou organismos do sector público e a regularização de responsabilidades financeiras do Estado ou resultantes de situações do passado;
- Promove a recuperação de créditos do Tesouro.

## Princípios Orientadores da Actividade da DGTf

No desenvolvimento da sua actividade, a DGTf rege-se pelo conjunto de princípios enquadramentos da actuação da Administração Pública, especialmente os que emanam da Constituição da República Portuguesa e do Código do Procedimento Administrativo.

A DGTf pauta-se, igualmente, por um conjunto de princípios caracterizadores da actividade da Administração Pública moderna, como sejam, o aproximar a sua actividade dos seus stakeholders, normalizar processos e procedimentos, qualificar os recursos humanos e promover uma cultura de gestão por objectivos, os quais constituem factores críticos de sucesso das estratégias de actuação delineadas.

Ademais, a DGTf norteia a sua actuação tendo como referência os princípios e os objectivos inerentes à própria missão do MFAP, espelhada na respectiva Lei Orgânica, como sejam a gestão racional e a valorização dos recursos públicos, designadamente recursos humanos, financeiros, patrimoniais e informacionais, a eficiência e equidade na sua obtenção e gestão, a formação e a capacitação de todos aqueles que para eles contribuem e a melhoria dos seus sistemas e processos de organização e gestão.

Ainda neste âmbito, importa não esquecer os princípios inerentes à gestão dos activos financeiros do Estado, enquanto função central desenvolvida pela DGTf, tendo em vista alcançar uma gestão mais eficiente dos recursos públicos e, consequentemente, proporcionar um reforço da eficácia e do rigor.

## Estrutura Orgânica

A orgânica da DGTf consta do Decreto Regulamentar n.º 21/2007, de 29 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 273/2007, de 30 de Julho, e regulamentado pela Portaria n.º 819/2007, de 31 de Julho, que estabelece a estrutura nuclear dos serviços e as competências das suas unidades orgânicas. Assim, nos termos do artigo 1.º da mencionada Portaria n.º 819/2007, a estrutura nuclear da DGTf é a seguinte:

- a) Direcção de Serviços de Participações do Estado (DSPE);
- b) Direcção de Serviços de Apoios Financeiros (DSAF);
- c) Direcção de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental (DSGFO);
- d) Direcção de Serviços de Gestão Patrimonial (DSGP);
- e) Direcção de Serviços de Apoio Técnico Patrimonial (DSATP);
- f) Direcção de Serviços de Regularizações Financeiras (DSRF);
- g) Gabinete de Apoio e Coordenação (GAC);
- h) Direcção de Serviços de Gestão de Recursos (DSGR);
- i) Gabinete de Acompanhamento do Sector Empresarial do Estado, das Parcerias Público-Privadas e das Concessões (GASEPC)<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Equipa multidisciplinar, cuja constituição foi determinada pelo Despacho n.º 936/07-SETF, de 21 de Setembro, iniciou funções na sequência do Despacho n.º 26 153/2007, de 25 de Setembro, do Director-Geral do Tesouro e Finanças.

Nesta conformidade, esquematicamente, a estrutura orgânica da DGTf apresenta-se nos termos do organograma a seguir indicado como Figura 1:

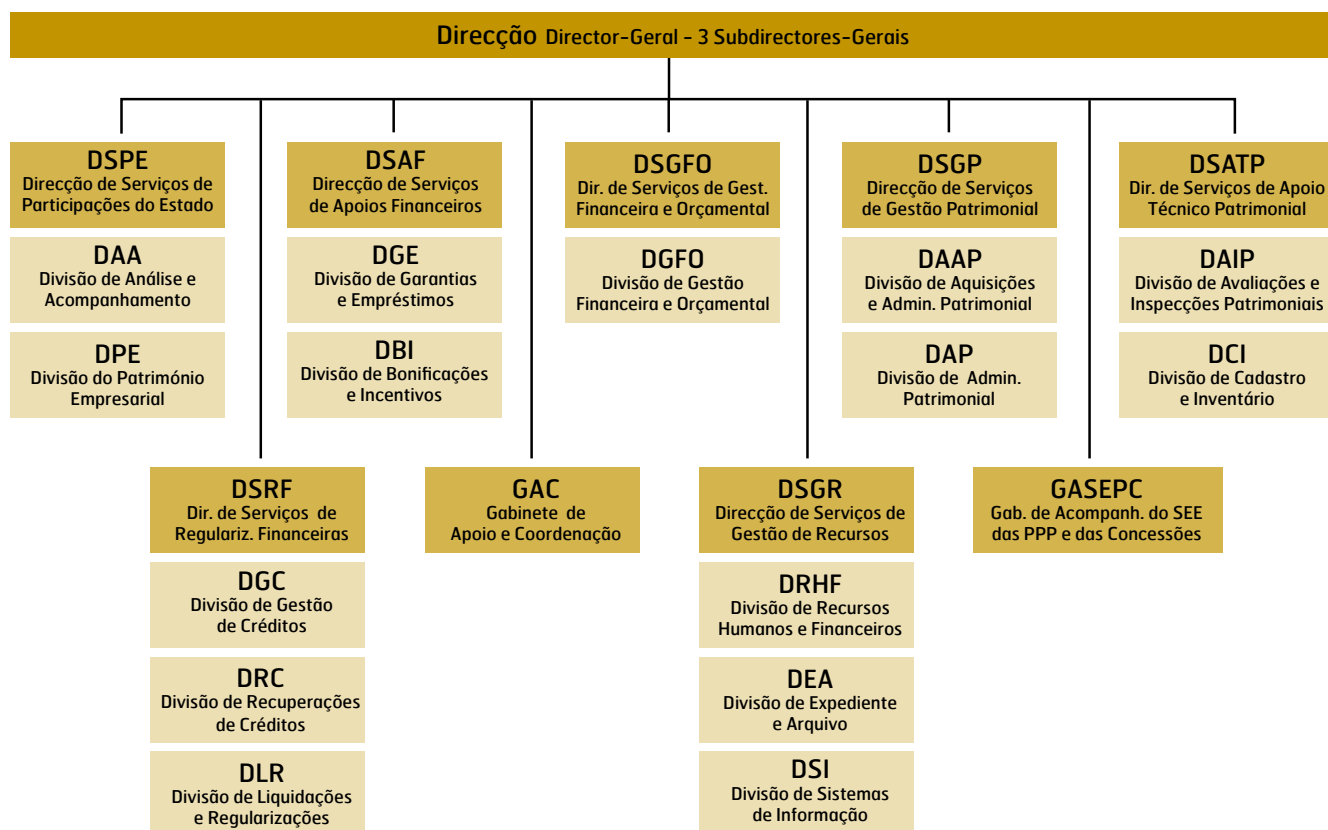


Figura 1 Organograma da DGTf



## Auto-Avaliação

A auto-avaliação da DGTF, que ora se apresenta, começa por evidenciar o grau de cumprimento do QUAR, enquanto expressão mais marcante do seu desempenho no ano em referência, seguindo-se-lhe a identificação dos resultados alcançados ao nível dos objectivos das unidades orgânicas e estrutura multidisciplinar, assumidos no Plano de Actividades e cujas fichas constam em anexo, após o que são enunciados os demais elementos relevantes para auto-avaliação, designadamente à luz do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007.

### 1. Avaliação do cumprimento dos Objectivos

#### 1.1 QUAR

No topo dos instrumentos previsionais de gestão da DGTF encontra-se o QUAR, cujo grau de cumprimento dos respectivos objectivos estratégicos e operacionais importa apurar.

Assim temos:

**2009**

ministério: **Ministério das Finanças e da Administração Pública**  
organismo: **Direcção-Geral do Tesouro e Finanças**

#### OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS (OE)

meta taxa de realização

##### OE 1

Melhorar a gestão dos activos financeiros e patrimoniais do Estado no âmbito da intervenção da DGTF

##### OE 2

Orientar a actividade da DGTF para o processo de consolidação das Finanças Públicas

##### OE 3

Melhorar a qualidade da informação produzida pela DGTF



**OBJECTIVOS OPERACIONAIS (Op)****EFICÁCIA**

Peso: 40

**Op 1**

Realizar 300 M€ em alienação de património imobiliário público

Peso: 50

Indicadores	2007	2008	meta 2009	peso	resultado	taxa de realização	classificação
Produto das vendas		200	300	100	301	100.3	superou

**Op 2**

Promover a definição de orientações de gestão para 60% das empresas públicas directamente participadas pelo Estado

Peso: 30

Indicadores	2007	2008	meta 2009	peso	resultado	taxa de realização	classificação
Nº de empresas públicas directamente participadas pelo Estado com orientações de gestão propostas pela DGTF ou definidas / Nº total de empresas públicas directamente participadas pelo Estado*100		50	60	100	86	143.3	superou

**Op 3**

Reduzir em 50% o número de participações do Estado integradas na carteira acessória

Peso: 20

Indicadores	2007	2008	meta 2009	peso	resultado	taxa de realização	classificação
Nº de empresas eliminadas da carteira acessória ou em processo de alienação / Nº de empresas da carteira acessória em 31.12.2008*100			50	100	51	102.0	superou

**EFICIÊNCIA**

Peso: 40

**Op 4**

Assegurar a integração no Sistema de Informação das Participações do Estado de 85% das empresas públicas directamente participadas pelo Estado

Peso: 50

Indicadores	2007	2008	meta 2009	peso	resultado	taxa de realização	classificação
Nº de empresas integradas no SI/ Nº total de empresas públicas directamente participadas pelo Estado*100		50	85	100	95	111.8	superou

**Op 5**

Melhorar o acompanhamento das Parcerias Público Privadas

Peso: 30

Indicadores	2007	2008	meta 2009	peso	resultado	taxa de realização	classificação
Grau de implementação (%) de SI de acompanhamento das Parcerias Público Privadas, em Dezembro			85	50	90	105.9	superou
Estabelecimento de indicadores de desempenho para as Parcerias Público Privadas - grau de implementação (%) em Dezembro			85	50	100	117.6	superou

**Op 6**

Melhorar a gestão documental da DGTF

Peso: 20

Indicadores	2007	2008	meta 2009	peso	resultado	taxa de realização	classificação
Grau de implementação (%) do projecto de portaria de gestão de documentos e tabela de selecção			85	100	90	105.9	superou

**QUALIDADE**

Peso: 20

**Op 7**

Melhorar a qualidade da prestação de serviços

Peso: 50

Indicadores	2007	2008	meta 2009	peso	resultado	taxa de realização	classificação
Implementação de um call center na área patrimonial até ao final do ano			12	100	11	109.1	superou

**Op 8**

Reduzir os prazos de divulgação de informação sobre empresas do SEE

Peso: 50

Indicadores	2007	2008	meta 2009	peso	resultado	taxa de realização	classificação
Número de relatórios elaborados pela DGTF sobre as empresas do SEE		1	2	100	5	250.0	superou

**RECURSOS HUMANOS**

Designação	pontuação	planeados	realizados	desvio
Dirigente - Direcção Superior	20.0000	80	80	0
Dirigente - Direcção Intermédia e Chefes de Equipa	16.0000	384	360	24
Técnico Superior	12.0000	1476	1308	168
Técnico	10.0000	220	196	24
Coordenador Técnico	9.0000	9	9	0
Assistente Técnico	8.0000	240	216	24
Assistente Operacional	5.0000	65	29	36
<b>TOTAL</b>		<b>2474</b>	<b>2198</b>	

**RECURSOS FINANCEIROS**

Designação	planeados	executados	desvio
Orçamento de Funcionamento	8.134.275,00 €	7.397.960,00 €	736.315,00 €
Despesas com Pessoal	6.058.154,00 €	5.700.167,00 €	357.987,00 €
Aquisições de Bens e Serviços	1.291.725,00 €	1.162.432,00 €	129.293,00 €
Outras Despesas Correntes	200.357,00 €	0,00 €	200.357,00 €
PIDDAC	3.025.136,00 €	276.641,00 €	2.748.495,00 €
Outros Valores	21.953.265.000,00 €	3.244.604.479,00 €	18.708.660.521,00 €
<b>TOTAL (OF + PIDDAC + Outros)</b>	<b>21.964.424.411,00 €</b>	<b>3.252.279.080,00 €</b>	<b>18.712.145.331,00 €</b>

## NOTA EXPLICATIVA

### JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

### INDICADORES – FONTE DE VERIFICAÇÃO

**Produto das Vendas**  
Mapa de controlo de receitas

**Número de empresas públicas directamente participadas pelo Estado com orientações de gestão propostas pela DGTF ou definidas / Número total de empresas públicas directamente participadas pelo Estado\*100**  
Site da DGTF e Sistema de Informação

**Número de empresas eliminadas da carteira acessória ou em processo de eliminação / Número de empresas da carteira acessória em 31.12.2008\*100**  
Registo da carteira acessória

**Número de empresas integradas no SI / Número total de empresas públicas directamente participadas pelo Estado\*100**  
Sistema de Informação SIRIEF

**Grau de implementação (%) de SI de acompanhamento das Parcerias Público Privadas, em Dezembro**  
Sistema de Informação

**Grau de implementação (%) do projecto de portaria de gestão de documentos e tabela de selecção**  
Projecto de Portaria apresentado

**Estabelecimento de indicadores de desempenho para as Parcerias Público Privadas – Grau de implementação (%) em Dezembro**  
Relatório

**Implementação de um call center na área patrimonial até ao final do ano**  
Divulgação site da DGTF

**Número de relatórios elaborados pela DGTF sobre as empresas do SEE**  
Relatórios apresentados

## AVALIAÇÃO FINAL

	Peso	Classificação
<b>EFICÁCIA</b>	45.4	Superou
<b>Op 1</b> Realizar 300 M€ em alienação de património imobiliário público	50.2	Atingiu
<b>Op 2</b> Promover a definição de orientações de gestão para 60% das empresas públicas directamente participadas pelo Estado	43.0	Superou
<b>Op 3</b> Reduzir em 50% o número de participações do Estado integradas na carteira acessória	20.4	Superou
<b>EFICIÊNCIA</b>	44.2	Superou
<b>Op 4</b> Assegurar a integração no Sistema de Informação das Participações do Estado de 85% das empresas públicas directamente participadas pelo Estado	55.9	Superou
<b>Op 5</b> Melhorar o acompanhamento das Parcerias Público Privadas	33.5	Superou
<b>Op 6</b> Melhorar a gestão documental da DGTF	21.2	Superou

<b>QUALIDADE</b>	<b>35.9</b>	<b>Superou</b>
<b>Op 7</b> Melhorar a qualidade da prestação de serviços	<b>54.5</b>	<b>Superou</b>
<b>Op 8</b> Reduzir os prazos de divulgação de informação sobre empresas do SEE	<b>125.0</b>	<b>Superou</b>
<b>TAXA DE REALIZAÇÃO</b>	<b>NOTA FINAL</b>	

Figura 2 QUAR

Conforme referido, em primeira linha, os objectivos estratégicos do QUAR, bem como os respectivos objectivos operacionais, constituem o vértice da cadeia de objectivos que, em cada ano, norteia a actividade da DGTF o que confere a este instrumento de gestão um papel crucial.

O Quadro seguinte esclarece a contribuição dos objectivos operacionais para o cumprimento dos objectivos estratégicos aprovados para esta Direcção-Geral:

<b>CONTRIBUIÇÃO DOS OBJECTIVOS OPERACIONAIS PARA OS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS</b>			
Objectivos Operacionais QUAR	Objectivos Estratégicos - QUAR		
	OE1	OE2	OE3
OP 01	X	X	
OP 02	X		
OP 03	X		
OP 04	X		X
OP 05	X	X	
OP 06			X
OP 07			X
OP 08			X

Figura 3 Contribuição dos Objectivos Operacionais para os Objectivos Estratégicos

Mais uma vez, em 2009 os resultados alcançados pela DGTF ao nível do cumprimento dos objectivos estabelecidos no QUAR reflectem o trabalho desenvolvido pelas unidades orgânicas e equipa multidisciplinar, directa e indirectamente envolvidos na prossecução desses objectivos, **o que se traduziu numa taxa de realização final de 125,6 %**. Assim, e sem prejuízo de uma análise mais desenvolvida efectuada no ponto 4. "Análise do QUAR", apresenta-se, de seguida, Quadro que evidencia os desvios verificados relativamente a cada um dos objectivos operacionais:

Objectivo Operacional	Desvio Face ao Objectivo (%)	Justificação do Desvio
01	0,33%	Objectivo determinado pelo Governo, tendo em vista a prossecução da política de valorização e rentabilização do património imobiliário público, em ordem a garantir a eficiência e racionalização da gestão dos recursos públicos.
02	26%	A DGTF tem feito um esforço para que o processo de fixação de orientações e objectivos de gestão coincida com o início dos mandatos dos membros dos Conselhos de Administração, ou, quando tal não se mostra viável, ocorra em simultâneo com o processo de aprovação anual de contas.
03	1%	A DGTF garantiu todos os procedimentos necessários a uma racionalização da carteira acessória permitindo, desta forma, concentrar os seus esforços na gestão da carteira principal.
04	10%	O empenho com que o processo foi conduzido ao nível da DGTF permitiu obter ganhos visíveis, designadamente na celeridade no alcançar de resultados, o que possibilitou a obtenção logo no fim do 1.º semestre de 2009 do resultado perspectivado sobre esta matéria para a globalidade do ano.

05	5%	A concretização deste objectivo facilitou grandemente a monitorização da situação económica e financeira das concessionárias, o que representa um indicador de alerta relevante, susceptível de prevenir eventuais dificuldades futuras mediante a adopção de medidas correctivas por antecipação, constituindo, nesta medida, um instrumento de gestão dos contratos de PPP / concessões, capaz de antecipar situações que possam requerer a intervenção do Estado e desta forma evitar perturbações na prestação dos serviços em causa e acréscimo de custos.
06	5%	Tendo em consideração que, no âmbito da implementação do Projecto de Portaria de Gestão de Documentos da DGTF e tabela de selecção, a meta de 85% consistia na criação de entre 5 e 6 Instrumentos de Gestão Documental, e como foram criados 9 Instrumentos de Gestão Documental fundamentais para o efeito: Portaria de Gestão de Documentos da DGTF; Folha de Recolha de Dados-Séries Documentais; Folha de Recolha de Dados-Produtores; Tabela de Selecção; Modelo de Auto de Entrega; Modelo de Auto de Eliminação; Modelo de Guia de Remessa; Instrumento de Classificação e Cotação e Quadro de Classificação, o objectivo foi claramente superado.
07	9%	O início da actividade do call center na área do património ocorreu em Novembro de 2009, antecipando, assim, em um mês a meta prevista no objectivo QUAR, o que traduz a superação do objectivo. A implementação do call center permitiu uma melhoria dos serviços prestados e uma maior aproximação da DGTF aos seus clientes.
08	150%	Atendendo a que o objectivo era atingido com a realização de dois relatórios sobre as empresas do SEE, o mesmo foi superado com a preparação de 5 Relatórios, 3 trimestrais, 1 anual e, ainda, 1 sobre Boas Práticas nas empresas do SEE, tendo este último sido justificado pela importância que o MFAP tem vindo a dar às matérias relativas às Boas Práticas e ao facto de ter já decorrido o segundo ano após a aprovação da RCM n.º 49/2007, de 28 de Março, que aprovou os Princípios de Bom Governo das empresas do SEE.

Figura 4 Desvios verificados

De salientar, ainda, que estes resultados foram alcançados com menos recursos efectivos que os inicialmente previstos, conforme se pode constatar do Quadro *infra*:

RECURSOS HUMANOS				
Categoria	Pontuação	Planeados	Executado	Desvio (#)
Dirigentes – Direcção Superior	20	80	80	0
Dirigentes – Direcção Intermédia e Chefes de Equipa	16	384	360	- 24
Técnico Superior	12	1476	1308	-168
Técnico	10	220	196	-24
Coordenador Técnico	9	9	9	0
Assistente Técnico	8	240	216	-24
Assistente Operacional	5	65	29	-36
<b>TOTAL</b>		<b>2478</b>	<b>2198</b>	<b>- 276</b>

Figura 5 Recursos Humanos/Desvios

Registe-se que as diferenças, por categoria, entre o executado e o planeado resultaram de saídas, em especial por aposentação, e de lugares vagos que não foram preenchidos, essencialmente no grupo dos técnicos superiores, pois não foi possível concretizar os processos de recrutamento, constringimento que só com um esforço muito significativo por parte dos recursos existentes foi possível ultrapassar e conduzir aos resultados alcançados.



Em termos de índice de produtividade e de custo-eficácia, obtiveram-se os seguintes resultados:

ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE		
Indicadores	Fórmula de Cálculo	Resultado
Taxa de Concretização Global de Objectivos	Média ponderada das avaliações globais dos parâmetros de avaliação	125,6%
Taxa de Utilização de Recursos Humanos (RH)	$\frac{\text{RH utilizados}}{\text{RH planeados}} \times 100$	88,8%
Índice de Produtividade	$\frac{\text{Taxa de Concretização Global de Objectivos}}{\text{Taxa de Execução de Recursos Financeiros}} \times 100$	141,4%

Figura 6 Índice de produtividade

ÍNDICE DE CUSTO-EFICÁCIA		
Indicadores	Fórmula de Cálculo	Resultado
Taxa de Concretização Global de Objectivos	Média ponderada das avaliações globais dos parâmetros de avaliação	125,6%
Taxa de Execução de Recursos Financeiros (funcionamento + PIDDAC)	$\frac{\text{Despesa executada}}{\text{Despesa orçamentada}} \times 100$	68,7%
Índice de Custo-eficácia	$\frac{\text{Taxa de Concretização Global de Objectivos}}{\text{Taxa de Execução de Recursos Financeiros}} \times 100$	182,8%

Figura 7 Índice de custo-eficácia

Salienta-se que a taxa de execução, considerando apenas o orçamento de funcionamento, foi de 90,9%, sendo influenciada pelo Orçamento do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) cuja taxa de execução foi condicionada pela não aprovação de dois projectos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). É de referir que nestes cálculos está considerado o orçamento inicial que incluiu os congelamentos legais.

## 1.2 Avaliação do cumprimento dos objectivos do plano de actividades

O Plano de Actividades para 2009 encontra-se alinhado com o QUAR contribuindo, portanto, os resultados nele alcançados, também, para a concretização deste instrumento.

Os objectivos do Plano de Actividades foram delineados por unidade orgânica e equipa multidisciplinar constando a respectiva avaliação de cumprimento do quadro que integra o **Anexo 1**, a qual é acompanhada de notas explicativas sucintas que visam contribuir para uma adequada percepção da execução ocorrida.

Assim, no mencionado Anexo são explicitados os resultados atingidos no âmbito da execução do Plano de Actividades de 2009, por cada uma das unidades orgânicas, o qual evidencia o cumprimento da totalidade dos objectivos fixados, bem como a superação daqueles que constituem o cerne da actividade da DGTF.

Este resultado foi alcançado num contexto especialmente difícil, tendo em atenção as exigências com que diariamente a DGTF foi confrontada mercê, designadamente, das medidas anti-crise que o Governo entendeu lançar em 2009.

É de referir que concorrem, em geral, para a melhoria do nível de desempenho da DGTF e para a prossecução dos objectivos elencados, diversos projectos de carácter plurianual, cujo grau de realização durante o período em análise está identificado no **Anexo 2**.

## 2. Avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI)

Para a avaliação do SCI da DGTF torna-se indispensável o seu prévio enquadramento no ambiente da Organização. Assim, a este propósito, começa por referir-se que, no contexto pós Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), a (agora) DGTF não dispõe de qualquer unidade orgânica vocacionada para as funções de controlo e auditoria, o que, desde logo, se revela um factor fortemente condicionador do robustecimento deste sistema nas suas distintas vertentes.

Pese embora o constrangimento acima enunciado, a DGTF reúne um conjunto de aspectos caracterizadores da sua actividade que contribuem para a criação de um ambiente favorável ao controlo interno, devendo, portanto, ser tomados em consideração em sede de avaliação do SCI, a saber:

- Sujeição ao controle do Tribunal de Contas, em especial através de auditorias e acções de verificação anuais no âmbito da preparação do Parecer à Conta Geral do Estado;
- Reporte de informação periódica a outras entidades, tais como Assembleia da República e Direcção-Geral do Orçamento;
- Parte significativa dos processos em que a DGTF intervém comporta a execução de medidas pré determinadas em cumprimento de políticas públicas, não influenciando, nesse âmbito e em muitas situações, o respectivo processo decisório;
- Dada a natureza das matérias tratadas pela DGTF, um número considerável de processos implica uma abordagem interdisciplinar, intervindo, por isso, na sua instrução, mais do que uma unidade orgânica, consoante as competências requeridas, a que acresce o facto de o processo de decisão envolver vários níveis hierárquicos;
- Dada a criticidade dos sistemas de informação da DGTF, e tendo como orientação base as normas de segurança informática aprovadas, foram implementados mecanismos de tolerância a falhas e de alta disponibilidade, bem como medidas de segurança anti-intrusão;
- Ademais, os procedimentos internos instituídos, designadamente nas vertentes da coordenação orçamental e do processamento da despesa com recurso a sistemas de informação geridos por entidades terceiras no âmbito do MFAP, consubstanciam mecanismos de segregação de funções intra e inter unidades orgânicas que, naturalmente, concorrem para a prevenção de riscos.

Além disso, ao longo de 2009, a DGTF teve ocasião de aprofundar uma reflexão em torno da temática “riscos de corrupção e infracções conexas”, que apresenta natural conexão com a do sistema de controlo interno.

Com efeito, a resposta, numa primeira fase, ao Questionário sobre Riscos de Corrupção do Conselho de Prevenção da Corrupção e, posteriormente, a análise e debate interno alargados, que conduziram à elaboração do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção da DGTF, constituíram momentos privilegiados para a identificação de situações potenciadoras de riscos de corrupção e de infracções conexas e o elencar de medidas preventivas e correctivas tendentes à eliminação do risco ou à minimização da probabilidade da sua ocorrência.

A informação constante do questionário de avaliação do SCI *infra* deve, portanto, ser interpretada à luz dos condicionalismos acima mencionados.

Assim temos:

QUESTÕES	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		Na sequência do PRACE foi extinta a unidade orgânica à qual competia o controlo interno e auditoria.
1.2 É efectuada internamente uma verificação efectiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direcção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Tribunal de Contas
1.7 O serviço foi objecto de acções de auditoria e controlo externo?	X			
2 Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			100%
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?				
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma acção de formação?	X			65%
3 Actividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Condicionado à redução de efectivos nos últimos anos
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	X			
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?		X		
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas?	X			
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas é executado e monitorizado?	X			

#### 4 Fiabilidade dos sistemas de informação

4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			A DGTF é mera utilizadora das aplicações nas áreas de contabilidade, recursos humanos e tesouraria.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?		X		
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?			X	
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou activos do serviço?	X			
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			

Figura 8 Questionário de Avaliação do SCI

### 3. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho

A Sociedade da Informação assume, hoje em dia, uma importância crescente, na medida em que desempenha um papel fundamental ao nível da descoberta e introdução de novas tecnologias, da exploração das oportunidades de comunicação e na planificação de toda a actividade organizacional.

Ciente de que pode, ainda, melhorar o seu desempenho, seja através do incremento do recurso aos meios tecnológicos, seja pela simplificação de procedimentos e aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, a DGTF tem desenvolvido um trabalho sistemático de identificação de áreas e processos passíveis de optimização por esta via.

As tecnologias da informação e de comunicação são, por isso, uma forte aposta da DGTF, dado traduzirem uma oportunidade de moldar e influenciar positivamente comportamentos ao nível profissional e até mesmo social.

Por essa razão, e porque pretende posicionar-se na linha da frente em termos de disponibilização e utilização de instrumentos tecnologicamente avançados, em 2010, a DGTF centrará os seus esforços no desenvolvimento de um projecto de gestão documental a nível interno apostando, ainda, no desenvolvimento de ferramentas informáticas de apoio à gestão nas áreas das garantias do Estado e da bonificação de juros.

O reforço positivo do desempenho será igualmente prosseguido mediante a execução do plano de formação profissional elaborado para o ano em curso, adaptado às necessidades específicas dos trabalhadores da DGTF e que conjuga as componentes de formação interna e externa.

Porque a DGTF se defronta, actualmente, com uma acentuada escassez de recursos humanos, mormente em áreas técnicas, reputa-se como factor essencial à melhoria do desempenho o preenchimento de postos de trabalho que se encontram vagos, tendo já, para o efeito, apresentado à Tutela proposta para a abertura do procedimento concursal para preenchimento de 9 postos de trabalho.

Tornando-se imperioso assegurar no curto prazo a recomposição dos seus efectivos, a Direcção-Geral contará a partir de Julho do corrente ano com 16 estagiários no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Central (PEPAC).

## 4. Análise do QUAR

### 4.1 Objectivos de Eficácia

#### QUAR 1

**Assegurar os procedimentos relativos à prossecução do Programa de Alienação do Património Disponível de forma a contribuir para um valor de receita de 300 milhões de euros**

No âmbito do objectivo aqui identificado, foi atingido um valor de vendas de € 300 993 896,28, pelo que o objectivo foi ultrapassado em € 993 896,28.

De salientar que este valor foi determinado pelo Governo, tendo em vista a prossecução da política de valorização e rentabilização do património imobiliário público, em ordem a garantir a eficiência e racionalização da gestão dos recursos públicos.

O cumprimento deste objectivo exigiu à DGTF uma capacidade técnica e meios de excelência, pela complexidade que envolvem os procedimentos conducentes à alienação, bem como a realização de avaliações, o que envolveu um esforço acrescido por parte da DGTF.

#### QUAR 2

**Promover a definição geral de orientações de gestão para as empresas directamente participadas pelo Estado**

Das 92 empresas participadas directamente pelo Estado em 31-12-08, a DSPE apresentou em 2009 proposta de orientações de gestão para 72 delas, das quais foram definidas formalmente 67, encontrando-se as 5 restantes, em 31-12-09, em fase conclusiva de formalização. Assim, obteve-se uma taxa de cobertura de 86% ( $=72/92 \times 100$ ), com superação do objectivo fixado (60%).

No âmbito das boas práticas de governação societária previstas no quadro legal do Sector Empresarial do Estado (SEE) actualmente em vigor, incumbe ao Estado, enquanto titular de participações no capital de empresas, estabelecer as orientações estratégicas e os objectivos que devem ser prosseguidos por essas empresas.

A DGTF, enquanto entidade que apoia o exercício das funções accionista e tutelar do Estado, tem vindo a implementar este modelo através da apresentação de propostas de orientações de gestão a seguir pelas empresas, as quais são, na generalidade das situações, completadas pela fixação de objectivos de gestão, através da celebração de contratos de gestão.

Na maioria das situações tem vindo a ser feito um esforço no sentido de que o processo de fixação de orientações e objectivos de gestão coincida com o início dos mandatos dos membros dos Conselhos de Administração, ou, quando tal não se mostra viável, ocorra em simultâneo com o processo de aprovação anual de contas.

Em qualquer das situações, e sempre que estão em causa sociedades anónimas, este processo verifica-se no 1.º semestre do ano. Relativamente às Entidades Públicas Empresariais (EPE), o processo tende a decorrer no segundo semestre do ano. Em 2009 entre as EPE cujas orientações de gestão se pretendia definir encontravam-se 39 empresas do sector da saúde. Face ao número, especificidade e diversidade das entidades que integram este sector, perspectivava-se que o processo de definição de orientações de gestão ocorresse gradualmente ao longo do ano. No entanto, em resultado do empenho colocado no processo e da negociação intensiva com a Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS) sobre a matéria, foi possível viabilizar a antevisão da apresentação e aprovação das orientações de gestão para o universo destas entidades para final do primeiro semestre do ano, antecipando-se, consequentemente o cumprimento deste objectivo.

### 4.2 Objectivos de Eficiência

#### QUAR 3

**Reduzir o número de participações do Estado integradas na carteira acessória**

O Estado detém um conjunto de participações que se apresenta como residual para a prossecução do interesse público, não se justificando a sua manutenção no universo do SEE, o que conduziu à necessidade de uma intervenção relevante por parte da DGTF. Nesta medida, a DGTF desencadeou e garantiu todos os procedimentos necessários a uma racionalização da carteira acessória permitindo, desta forma, concentrar os seus esforços na gestão da carteira principal.

Nesta medida, a DGTF teve um papel fulcral na redução do número de participações do Estado integradas na carteira acessória, o que é revelado pela obtenção, em 31-12-2009, de uma taxa de cobertura de 51%, a que corresponde a eliminação ou apresentação de proposta de eliminação relativamente a 21 empresas, tendo como referência o facto de, em 31-12-2008, integrarem a carteira a acessória 41 empresas.

Desta forma, foi claramente superado o objectivo fixado (50%).

#### QUAR 4

**Assegurar a integração no SIRIEF das empresas públicas directamente participadas pelo Estado**

Em resultado dos procedimentos encetados nesse sentido, das 92 empresas que integravam a carteira de participações do Estado em 31-12-08, 87 inseriram informação no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF), designadamente de natureza económica e financeira, pelo que, foi atingida uma taxa de integração de 95%, superando o objectivo fixado (85%).

A razão de ser deste objectivo prende-se com o facto de o actual quadro legal que regulamenta a actuação do SEE assentar em dois pilares fundamentais: i) Acompanhamento e envolvimento mais intenso do accionista/tutela na gestão das empresas que o integram e; ii) acréscimo dos deveres especiais de informação por parte das empresas públicas.

O princípio da transparência traduzido numa intensificação de divulgação de informação ao cidadão constitui uma vertente importante do quadro legal. Contudo, a criação das condições potenciadoras do modelo preconizado na lei só foi possível com a implementação do SIRIEF que possibilita o tratamento de informação disponibilizada pelas empresas no sentido de divulgar, regular e tempestivamente, no portal da DGTF dados sobre o SEE.

A realidade subjacente ao modelo, quer da abrangência e diversidade, das empresas que integram o SEE, quer ao nível do dinamismo do processo legislativo associado, traduzido na publicação sucessiva de novos diplomas sobre a matéria, alterando ou especificando parâmetros novos para o referido modelo, ditaram que todo o processo se revelasse muito trabalhoso e exigente, devendo-se o sucesso dos resultados à muita dedicação e empenho dos colaboradores da DGTF.



Ao desenvolvimento e entrada em exploração do SRIEF sucedeu-se outra vertente fundamental para o sucesso do modelo preconizado, como seja a inserção pelas empresas na aplicação informática da informação necessária, designadamente de natureza económico-financeira.

Esta etapa exigiu uma activa participação da DGTF ao nível da realização de acções de formação, de preparação e divulgação de instruções às empresas, bem como de prestação de esclarecimentos e resolução de dúvidas.

O leque e diversidade de empresas que integram a carteira de participações do Estado, que abrange os mais diversos sectores, aumentaram a complexidade deste processo. No entanto, as inúmeras acções de sensibilização e esclarecimento, foram surtindo, gradualmente, os efeitos desejados com a adesão das empresas a este novo sistema que lhes permite a elas próprias um acréscimo de disciplina e eficiência no processo de reporte de informação.

Nesta medida, o empenho com que o processo foi conduzido ao nível da DGTF permitiu alcançar ganhos visíveis, designadamente na celeridade na obtenção de resultados, o que possibilitou a obtenção logo no fim do 1.º semestre de 2009 do resultado perspectivado sobre esta matéria para a globalidade do ano.

## QUAR 5

### Aprofundar os instrumentos de avaliação e controlo das parcerias e concessões e respectivas concessionárias

À luz do indicador a), o objectivo foi totalmente atingido, uma vez que foram estabelecidos indicadores para todas as concessões do universo e que constam dos documentos anexos ao relatório anual das Parcerias Público-Privadas (PPP) de 2009. Relativamente ao indicador b), o objectivo não foi atingido, podendo considerar-se que foi cumprido 80%, uma vez que os testes revelaram a necessidade de serem introduzidos alguns ajustamentos (no fim do 1º semestre, antes dos testes, considerou-se que este objectivo estava 70% cumprido). Globalmente, o objectivo foi superado pois foi alcançado um resultado de 90%, face à meta estabelecida de 85%.

A importância para a DGTF resulta, antes do mais, do facto do acompanhamento das PPP ser uma das suas atribuições. Por outro lado, as PPP envolvem concessões de serviços públicos essenciais, competindo ao Estado garantir a continuidade das operações ao menor custo possível para o erário público.

A concretização deste objectivo facilitou grandemente a monitorização da situação económica e financeira das concessionárias, o que representa um indicador de alerta relevante, susceptível de prevenir eventuais dificuldades futuras mediante a adopção de medidas correctivas por antecipação, constituindo, nesta medida, um instrumento de gestão dos contratos de PPP / concessões, capaz de antecipar situações que possam requerer a intervenção do Estado e desta forma evitar perturbações na prestação dos serviços em causa e acréscimo de custos.

## QUAR 6

### Assegurar a criação dos Instrumentos de Gestão Documental orientadores da classificação, preservação, selecção e eliminação de documentos

Tendo em consideração que, no âmbito da implementação do Projecto de Portaria de Gestão de Documentos da DGTF e tabela de selecção, a meta de 85% consistia na criação de entre 5 e 6 Instrumentos de Gestão Documental, e como foram criados nove Instrumentos de Gestão Documental fundamentais para o efeito: Portaria de Gestão de Documentos da DGTF; Folha de Recolha de Dados-Séries Documentais; Folha de Recolha de Dados-Produtores; Tabela de Selecção; Modelo de Auto de Entrega; Modelo de Auto de Eliminação; Modelo de Guia de Remessa; Instrumento de Classificação e Cotagem e Quadro de Classificação, o objectivo foi claramente superado.

## 4.3 Objectivos de Qualidade

## QUAR 7

### Melhorar a qualidade da prestação de serviços

O início da actividade do *call center* na área do património ocorreu em Novembro de 2009, antecipando, assim, em um mês a meta prevista no objectivo QUAR, o que traduz a superação do objectivo. A implementação do *call center* permitiu uma melhoria dos serviços prestados e uma maior aproximação da DGTF aos seus clientes.

## QUAR 8

### Reduzir os prazos de divulgação de informação sobre empresas do SEE

Atendendo a que o objectivo era atingido com a realização de dois relatórios sobre as empresas do SEE, o mesmo foi superado com a preparação de 5 Relatórios, 3 trimestrais, 1 anual e, ainda, 1 sobre Boas Práticas nas empresas do SEE, tendo este último sido justificado pela importância que o MFAP tem vindo a dar às matérias relativas às Boas Práticas e ao facto de ter já decorrido o segundo ano após a aprovação da RCM n.º 49/2007, de 28 de Março, que aprovou os Princípios de Bom Governo das empresas do SEE.

O esforço de reporte sistemático de informação sobre a situação económica e financeira das empresas do SEE, com tradução na divulgação de Relatórios anuais e boletins trimestrais no portal da DGTF, insere-se nos objectivos de desenvolvimento do Governo Societário de Empresas do Estado, definidas pela supra citada RCM n.º 49/2007, designadamente nos seus pontos 25. e seguintes, em que são cometidas à DGTF especiais responsabilidades no âmbito da centralização, divulgação e actualização permanente de um conjunto de informação sobre o SEE.

A divulgação destas publicações com um carácter mais regular foi possível graças ao desenvolvimento do SRIEF, ferramenta informática de apoio à gestão, desenvolvida pela DGTF, em parceria com a Inspeção-Geral de Finanças e com a Parpública e alimentada pelas empresas integrantes do SEE.

Efectivamente, a eficácia alcançada com o objectivo “Assegurar a integração no SRIEF das empresas públicas directamente participadas pelo Estado”, permitiu, com algum esforço adicional desenvolvido, alargar o leque de publicações em 2009, face ao perspectivado.

## 5. Desempenho comparativo/avaliação

### 5.1 Comparação com o desempenho de serviços idênticos

No âmbito da sua missão de “assegurar a gestão integrada do património do Estado bem como a intervenção em operações patrimoniais do sector público”, o que passa por “obter a utilização eficiente dos bens imóveis em atenção ao seu valor, a índices de ocupação e às características de utilização dos mesmos pelos respectivos serviços nos serviços ou organismos”, a DGTF promoveu no ano transacto a realização de um estudo de benchmarking sobre o Património Imobiliário do Estado, que constituiu um trabalho pioneiro em Portugal, neste contexto.

Este estudo foi realizado por empresa representante em Portugal do IPD – *Investment Property Databank (London, UK)*, instituição líder neste sector no Reino Unido que também participou activamente na respectiva execução.

Visou-se a análise da *performance* de utilização de espaços imobiliários públicos, com base numa amostra do segmento dos imóveis com funções administrativas, o mais representativo dos segmentos do Património Imobiliário Público.

A determinação de indicadores de ocupação e de custos imobiliários, em obediência a critérios internacionais, permite, nomeadamente, perceber melhor as assimetrias de utilização dos espaços existentes, quer a nível nacional, quer a nível internacional. Dessa forma poderão ser instituídas ferramentas que incrementem a eficiência e eficácia da utilização dos espaços imobiliários e, consequentemente, a produção de economias de recursos.

A autoria e proposta de metodologia a adoptar no presente estudo foram da responsabilidade do prestador de serviços, cabendo à DGTF a selecção de uma amostra representativa de edifícios públicos, que foram seleccionados em função da importância e representatividade considerados necessários para que o Estudo garantisse um melhor conhecimento do segmento dos edifícios com funções administrativas.

Para efeito de recolha de dados, foram produzidos três tipos de inquéritos, mas cada entidade apenas teve de responder a um.

Durante todo o processo, foram efectuadas visitas a todos esses edifícios, com o fim de se validarem os respectivos inquéritos, tendo sido corrigidas plantas, realizadas reportagens fotográficas e colocadas questões diversas relativas ao estado de conservação e aos custos de ocupação.

Foram concluídas as análises em pormenor de vinte e cinco grandes imóveis de serviços, ocupados, na totalidade ou maioritariamente, por organismos da Administração Pública, estando localizados vinte e dois edifícios em Lisboa e três no Porto. Ao todo, estão representadas na amostra dez ministérios, trinta e quatro entidades, para além de gabinetes de membros de governo localizados em sete desses imóveis.

Neste Estudo foram adoptados os novos conceitos europeus de gestão imobiliária, nomeadamente em termos de definição e cálculo de áreas, que o IPD divulga, e que não são inteiramente coincidentes com os conceitos tradicionalmente utilizados em Portugal, o que impede comparações directas com a informação disponível noutros estudos efectuados entre nós.

Assim, o conceito chave no presente Estudo e nas comparações internacionais de que o mesmo se socorre é a *Área Locável (AL)*<sup>2</sup>, enquanto, por exemplo, no recenseamento de imóveis da Administração Pública (RIAP) foi a área bruta de construção (ABC)<sup>3</sup>.

2 Para efeitos do estudo, a “área locável” foi obtida pelo somatório das áreas de trabalho (em gabinetes ou em open-space) e das respectivas áreas de apoio local (áreas de arquivo e cópia locais) e das respectivas áreas de apoio central (salas de reuniões, de socialização, áreas técnicas e arquivo central). Não foram contabilizadas as áreas de recepção do piso de entrada e as áreas de circulação primária dos restantes pisos. Ou seja, apenas foram contabilizadas as áreas de circulação dos postos de trabalho, excluindo os corredores sem utilização funcional.

3 A opção então adoptada ficou a dever-se à dificuldade sentida pelos serviços em apurarem um conceito mais adequado a este tipo de análises, designadamente o de *área útil*.

A área bruta total de construção interna (ABCI) apurada na amostra que serviu de base ao Estudo, é de quase 200 mil m<sup>2</sup>, o que significa que os edifícios analisados devem ocupar uma área próxima dos 10%, do universo de áreas brutas de construção apurados pelo RIAP II, para os concelhos de Lisboa e do Porto, e mais de 15%, do segmento genericamente designado de escritórios ou funções administrativas.

Nesta amostra, os valores ABCI divergem mais que o normal dos valores ABC constantes do RIAP, não apenas pelo diferencial entre as áreas internas e as externas, mas porque também foram expurgadas destas ABCI as áreas que não se enquadram na função administrativa (v. g., laboratórios, grandes refeitórios, pisos técnicos, etc).

Ainda assim, os rácios que se podem estabelecer nos edifícios conhecidos, entre as áreas ABC acima do solo e as AL, apresentam grandes assimetrias, na generalidade dos imóveis analisados e o mesmo acontece quando no estudo nos restringimos às áreas ABCI.

Realce-se ainda que o valor do rácio AL/ABCI indicia o grau de capacidade líquida de aproveitamento de cada imóvel, assumindo valores substancialmente diferentes de imóvel para imóvel e evidenciando uma manifesta inaptidão de alguns imóveis para o tipo de funções a que estão adstritos.

Em síntese, realçam-se os seguintes valores apurados na amostra de edifícios analisada:

- Áreas locáveis de 133 mil m<sup>2</sup>;
- Um número total equivalente a 5.609 trabalhadores a tempo inteiro (ETI);
- Uma área por posto de trabalho (PT) de 17,1 m<sup>2</sup>, excluindo da média o edifício do Terreiro do Paço, sede do MFAP<sup>4</sup>;
- Um número de Postos de Trabalho (PT) superior em 18%, aos ETI (Equivalente a Trabalhadores a Tempo Inteiro);
- Um custo médio de ocupação das instalações por trabalhador de 3.704 €/ano;
- Um valor global médio de custo de ocupação por pessoa de 8.376 €/ano, se considerado adicionalmente a renda média de localização do edifício.

A amostra analisada compreende entidades que se situam significativamente abaixo dos rácios médios e outras que ocupam o dobro ou mais de espaço por trabalhador. Por exemplo, verificou-se que os melhores rácios de ocupação por trabalhador e por posto de trabalho foram respectivamente de 10,9 m<sup>2</sup> e 8,29 m<sup>2</sup> de área locável. Em contrapartida, apuraram-se rácios de 49,52 m<sup>2</sup> e de 45,75 m<sup>2</sup> de área locável por trabalhador, ou seja cerca de cinco vezes mais, o que evidencia claramente significativas assimetrias.

No relatório final também se realça o facto de muitos edifícios terem uma idade média considerável, o que se reflecte, quer no estado de conservação, quer nos custos de manutenção, e uma iluminação deficiente que prejudica o ambiente de trabalho. Sugere-se que esse facto deveria ser aproveitado para um up-grade, por exemplo através de um processo de deslocalização para novas e mais adequadas instalações, que até se podem revelar mais económicas, em termos de custos de ocupação.

Defende-se que a grande diferença de médias de ocupação existente entre Inglaterra e Portugal se deve principalmente ao facto das áreas de open-space ocuparem uma área muito maior dos imóveis naquele país, pelo que muitos dos serviços deviam ser reinstalados em novos imóveis, baseados neste conceito, mobilados de forma ergonómica e com boa iluminação, factos tecnicamente associados à produtividade<sup>5</sup>.

É salientada também a necessidade de uma “externalização” ou melhor gestão dos arquivos, que na maioria dos serviços ocupam espaços vastos e nobres, aventando-se a possibilidade de recurso a uma política de Hot Desk (partilha de uma mesma secretária por vários utilizadores).

É referenciado ainda, a título de exemplo, que uma política adequada de ocupação poderá conduzir a poupanças de recursos superiores a 10% dos custos globais actuais de ocupação, que apenas no segmento dos edifícios com funções administrativas são estimados em 1.250 milhões de euros/ano.

4 Este edifício foi considerado de forma autónoma, pelas suas características específicas de imóvel histórico e pela distribuição das suas áreas, que apresenta, por exemplo, corredores muito largos, de que resultam indicadores que distorceriam a pertinência da análise para o resto da amostra considerada no estudo.

5 Naturalmente que a implementação de uma solução de “open-space” estará sempre dependente da tipologia dos edifícios utilizados, apenas se revelando uma solução viável quando a dimensão da respectiva área útil de trabalho o permita.

De um modo geral, o Estudo comprova de forma independente, à luz dos mais modernos critérios internacionais, a baixa eficiência na utilização da maioria dos imóveis dos serviços públicos e os elevados custos de ocupação por trabalhador.

Genericamente, observa-se um padrão de baixa intensidade de ocupação, mesmo nos edifícios comuns, isto é, sem características monumentais, utilização ministerial ou outros fins muito específicos, embora existam muitos desvios à média que provocam grandes assimetrias nos rácios de ocupação entre os serviços públicos. Essa baixa densidade de utilização implicará que, nas análises de especialidade, se deva atender à natureza das funções de cada serviço, sem prejuízo de, desde já, se poder concluir pela existência de um potencial de poupança muito significativo.

Em conclusão, pode dizer-se que o estudo alcançou os objectivos pretendidos, constituindo para a DGTF um instrumento para a gestão e optimização da ocupação de espaço no seio da administração pública contribuindo, ao mesmo tempo, para uma reflexão que concorrerá para uma melhoria da eficácia e eficiência na gestão do património imobiliário do Estado, em linha com os objectivos preconizados no Programa de Gestão do Património Imobiliário (PGPI). A amostra analisada compreende entidades que se situam significativamente abaixo dos rácios médios e outras que ocupam o dobro ou mais de espaço por trabalhador. Por exemplo, verificou-se que os melhores rácios de ocupação por trabalhador e por posto de trabalho foram respectivamente de 10,9 m<sup>2</sup> e 8,29 m<sup>2</sup> de área locável. Em contrapartida, apuraram-se rácios de 49,52 m<sup>2</sup> e de 45,75 m<sup>2</sup> de área locável por trabalhador, ou seja cerca de cinco vezes mais, o que evidencia claramente significativas assimetrias.

## 5.2 Avaliação interna

### 5.2.1 Estudo de avaliação da satisfação dos colaboradores

Porque se quer manter como uma organização de referência no contexto das Instituições Públicas nacionais e porque, para tal, é essencial “medir para melhorar”, foi realizado um inquérito à satisfação dos colaboradores da DGTF, de forma a aferir as suas expectativas, bem como os níveis de motivação e satisfação, pois, conforme é unanimemente reconhecido, o esforço, o empenho e a dedicação de todos os trabalhadores são fundamentais para o sucesso das organizações.

Sob a perspectiva de “medir para compreender e melhorar”, a DGTF realizou um inquérito interno à satisfação das pessoas que trabalham na DGTF, para perceber as suas expectativas e os seus níveis de motivação e de satisfação. O inquérito foi conduzido pelo Observatório Nacional de Recursos Humanos (ONRH), entidade externa e independente, para realizar o estudo de avaliação da satisfação dos colaboradores da DGTF de forma totalmente idónea e confidencial, cujo modelo tem sido aplicado em vários organismos públicos e privados.

Este estudo teve subjacente os seguintes objectivos:

- Conhecer os níveis de satisfação, motivação, envolvimento e lealdade das pessoas que trabalham na DGTF;
- Identificar e quantificar os impactos de diferentes dimensões e indicadores sobre a satisfação, lealdade e envolvimento dos colaboradores;
- Comparar os dados relativos às variáveis estudadas com os valores agregados de referência obtidos a partir dos milhares de respostas já processadas pelo ONRH no âmbito dos muitos outros trabalhos idênticos que já realizou;
- Obter análises detalhadas dos resultados, incluindo sugestões relacionadas com possíveis áreas de melhoria;
- Identificar prioridades em termos de medidas a implementar.

Em termos de pressupostos e metodologia adoptada no inquérito, destacam-se os seguintes aspectos:

- A recolha dos dados foi feita por recenseamento através do preenchimento de questionário disponibilizado online e com acesso através de *login* e *password* individuais;
- O questionário foi constituído por 53 perguntas;
- A produção, distribuição e recolha destes questionários teve lugar em Dezembro de 2009 e Janeiro de 2010;
- A taxa de adesão global dos colaboradores da DGTF foi de 75,8% (147 respostas), num universo de 194 colaboradores, não se tendo registado respostas inválidas.

No gráfico *infra* evidencia-se a taxa de adesão dos colaboradores da DGTF, tendo por comparação anteriores inquéritos conduzidos pelo ONRH face ao sector público:

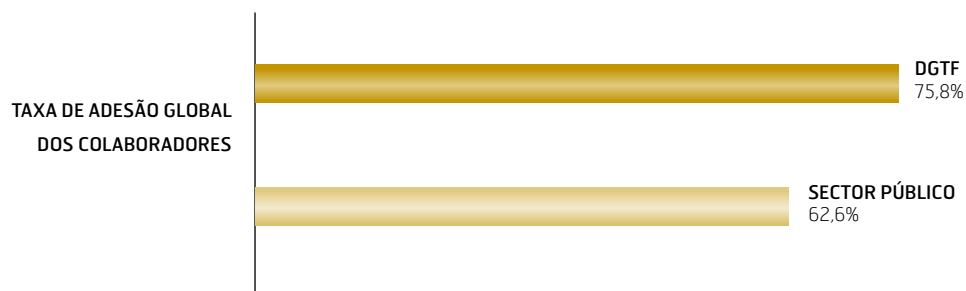


Gráfico 1

Por outro lado, o gráfico seguinte evidencia os valores obtidos nas várias dimensões:

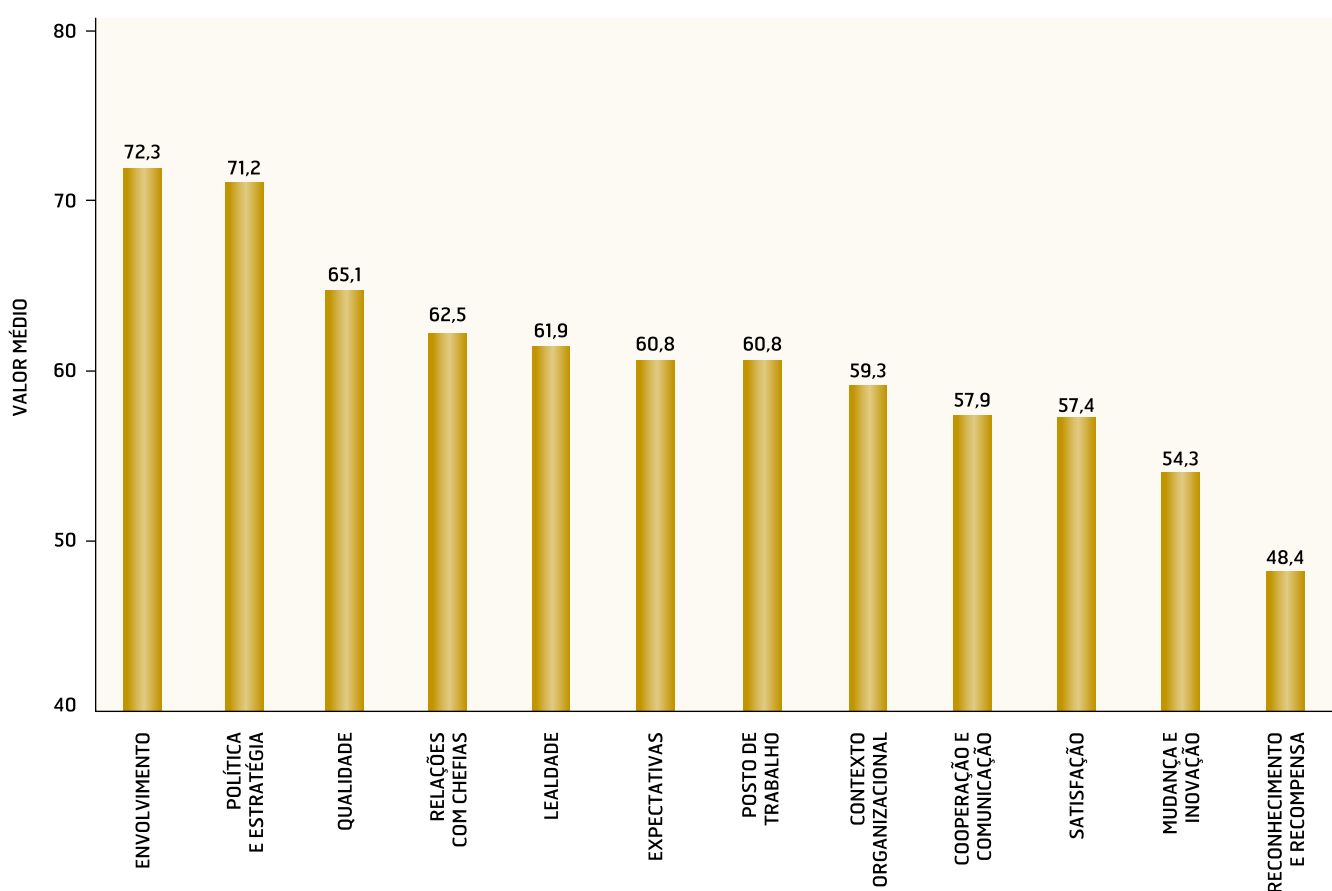


Gráfico 2

As classificações médias mais elevadas correspondem aos indicadores Envolvimento (72,3) e Conhecimento da Política e Estratégia da DGTF (71,2), enquanto o valor mais baixo se situa no Reconhecimento e Recompensa (48,4), sendo esta vertente fortemente condicionada pelo quadro legal aplicável à Administração Pública.



No quadro *infra* evidenciam-se os resultados obtidos, tendo por comparação os resultados idênticos do sector público, situando-se a DGTF acima da média e com valores positivos em todas as dimensões:

Indicadores	DGTF 2009	Mínimo Sector Público	Média Sector Público	Máximo Sector Público
Contexto Organizacional	59,3	45,8	52,3	66,8
Posto de Trabalho	60,8	45,4	49,5	62,8
Reconhecimento e Recompensa	48,4	35,5	42,1	61,5
Cooperação e Comunicação	57,9	46,6	51,2	60,8
Política e Estratégia	71,2	55,2	62,2	78,8
Mudança e Inovação	54,3	39,9	46,2	59,8
Qualidade	65,1	*	*	*
Relações com Chefias	62,5	47,2	54,7	63,1
Expectativas	60,8	49,5	54,9	65,4
Satisfação	57,4	45,2	52,8	64,6
Lealdade	61,9	52,5	60,2	75,1
Envolvimento	72,3	65,1	72,2	81,3

\* Indicadores não incluídos no modelo

**Figura 9** Resumo de comparação de resultados

Porque é possível fazer sempre melhor, a partir dos resultados deste inquérito serão identificadas as áreas a ser objecto de intervenção prioritária e definido o respectivo plano de melhorias a desenvolver em 2010 sendo, portanto, esta uma das vertentes a trabalhar em ordem a reforçar positivamente o desempenho da DGTF.

## 5.3 Avaliação Externa

### 5.3.1 Inquéritos de Satisfação

Tendo em vista avaliar a satisfação dos “clientes” da DGTF relativamente ao trabalho desenvolvido, foram realizados inquéritos que recaíram sobre o SIRIEF e sobre o Sistema de Inventário de Imóveis do Estado (SIIE), plataforma electrónica de inventariação de imóveis do Estado, cujo enquadramento, termos de referência e principais conclusões passam a apresentar-se.

#### 5.3.1.1 SIRIEF

O modelo de gestão das empresas que integram o SEE, bem como do seu acompanhamento e controlo, têm vindo a ser objecto de uma profunda reforma, quer a nível do quadro legislativo, quer em termos do nível de exigência e transparência na relação dessas empresas com o accionista e com a entidade de controlo.

O incremento dos deveres especiais de informação dirigidos às empresas, inerente a esse modelo, e da responsabilidade da DGTF, no âmbito da centralização, divulgação e actualização permanente de um leque diversificado de informação sobre o SEE, ditaram a necessidade de criação de uma ferramenta de gestão potenciadora da optimização do processo de recolha e análise de informação sobre as empresas do SEE.

O SIRIEF foi desenvolvido em parceria com a Parpública e a Inspeção-Geral de Finanças.

Na vertente da recolha de informação, para além da criação de um canal único de reporte, em suporte web, passível de alimentação automática pelos sistemas operacionais das próprias empresas, com vantagens em termos de simplificação, desmaterialização e padronização do processo de prestação de informação, assegurou-se a disponibilização de um sistema automático de gestão, por parte das empresas, da tempestividade do reporte regular da informação a que se encontram legalmente obrigadas.

Na vertente do accionista, a disponibilização centralizada e padronizada da informação referente a cada empresa permitiu incrementar uma racionalização dos processos de análise e gestão, quer da própria empresa, quer em termos agregados (sectoriais e globais), com ganhos em termos da qualidade e redução da periodicidade da divulgação pública de informação sobre as empresas públicas e o SEE, designadamente sobre a sua situação económica e financeira.

Cientes de que a participação activa dos utilizadores é um factor determinante do sucesso do sistema, decidiu-se auscultar as suas sugestões e preocupações, visando aferir os seus níveis de satisfação relativamente à aplicação informática em causa e ao nível de apoio prestado pela DGTF.

Nesse domínio, e com a intenção de continuar a desenvolver todo o esforço possível no sentido da melhoria do SIRIEF, foi solicitado, no final de 2009, a 93 empresas públicas, o preenchimento de um inquérito de satisfação que incidiu (i) sobre a avaliação ao nível da prestação de esclarecimentos e (ii) sobre a utilidade do SIRIEF em si, nas suas diversas vertentes.

Foi recebida resposta de 64 dessas empresas, correspondente a uma adesão de 69%, o que é revelador de um índice de satisfação e utilidade global de 82,3%.

Os gráficos *infra* mostram os resultados obtidos, quer a nível de cada questão formulada, quer a nível de avaliação da prestação de esclarecimentos e da contribuição e utilidade do SIRIEF no seu cômputo.

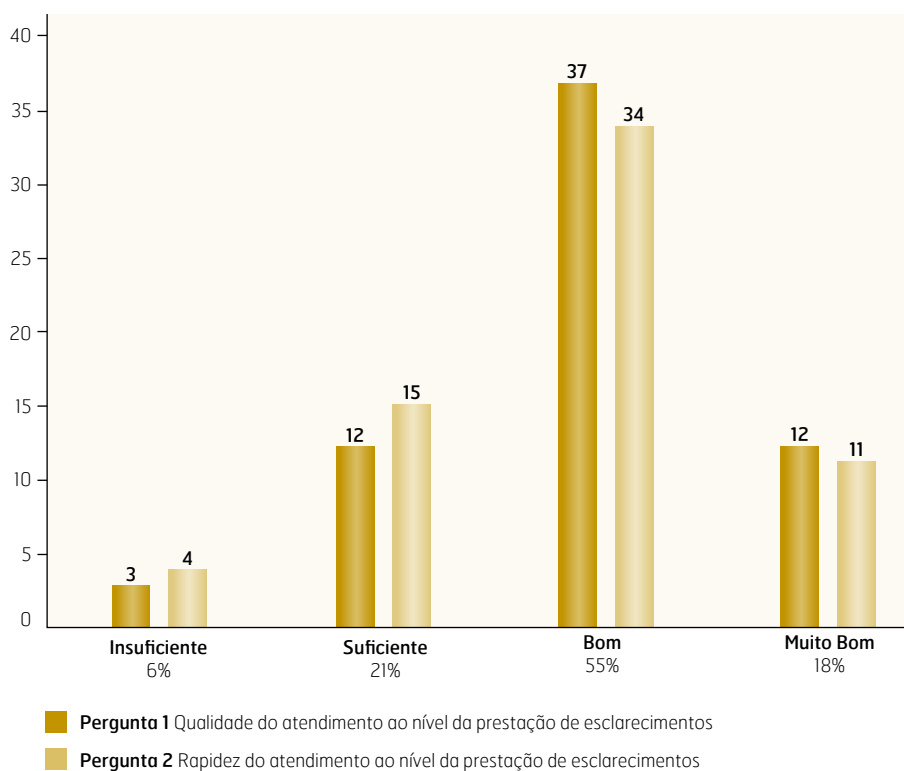


Gráfico 3

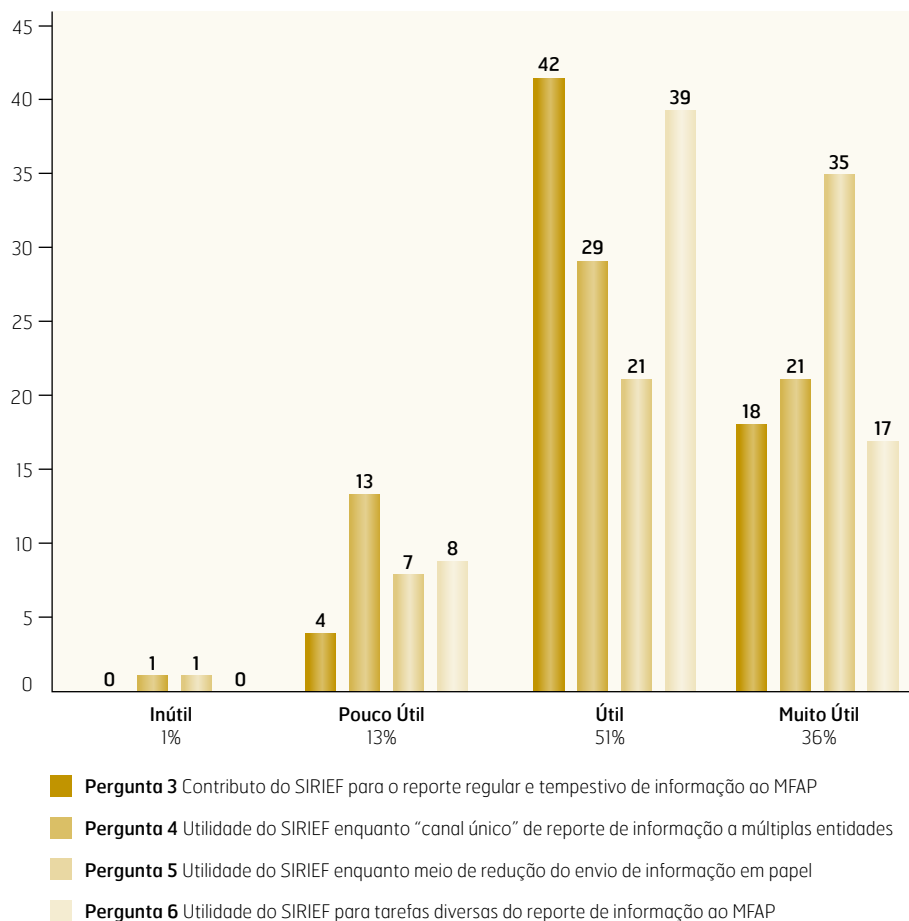


Gráfico 4

### 5.3.1.2 SIIE

Como forma de melhorar os métodos e procedimentos, de modo a garantir a melhoria contínua dos serviços prestados por esta Direcção-Geral, foi disponibilizado, na plataforma electrónica de inventariação denominada SIIE, um questionário sobre a qualidade de funcionamento da referida aplicação na dupla vertente de “Grau de Satisfação” e “Utilidade da Plataforma SIIE”.

Responderam a esse inquérito 137 serviços e organismos da Administração Pública, correspondentes a 35,49% do universo de organismos inscritos no SIIE.

Pretendeu-se com o referido inquérito apurar o “**Grau de Satisfação**” e a “**Utilidade do SIIE**”, de modo a obter uma perspectiva global da sensibilidade dos serviços e organismos da Administração Pública perante a plataforma SIIE, que se encontra em funcionamento desde Fevereiro de 2009.

Numa abordagem unitária, e considerando a média simples das respostas prestadas no que concerne ao “**Grau de Satisfação com a Aplicação e Apoio Técnico Prestado**”, verifica-se que 74,6% das respostas recaíram sobre os itens valorativos “Bom / Muito Bom”, e apenas 1,9% sobre o item “Insuficiente”.

Analisando com mais detalhe as respostas dadas neste domínio, observa-se, através do quadro seguinte, que a maior percentagem de respostas incidiu sobre o “Bom”, como representado no gráfico respectivo, sendo praticamente residual a percentagem global de respostas que considerou o SIIE “Insuficiente”, nos diversos itens qualitativos. Assim, pode concluir-se que a generalidade dos organismos respondentes denota um bom grau de satisfação em relação à aplicação e ao apoio técnico que lhe é assegurado pela DGTF, com expressão máxima no contributo do SIIE para o reporte regular e tempestivo de informação pelas entidades públicas.

É ainda de salientar que mais de 80% das respostas obtidas consideram como “Boa” ou “Muito Boa” a qualidade do atendimento da DGTF ao nível da prestação de esclarecimentos, face à percentagem total de respostas (79%) que consideram boa ou muito boa a celeridade demonstrada na resposta aos diversos pedidos de esclarecimentos recebidos, quer nos endereços electrónicos expressamente disponibilizados para o efeito, quer por via telefónica.

Grau de Satisfação	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom
1 - Qualidade do atendimento da DGTF ao nível da prestação de esclarecimentos	1,46%	16,06%	57,66%	24,82%
2 - Rapidez do atendimento da DGTF ao nível da prestação de esclarecimentos	1,46%	19,71%	46,72%	32,12%
3 - Contributo do SIIE para o reporte regular e tempestivo de informação pelas entidades públicas	1,46%	24,09%	64,96%	9,49%
4 - Qualidade das ferramentas de apoio disponibilizadas no SIIE, nomeadamente a ajuda on-line	2,92%	34,31%	54,01%	8,76%

Figura 10 Grau de satisfação em relação ao SIIE

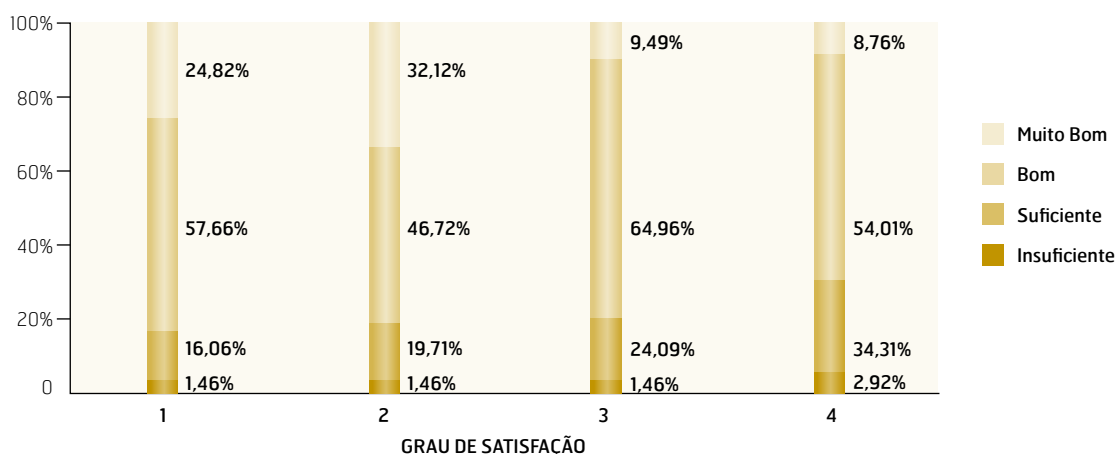


Gráfico 5

Relativamente ao “**Grau de Utilidade da Aplicação**”, e ponderando novamente a média simples das respostas, constata-se que a maior parte das mesmas (94,9%), incidiram nos itens valorativos “Útil / Muito Útil”, sendo que somente 0,7% das respostas consideraram a aplicação “Inútil”.

Numa abordagem mais pormenorizada, reflectida no quadro seguinte, pode observar-se que as respostas dadas neste domínio predominam, em geral, no item valorativo “Útil”, conforme está devidamente assinalado no correspondente gráfico, registando-se que mais de 95% dos serviços e organismos aderentes ao inquérito consideram “Útil” ou “Muito Útil” a aplicação enquanto canal único de recolha, tratamento e reporte de informação sobre o património público imobiliário, bem como enquanto meio de redução do envio de informação em papel. No mesmo sentido, 93% dos serviços consideram que a plataforma é “Útil” ou “Muito Útil” para o acompanhamento regular pela entidade da situação dos imóveis afectos, o que denota uma percepção geral bastante positiva dos serviços utilizadores em relação à funcionalidade do SIIE.

Utilidade do SIIE	Inútil	Pouco Útil	Útil	Muito Útil
1 - Utilidade do SIIE enquanto canal único de recolha, tratamento e reporte de informação sobre o património público imobiliário	0,73%	3,65%	70,07%	25,55%
2 - Utilidade do SIIE enquanto meio de redução do envio de informação em papel	0,73%	3,65%	57,66%	37,96%
3 - Utilidade do SIIE para o acompanhamento regular pela entidade da situação dos imóveis afectos	0,73%	5,84%	68,61%	24,82%

Figura 11 Utilidade do SIIE

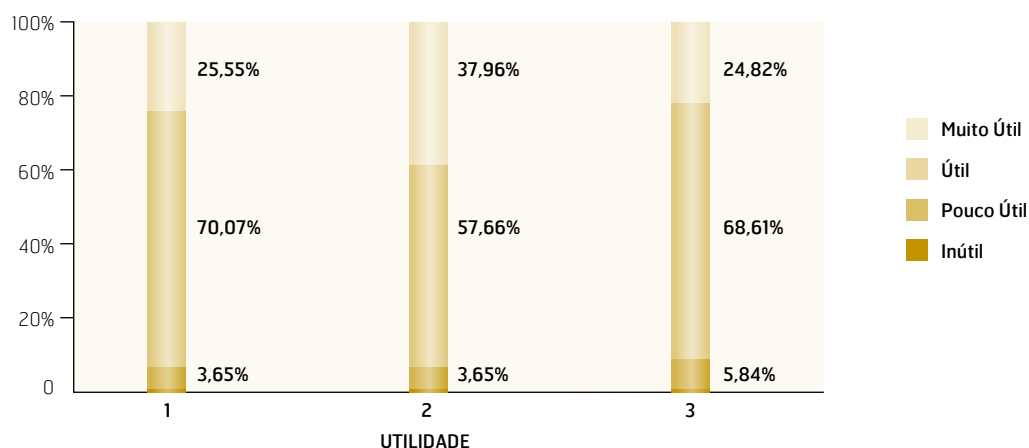


Gráfico 6

## 6. Actividades desenvolvidas

No decurso de 2009, a DGTF foi confrontada com desafios significativos e ao mesmo tempo estimulantes, cuja resposta adequada em muito se ficou a dever ao profissionalismo de todos aqueles que estiveram envolvidos na sua execução, tendo em conta, em muitos dos casos, o carácter imprevisível de que se revestiram, em parte mercê da crise mundial que, atingindo os mercados financeiros internacionais, vem provocando impactos profundos na economia portuguesa e para cuja superação a DGTF tem constituído um relevante instrumento para a concretização das políticas públicas.

Perante esta realidade, é de salientar as acções relevantes onde a DGTF esteve presente, identificando as que pela sua natureza e, ou, carácter mais marcadamente inovador ou complexidade se destacam.

Desde logo, enquanto instrumento de concretização de políticas públicas que visam dar resposta à situação de crise económica que o país atravessa, **a DGTF processou 351 Milhões de Euros de apoios à economia e aos cidadãos, inseridos no âmbito da Iniciativa ao Investimento e ao Emprego**, de onde se evidencia:

- A medida Melhoria da Eficiência Energética, no âmbito da qual assegurou o pagamento relativo a 97 contratos celebrados por entidades públicas para a realização de auditorias e de obras, no montante global de 21,6 M€;
- O apoio à instalação de quase 18.000 painéis solares, no valor global de 29,4M€;
- A implementação do apoio ao crédito à habitação no desemprego, vulgo “moratória” envolvendo a articulação entre 17 Instituições de crédito e beneficiando mais de 1100 agregados familiares;
- Ao nível da Iniciativa para o Reforço da Estabilidade Financeira, a DGTF acompanhou a execução das medidas de apoio à capitalização e de concessão de garantias às Instituições de Crédito, tendo elaborado os respectivos relatórios de acompanhamento dirigidos à Assembleia da República;

Mas ao nível das suas áreas de intervenção tradicionais, 2009 também foi um ano marcante, sendo, por isso, de destacar as principais actividades e projectos desenvolvidos pelas diversas unidades orgânicas da DGTF, tendo em vista a prossecução de um melhor serviço público e a resposta adequada e necessária às crescentes exigências internacionais.



## 6.1 A DSPE

No que respeita à gestão das participações financeiras do Estado, refira-se que a actividade da DSPE centrou-se na análise dos Relatórios e Contas das empresas do SEE, e consequentemente na preparação da respectiva aprovação em Assembleia Geral, tendo, igualmente a sua actividade tido enfoque na elaboração e divulgação de relatórios, anual e trimestrais, relativos ao SEE, bem como o relatório anual sobre os Princípios de Bom Governo, garantindo, desta forma, a superação do correspondente objectivo previsto no QUAR.

Além disso, a referida unidade orgânica contribuiu fortemente para a consolidação do SIRIEF/SEE enquanto instrumento privilegiado de prestação de informação económica e financeira das empresas públicas ao Estado, cuja taxa de cobertura se aproxima dos 100%, tendo a mesma sido confirmada pelos resultados alcançados em inquérito de satisfação recentemente realizado, em que mais de dois terços dos utilizadores qualificam muito positivamente este instrumento.

Foi, igualmente, desenvolvida a definição de orientações de gestão para as empresas que integram o SEE, obtendo-se, desta forma, uma taxa de cobertura de 86%, face ao universo.

Com igual relevo, refira-se ainda que se diligenciou no sentido de se verificar a redução do número de participações do Estado integradas na carteira acessória, tendo sido obtida uma taxa de cobertura de 51%, a que corresponde a eliminação ou apresentação de proposta de eliminação relativamente a 21 empresas.

## 6.2 A DSAF

Por seu turno, a DSAF pautou a sua actividade pela análise e preparação da concessão de garantia do Estado a mais de nove centenas de operações de exportação, no montante de 193 milhões de euros.

A análise e apresentação das operações a garantir pelo Estado com destaque para as do sector financeiro, ao abrigo da Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro, constitui, igualmente um dos eixos fundamentais da actuação desta unidade orgânica.

Na vertente de concessão de empréstimos, o actual contexto económico nacional e internacional levou ao reforço da garantia de pagamento aos credores privados de serviços e organismos da administração directa e indirecta do Estado, das Regiões Autónomas e dos municípios, no âmbito do PREDE, tendo sido preparados processos envolvendo 72 Municípios, no montante de cerca de 200 milhões de euros e concretizada a celebração de Linhas de Crédito de Ajuda com as Repúblicas de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde garantidas pelo Estado, bem como a negociação de aditamentos a linhas de crédito já em vigor.

Ainda no âmbito da referida conjuntura económico-social, foram adoptadas as diligências necessárias à aprovação da medida extraordinária e transitória destinada a apoiar os mutuários de empréstimos à habitação própria permanente que se encontrem desempregados e registados como tal no centro de emprego há, pelo menos, três meses.

Na área internacional, muito embora a intervenção do Estado ocorra fundamentalmente através de garantias e bonificações de linhas de crédito bancárias, esta unidade orgânica tem contribuído para a atribuição de financiamentos directos do Estado, quer para apoio das respectivas balanças cambiais quer para projectos de investimento, como é o caso dos projectos de construção de estradas em Cabo Verde, nos quais as empresas portuguesas, seleccionadas pelo país beneficiário, participam através da exportação de bens e serviços considerados de origem portuguesa.

No âmbito da reunião do Grupo de Créditos à Exportação do Conselho da Europa, e em representação de Portugal, foi apresentado o apoio do Estado sob a forma de top-up a operações de seguro de crédito à exportação para mercados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Nessa sequência, a Dinamarca mostrou-se interessada em obter mais informação sobre o sistema português, tendo Portugal partilhado a experiência portuguesa no âmbito deste apoio com aquele Estado Membro.

### 6.3 A DSGFO

No âmbito da DSGFO, é de destacar a entrada em funcionamento do Sistema de Informação de Gestão do Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Sistema Nacional de Saúde, que passou a suportar, integralmente, a actividade deste Fundo e que, mais recentemente, foi disponibilizado à ACSS e aos Hospitais EPE, numa medida de reforço da transparência e do funcionamento em rede com estes stakeholders.

Ademais, a sua actuação permitiu também dar continuidade à cooperação com os países lusófonos no âmbito do Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin), em S. Tomé e Príncipe, Angola, Cabo Verde e Moçambique, com destaque para a realização, na DGTF, de seis acções de formação dirigidas a quadros superiores dos países envolvidos.

Por outro lado, e como já foi acima referido, a sua actividade incidiu ainda na implementação de acções no âmbito do programa Iniciativa ao Investimento e ao Emprego, designadamente quanto à medida Melhoria da Eficiência Energética.

### 6.4 A DSGP

No âmbito da gestão patrimonial, a DSGP assegurou, de forma relevante, os procedimentos relativos à prossecução do Programa de Alienação do Património Disponível, tendo, para o efeito, sido disponibilizados 73 imóveis, o que contribuiu para um valor global de receita de 300 milhões de euros, cujo montante foi ultrapassado em € 993 89 6,28.

Neste âmbito foi assegurada a administração de contratos celebrados, quer em 2009, quer em anos anteriores, respeitantes a venda, permuta, cedência de utilização, constituição de direitos de superfície, entre outros.

Nesta esteira, a DSGP assegurou ainda os procedimentos necessários à celebração e cessação dos contratos de arrendamento para instalação de serviços públicos e à instrução dos procedimentos de aquisição gratuita e onerosa de imóveis, bem como à regularização jurídico-registral dos imóveis, tendo sido dada uma resposta eficaz às muitas solicitações efectuadas nesta matéria.

### 6.5 A DSATP

Ainda na área do património imobiliário público, a DSATP concretizou a implementação do PGPI, nos seus diferentes eixos de actuação, de entre os quais se destaca a colaboração na preparação dos respectivos diplomas legais e regulamentares e a entrada em exploração do SIIE, plataforma desmaterializada de recolha, prestação e actualização permanente de informação sobre imóveis em ambiente Web, que, no final do ano, contava com registos respeitantes a 7.911 imóveis.

Foi ainda assegurada a realização do estudo para a implementação do princípio da onerosidade dos imóveis da propriedade do Estado, medida a ser aplicada, já em 2010, ao universo dos imóveis utilizados pelos serviços do MFAP, sendo de salientar que, do total de 205 instalações do Estado, ocupadas e afectas ao MFAP, foram concluídas 125 avaliações com um valor homologado de € 190.065.057,00, ao qual corresponde uma renda de € 1.220.972,13.

Nesta esteira, e pela relevância estratégica de que o PGPI se reveste para a gestão do património imobiliário público, salientam-se ainda os trabalhos relativos à sua monitorização através quer do Conselho de Coordenação e Gestão Patrimonial (CCGP), cuja dinamização a DGTF assegura, quer da produção de um conjunto significativo de relatórios de aferição e controlo das actividades realizadas.

No que concerne à participação em Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho Especializados foi assegurada a representação do MFAP e da DGTF na Comissão Consultiva do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML), na Comissão do Domínio Público Marítimo, nas Comissões Técnicas de Acompanhamento dos planos de pormenor e de urbanização das zonas de intervenção legalmente definidas pelo

Programa Polis, nas Comissões Mistas de Coordenação de PDM's, na Comissão de acompanhamento dos Fundos de Investimento Imobiliário para o arrendamento Habitacional e a participação no Grupo de Trabalho criado para elaboração de proposta de modelo de rentabilização de imóveis classificados do Estado.

## 6.6 A DSRF

Relativamente à actividade prosseguida pela DSRF, é de realçar o contributo prestado na criação das condições indispensáveis ao encerramento dos processos de liquidação de sociedades participadas pelo Estado, alguns dos quais de complexidade acrescida, tendo sido possível concluir em 2009 a liquidação de seis Sociedades, três das quais constituídas no quadro do Programa Polis.

Além disso, o desempenho da DSRF contribuiu também para a regularização de responsabilidades financeiras na ordem dos 115, 3 milhões de euros, nas quais se evidenciam as emergentes do Contrato de Reequilíbrio Financeiro da Concessão do Metro Sul do Tejo, no valor de 81 milhões de euros.

A actividade da DSRF centrou-se ainda na recuperação de créditos, sendo que, no ano de 2009, a receita do Estado resultante da cobrança de créditos atingiu o valor de cerca de 36,9 milhões de euros, reflectindo um acréscimo de 36 % face ao valor registado no ano transacto, cujo crescimento ficou a dever-se ao início do reembolso da dívida consolidada no quadro da operação de reescalonamento da dívida de Angola, cuja prestação vencida, neste ano, ascendeu ao valor de cerca de 23,8 milhões de euros.

## 6.7 O GAC

Atento o carácter transversal da actividade desta unidade orgânica, a respectiva actividade esteve fortemente condicionada pela actuação e matérias tratadas pelas restantes unidades orgânicas.

Nesta medida, destaca-se a análise e preparação de projectos de diplomas legais que se prendem com as atribuições da DGTF, salientando, neste âmbito a preparação de instrumentos legais relativos à implementação do regime do património imobiliário público, ao regime de crédito bonificado à habitação a deficientes e à moratória ao crédito à habitação própria permanente para mutuários em situação de desemprego.

Por outro lado, foram emitidos cerca de 300 pareceres jurídicos sobre as diversas matérias alvo da actuação da DGTF, parte dos quais sustentaram o cumprimento dos objectivos propostos. De registar, igualmente o acompanhamento dos processos judiciais em que a DGTF é parte, não só através da intervenção directa, como através da preparação dos elementos a remeter ao Ministério Público, bem como os trabalhos desenvolvidos em parceria com os serviços informáticos tendo em vista a constituição de uma base de dados dos processos judiciais.

Além do mais, apresentou-se a competente proposta de Relatório de Actividades relativo a 2008, bem como o Plano de Actividades para 2010.

Ao nível da participação em grupos de trabalhos, este Gabinete representou o MFAP no grupo de trabalho designado por “Euro Legal Tender” cujo objectivo foi a discussão por todos os Estados membros que adoptaram o euro das matérias relativas ao curso legal do euro e a apresentação de uma Recomendação à Comissão Europeia.

## 6.8 A DSGR

A intervenção da DSGR foi crucial para o pleno funcionamento do portal da DGTF, o que potencia, de forma eficaz, a sua capacidade de comunicação face ao mundo exterior e aos próprios colaboradores, sendo ainda de realçar a afirmação e projecção da imagem da DGTF, face à criação da sua “Nova Identidade”.

Ademais, foi ainda conseguida a disponibilização de acesso em dispositivos móveis ao correio electrónico por parte dos dirigentes da DGTF, o que contribui para melhorar a capacidade de resposta às inúmeras e prementes solicitações, bem como a aprovação pelo QREN de financiamento de dois importantes projectos para a criação de um sistema de gestão documental e para a georeferenciação de imóveis.

No que concerne à formação profissional, continuou a privilegiar-se a formação interna, para além da inserida em projectos em curso, nas seguintes vertentes:

- Inglês;
- Definição de Objectivos;
- Sistema de Normalização Contabilística;
- Relação com o Cliente - Comportamento Organizacional e Gestão de Conflitos;
- Plano de Classificação.

Na vertente externa abrangeram-se vertentes específicas em que não se verificou, face às necessidades, um número elevado de participantes, salientando-se, a título exemplificativo, as áreas jurídica, financeira, de informática e de avaliações.

Na área de recursos humanos, essencial para o bom desempenho da DGTF, é de realçar que a DSGR proporcionou a realização de 46 acções de formação profissionais adequadas ao universo de trabalhadores, mas também às atribuições prosseguidas pela DGTF, num total de 5.700 horas.

## 6.9 O GASEPC

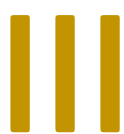
Da actividade do GASEPC, destaca-se a consolidação da acção de preparação e divulgação de boletins trimestrais de acompanhamento do SEE e das PPP, com a divulgação dentro dos prazos definidos no Calendário de Publicações da DGTF, dos boletins trimestrais reportados aos segundo e terceiro trimestres de 2009 do SEE e os das PPP referentes às mesmas datas, bem como a divulgação do relatório anual.

Tal como já vem constituindo prática, o GASEPC proporcionou a interacção da DGTF com diversas entidades interessadas na sua actividade, como é o caso do início de colaboração com o Centro de Estudos Aplicados da Faculdade de Economia da Universidade Católica Portuguesa, mediante a celebração de um protocolo no âmbito da criação do Observatório das Parcerias Público Privadas e com a Comissão de Normalização Contabilística a propósito dos trabalhos de desenvolvimento do novo Sistema de Normalização Contabilística.

No âmbito da preparação e lançamento de novas PPP, é de realçar a cooperação do GASEPC para a representação da DGTF nas comissões criadas para o efeito, designadamente no âmbito dos projectos da rede de alta velocidade e de novos hospitais do Serviço Nacional de Saúde.

Além disso, é igualmente inegável o seu contributo para o desenvolvimento e a entrada em produção do SIRIEF na vertente das PPP.

Na verdade, todos os contributos e resultados acima explicitados são destacados pelo facto de serem os mais expressivos de entre os inúmeros que foram prestados e alcançados em 2009 pela DGTF, revelando, desta forma, a sua vontade de alcançar a modernização e a obtenção de patamares mais elevados de eficiência, eficácia e qualidade, essencialmente, mediante a disponibilização de instrumentos de gestão adequados.



## Recursos envolvidos

### 1. Afectação dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos

Esta actividade encontra-se concentrada na DSGR e abrange o conjunto de acções/actividades/tarefas relacionadas com a gestão dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos.

Ademais, trata-se de uma actividade de execução relacionada com todos os actos relativos aos trabalhadores e que são típicos dos serviços de Recursos Humanos.

A gestão, conservação e manutenção das instalações da DGTF e dos seus equipamentos foi assegurada nos moldes habituais.

Efectuou-se a aquisição e instalação de hardware e software, bem como foi assegurada a manutenção da rede de comunicações, dos servidores, do Site da DGTF, dos computadores pessoais, da segurança da rede informática, da gestão de contratos e de assistência técnica informática, bem como a gestão e distribuição dos equipamentos informáticos.

Foi finalizada a reestruturação da infra-estrutura de serviços base da rede DGTF com a disponibilização do serviço de correio electrónico através da Internet, bem como através de dispositivos móveis e a reestruturação do serviço de acesso à Internet com tolerância a falhas e *single sign-on*.

Foi instalada uma solução de *Windows Deployment Services*, que permite, com a criação de imagens de estações standard, a diminuição do tempo de instalação de um computador e uma maior rapidez na sua entrega ao utilizador final.

Iniciou-se o processo de consolidação das plataformas de sistemas baseados em tecnologias Oracle que permitirá poupanças ao nível do licenciamento, bem como de recursos energéticos.

## 1.1 Recursos humanos

O âmbito de intervenção da DGTF é diversificado, necessitando de recursos humanos e técnicos adequados para dar resposta às constantes solicitações decorrentes da sua missão.

Foi promovida a transição dos trabalhadores da DGTF para o Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas ao abrigo da Lei de Vínculos e Carreiras.

Salienta-se, num universo de 194 trabalhadores, o seguinte:

- Quadro técnico superior (106), representando 55% do total do seu pessoal
- Quadro técnico de informática (6), representando 3%, do total de efectivos
- Elevada média etária – 51,28 anos

A repartição dos seus colaboradores consta do quadro *infra*.

RECURSOS HUMANOS	
Direcção	4
Dirigente Intermédio	22
Técnico Superior	106
Técnico de Património	17
Pessoal de Informática	6
Coordenador Técnico	1
Assistente Técnico	28
Assistente Operacional	10
<b>TOTAL</b>	<b>194</b>

Figura 12 Recursos Humanos

A necessidade de utilização das novas tecnologias, a desmaterialização de processos e procedimentos implicam que seja dado um enfoque grande à vertente formativa com **planos de formação** adequados que constituem orientações fundamentais para fazer face às exigências de uma Administração dinâmica e qualificada.

Deste modo, manteve-se a linha prosseguida nos últimos anos de desenvolvimento da vertente formativa, enquanto instrumento para atingir os objectivos definidos e o nível de qualidade exigida.

Pretendeu-se, assim, garantir uma estreita articulação entre as actividades desenvolvidas pela DGTF e as acções de formação proporcionadas, procurando que as mesmas funcionem como um instrumento facilitador das actividades prosseguidas e motivador dos colaboradores.

## 1.2 Balanço social

Relativamente ao Balanço Social que consta do **Anexo 3**, salientamos os seguintes aspectos que marcaram o ano de 2009:

- Tendência de redução do número de efectivos, contando o ano de 2009 com 194 pessoas, o que traduz um decréscimo de 4 pessoas relativamente a 2008, ou seja de 2,02%;
- Manifesto envelhecimento de efectivos, atingindo o nível etário 51,28 anos, mantendo-se a faixa etária mais representativa nos 55-59 anos, com 30,93% dos efectivos;
- Elevado nível médio de antiguidade (26,01), com um acréscimo de 0,68 relativamente a 2008, mantendo-se a maior expressão de efectivos desde os últimos 6 anos na faixa dos 30-35 anos de serviço, possuindo 50% dos efectivos uma antiguidade igual ou superior a 27,5 anos (indicada pela mediana);
- A licenciatura é o grau de habilitações predominante, correspondendo a 43,81% dos efectivos totais e 81,96% têm um nível de habilitações igual ou superior ao 11º ano, traduzindo-se assim, num acréscimo de nível habilitacional dos seus efectivos de 4,18% face ao ano 2008;

- Tendência de redução da taxa de absentismo na ordem de 0,63%, passando a situar-se nos 6,43%;
- O número total de horas de formação foi de 5.928, com um custo de 20.298,00 €, representando face ao efectivo médio, um grau de participação de 0,74/efectivo e um custo de 103,56 €. Salienta-se a continuidade de concretização do processo de formação enquadrada na Iniciativa Novas Oportunidades, com a certificação de competências ao nível do ensino secundário.

Assim, em síntese, no quadro *infra* evidencia-se o perfil tipo do trabalhador da DGTF em 2009:

Género	Carreira	Habilitação	Média Idade	Média Antiguidade	Relação Jurídica de emprego	Regime de horário trabalho
Mulher	Técnica Superior	Licenciatura	51,93	26,93	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	Flexível

Figura 13 Perfil tipo do trabalhador DGTF

### 1.3 Recursos materiais e financeiros

No que respeita aos meios materiais, foi consolidado o esforço desenvolvido, promovendo a melhoria de infra-estruturas de sistemas de informação, tendo em vista, designadamente, a disponibilização de informação de apoio à gestão do universo dos seus destinatários.

Qualquer organização em actividade é, por natureza, um sistema aberto e interactivo suportado por uma rede de processos articulados, onde os canais de comunicação existentes dentro da organização e entre esta e o seu meio envolvente são irrigados por informação.

Assim, uma organização, ao actuar num mundo global, está, de certo modo, em “estado de necessidade de informação permanente”, a vários níveis, pelo que as tecnologias de informação constituem o suporte e são um elemento essencial e indispensável à sua existência. A aceitação deste papel, por todos os colaboradores internos da organização, pode ser um factor peremptório para se atingir uma situação de excelência: quem dispõe de informação de boa qualidade, fidedigna, em quantidade adequada e no momento certo, adquire vantagens competitivas, já a falta de informação dá azo a erros e à perda de oportunidades.

O quadro *infra* evidencia os recursos financeiros atribuídos e executados pela DGTF, durante o ano de 2009:

Rúbrica	Património Imobiliário	Regularizações e Recuperações Financeiras	SEE e Apoios Financeiros	Áreas de Apoio	TOTAL
Despesas com o pessoal	1.601.299€	758.852€	1.525.958€	2.331.477€	6.217.586€
Aquisição de Bens e Serviços	284.662€	124.029€	350.142€	403.599€	1.162.432€
Aquisição de Bens de Capital	4.933€	2.151€	3.858€	7.000€	17.942€
<b>Orçamento de Funcionamento</b>					<b>7.397.960€</b>
<b>PIDDAC</b>					<b>276.641€</b>
<b>Capítulo 60 / Divisão 01</b>					<b>3.244.604.479€</b>
<b>TOTAL RECURSOS FINANCEIROS DGTF</b>					<b>3.252.279.080€</b>

Figura 14 Recursos Financeiros



## IV

### Avaliação final

Ao longo do presente relatório faz-se uma descrição detalhada da forma como se desenvolveu toda a actividade da DGTF nas suas diversas vertentes e do grau de cumprimento dos objectivos propostos, no quadro de competências e actividades, dando-se conta do esforço realizado pela DGTF no sentido da melhoria continuada da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados.

Perante a conjuntura económica interna e externa desfavorável, tornou-se imperioso encontrar respostas de novo tipo, pró-activas, o que levou a que a DGTF fosse frequentemente chamada a estar presente nesta ampla frente de combate. Ora, ainda assim, e trabalhando num ambiente de dificuldade, em 2009, a DGTF alcançou os objectivos propostos.

O Relatório de Actividades, que agora se apresenta, pretende reflectir, de uma forma sumária, o esforço desenvolvido pela DGTF ao longo do ano de 2009, com o objectivo de cumprir as metas inicialmente traçadas ou redefinidas em função das circunstâncias envolventes e em concreto verificadas.

Porém, como em qualquer organização, existiram constrangimentos, os quais, muitos deles recorrentes, em nada obstaram ao cumprimento dos objectivos por parte da DGTF, destacando-se os seguintes pelo seu impacto na actividade:

- Elevado número de solicitações externas, não programadas e com prazos de resposta curtos, conforme se constata pela diversidade de actividades desenvolvidas, o que conduz à necessidade de reafecção de recursos, limitando a capacidade de resposta às solicitações e conduzindo à necessidade de redefinição de prioridades e reprogramação de outras;
- Forte instabilidade ao nível da envolvente externa que determinou a necessidade de a DGTF aumentar a sua capacidade de resposta nas áreas de actividade mais directamente expostas a estes factores;
- Insuficiência de recursos humanos nas diversas áreas de actuação da DGTF e, particularmente, de quadros técnicos superiores, a qual é majorada em situações de significativo acréscimo de solicitações como aconteceu uma vez mais em 2009.

Pese embora os constrangimentos antes assinalados, a DGTF pautou a sua actuação de harmonia com as seguintes linhas:

- Alcançar elevados standards de racionalização de recursos, por via da introdução de práticas de desburocratização, simplificação, agilização e inovação de procedimentos e, consequente, aumento da qualidade dos serviços prestados;
- Criar laços fortes nas equipas, promovendo a entreajuda, a responsabilidade, a solidariedade e a participação de todos os colaboradores em prol dos objectivos comuns;
- Cooperar e estabelecer parcerias com outros organismos com áreas complementares de intervenção, facilitando a partilha de informação e a obtenção de sinergias;
- Proceder com total respeito pelas exigências decorrentes do seu posicionamento na Administração Pública, privilegiando um comportamento norteado pela legalidade, ética, integridade, equidade e independência;
- Assegurar procedimentos, critérios e canais de divulgação que assegurem uma prestação de contas clara e acessível aos interessados na sua actividade.

Com efeito, congratulamo-nos por poder continuar a afirmar que conseguimos dar resposta, em tempo oportuno e com qualidade, a muitas das solicitações que nos foram colocadas. Desde logo, assegurando a realização das inúmeras e exigentes tarefas de gestão corrente, a cargo das diversas áreas operativas e de suporte, as quais constituem a base do funcionamento diário e contínuo e dos resultados que têm sido alcançados pela DGTF.

O caminho percorrido e os resultados alcançados, confirmando a DGTF como uma referência no contexto das Instituições Públicas Nacionais, é um estímulo acrescido para podermos concretizar os projectos que ainda não realizámos e saber Cumprir 2010.

Deste modo, no quadro das atribuições e competências que hoje estão cometidas à DGTF, e conforme resultou da avaliação do cumprimento do QUAR, para efeito do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 27 de Dezembro, **considera-se que a DGTF obteve um BOM DESEMPENHO, dado que superou a totalidade dos objectivos que lhe foram fixados**, o que se traduziu numa taxa de realização final de 125,6 %, sendo de realçar os significativos índices de produtividade e de custo-eficácia obtidos, conforme se evidenciou no ponto 1.1., do Capítulo II.

Por último, cumpre reconhecer que os resultados alcançados só foram possíveis com o apoio e a colaboração de diversas entidades, das quais é justo salientar:

- O Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, pelo seu apoio, confiança e forma sempre atenta como acompanhou a DGTF;
- As entidades que interagem connosco na prossecução das suas atribuições;
- Os trabalhadores da DGTF, sem cujo empenhamento, competência e trabalho, não teria sido possível atingir os objectivos fixados.

Para todos, os nossos agradecimentos e a certeza de que tudo faremos para continuar a merecer o seu apoio.

O Director-Geral,  
*Carlos Durães da Conceição*

A Subdirectora-Geral,  
*Maria Isabel Ressurreição*

O Subdirector-Geral,  
*José António Barreiro*

O Subdirector-Geral,  
*Luis Miguel Ribeiro*

# Anexos

# Anexo 1

## 1. Objectivos Unidades Orgánicas e Equipa Multidisciplinar

### DSPE

#### Objectivo 1

Promover a definição geral de orientações de gestão para as empresas directamente participadas pelo Estado

Indicador:

Taxa percentual de empresas directamente participadas com orientações de gestão definidas (Número de empresas públicas directamente participadas pelo Estado com orientações de gestão propostas pela DGTF ou definidas / Número total de empresas públicas directamente participadas pelo Estado)\*100

Meta:

Taxa de empresas com orientações de gestão definidas de 60%

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Das 92 empresas participadas directamente pelo Estado em 31-12-08, a DSPE apresentou em 2009 proposta de orientações de gestão para 72 delas, das quais foram definidas formalmente 67, encontrando-se as 5 restantes, em 31-12-09, em fase conclusiva de formalização. Assim, obteve-se uma taxa de cobertura de 86% ( $=72/92*100$ ), com superação do objectivo fixado (60%).

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável): OP 2

#### Objectivo 2

Reduzir o número de participações do Estado integradas na carteira acessória

Indicador:

Taxa percentual de empresas eliminadas, ou em processo de eliminação, da carteira acessória (Número de empresas eliminadas da carteira acessória ou em processo de alienação / Número de empresas da carteira acessória em 31.12.2008\*100)

Meta:

Taxa de empresas eliminadas, ou em processo de eliminação, da carteira acessória de 50%

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Das 41 empresas que integravam a Carteira Acessória em 31-12-08, foram eliminadas durante o ano 2009 ou encontravam-se em processo de eliminação em 31-12-09, 21 delas. Foi, assim, atingida uma taxa de cobertura de 51%, superando o objectivo fixado (50%).

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável): OP 3

### Objectivo 3

Assegurar a integração no SIRIEF das empresas públicas directamente participadas pelo Estado

Indicador:

Taxa percentual de empresas públicas directamente participadas pelo Estado integradas no SIRIEF (Número de empresas públicas directamente participadas pelo Estado integradas no SIRIEF / Número total de empresas públicas directamente participadas pelo Estado)\*100

Meta:

Taxa de integração de 85%

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Em resultado dos procedimentos encetados pela DSPE nesse sentido, das 92 empresas que integravam a carteira de participações do Estado em 31-12-08, 87 inseriram informação no SIRIEF, quer de natureza económica e financeira, quer de outra natureza. Assim, foi atingida uma taxa de integração de 95%, superando o objectivo fixado (85%).

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável): OP 4

### Objectivo 4

Reduzir os prazos de divulgação de informação sobre empresas do SEE

Indicador:

Número de relatórios elaborados pela DGTF sobre as empresas do SEE

Meta:

2 relatórios elaborados

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Foram preparados 5 Relatórios, 3 trimestrais e 1 anual, em colaboração com o GASEPC, e 1 sobre Boas Práticas nas empresas do SEE.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável): OP 8

## DPE

### Objectivo 1

Reduzir o número de participações do Estado integradas na carteira acessória

Indicador:

Taxa percentual de empresas eliminadas, ou em processo de eliminação, da carteira acessória (Número de empresas eliminadas da carteira acessória ou em processo de alienação / Número de empresas da carteira acessória em 31.12.2008\*100).

Meta:

Taxa de empresas eliminadas, ou em processo de eliminação, da carteira acessória de 25%

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Das 41 empresas que integravam a Carteira Acessória em 31-12-08, a DPE participou na eliminação ou preparação de eliminação, durante o ano 2009, de 21. Foi, assim, atingida uma taxa de cobertura de 51%, superando o objectivo fixado (25%).

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável): OP 3

### Objectivo 2

Apresentar propostas sobre pagamento de indemnizações compensatórias, subsídios e realizações de capital

Indicador:

Número de dias úteis de antecipação da entrega da proposta de realização de despesa em relação à data prevista para a realização da operação de pagamento.

Meta:

Entrega da proposta com 2 dias úteis de antecipação

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Ao longo do ano a elaboração e entrega das propostas de realização de despesa com vista ao pagamento de indemnizações compensatórias, subsídios e realizações de capital foi preparada com prazo de antecipação superior a dois dias de modo a poder assegurar, nos casos em que tal era exigido, o cumprimento de datas contratuais.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

### Objectivo 3

Garantir a actualização correcta de ficheiros informáticos com informações relevantes sobre SEE (órgãos sociais, nomeações, orientações de gestão, objectivos de gestão, contratos de gestão, cumprimento de deveres especiais de informação, Assembleias Gerais)

Indicador:

Número de dias úteis que medeiam entre a data de recepção do documento e a data de actualização correcta dos ficheiros.

Meta:

Actualiza sempre os ficheiros informáticos no máximo em 2 dias úteis após a recepção

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

A actualização correcta dos ficheiros informáticos foi efectuada até final do 1.º dia útil após a recepção da informação.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

### Objectivo 4

Apresentação de informação correcta sobre a situação da carteira de participações do Estado

Indicador:

Prazo para a apresentação mensal da informação.

Meta:

Entrega da informação, no máximo entre o 3º e o 4º dia útil após a recepção de dados do BP

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Com excepção do último mês do ano (Dezembro), a informação com a posição correcta da carteira de participações do Estado foi elaborada até ao 4.º dia útil após a recepção dos dados do BP.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## DAA

### Objectivo 1

Promover a definição de orientações de gestão para as empresas directamente participadas pelo Estado

Indicador:

Taxa percentual de empresas directamente participadas com orientações de gestão definidas (Número de empresas públicas directamente participadas pelo Estado com orientações de gestão propostas pela DGTf ou definidas / Número total de empresas públicas directamente participadas pelo Estado)\*100

Meta:

Taxa de empresas com orientações de gestão definidas de 60%

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Das 92 empresas participadas directamente pelo Estado em 31-12-08, a DAA apresentou em 2009 proposta de orientações de gestão para 72 delas, das quais foram definidas formalmente 67, encontrando-se as 5 restantes, em 31-12-09, em fase conclusiva de formalização. Assim, obteve-se uma taxa de cobertura de 86% (=72/92\*100), com superação do objectivo fixado (60%).

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável): OP2

### Objectivo 2

Reduzir o número de participações do Estado integradas na carteira acessória

Indicador:

Taxa percentual de empresas eliminadas, ou em processo de eliminação, da carteira acessória (Número de empresas eliminadas da carteira acessória ou em processo de alienação / Número de empresas da carteira acessória em 31.12.2008\*100)

Meta:

Taxa de empresas eliminadas, ou em processo de eliminação, da carteira acessória de 25%

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Das 41 empresas que integravam a Carteira Acessória em 31-12-08, a DAA participou na eliminação ou preparação de eliminação, durante o ano 2009, de 21. Foi, assim, atingida uma taxa de cobertura de 51%, superando o objectivo fixado (25%).

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável): OP3

### Objectivo 3

Assegurar a integração no SIRIEF das empresas públicas directamente participadas pelo Estado

Indicador:

Taxa percentual de empresas pblicas directamente participadas pelo Estado integradas no SIRIEF (Número de empresas públicas directamente participadas pelo Estado integradas no SIRIEF / Número total de empresas públicas directamente participadas pelo Estado)\*100

Meta:

Taxa de integração de 85%

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Em resultado dos procedimentos encetados pela DAA desse sentido, das 92 empresas que integravam a carteira de participações do Estado em 31-12-08, 87 inseriram informação no SIRIEF, quer de natureza económica e financeira, quer de outra natureza. Assim, foi atingida uma taxa de integração de 95%, superando o objectivo fixado (85%).

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável): OP4

### Objectivo 4

Reduzir os prazos de divulgação de informação sobre empresas do SEE

Indicador:

Número de relatórios elaborados pela DGTF sobre as empresas do SEE

Meta:

2 relatórios elaborados

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Foram preparados 5 Relatórios, 3 trimestrais e 1 anual, em colaboração com o GASEPC, e 1 sobre Boas Práticas nas empresas do SEE.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável): OP8

### Objectivo 5

Assegurar a divulgação no portal da DGTF da informação exigida pelos Princípios de Bom Governo (PBG) aprovados

Indicador:

Taxa percentual de divulgação da informação sobre empresas públicas no portal da DGTF (Informação sobre empresas públicas divulgada no portal DGTF / Informação sobre empresas publicas a divulgar no portal segundo os PBG aprovados) \*100

Meta:

Taxa de divulgação de 80%

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Relativamente à divulgação de informação sobre empresas públicas no portal da DGTF, assegurou-se uma taxa de cobertura de 81.25%, superando o objectivo fixado (80%).

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## DSAF

### Objectivo 1

Assegurar a qualidade da prestação de informação sobre os apoios do Estado

Indicador:

Número de pontos atribuídos de acordo com a verificação dos seguintes critérios em 3 informações produzidas e a seleccionar aleatoriamente: Nível de linguagem escrita – 1 a 3 valores; Capacidade de síntese – 1 a 3 valores; Fundamentação – 1 a 3 valores; Proposta assertiva – 1 a 3 valores, sendo que 1 corresponde a Insatisfatório, 2 a Suficiente e 3 a Bom

Meta:

Pontuação obtida entre 21 a 27

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

A média da qualidade das informações seleccionadas ao nível das duas Divisões, DGE e DBI, obteve uma pontuação de 32.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):



## Objectivo 2

### Garantir a disponibilização tempestiva de informação sobre execução orçamental

Indicador:

Dias úteis, em média, para disponibilização da informação a partir da data em que é solicitada

Meta:

Informação disponibilizada, sempre, no máximo, entre 2 a 5 dias úteis

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

A informação sobre créditos a libertar para execução da despesa a prestar entre o 1º e o 5º dia útil do mês, foi disponibilizada, nas duas Divisões da DSAF, com uma média inferior a 1 dia (0.83 dias).

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## Objectivo 3

### Assegurar a representação externa do CGFEI

Indicador:

Taxa percentual de reuniões plenárias do Conselho da UE e da OCDE nas quais participa (Número de reuniões plenárias do Cons. UE e da OCDE em que participa / Número total de reuniões plenárias do Cons. UE e da OCDE realizadas) \* 100

Meta:

Participar em 90% das reuniões plenárias sobre Crédito à Exportação

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

A participação verificou-se em 90,4% das reuniões.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## DBI

## Objectivo 1

### Diligenciar no sentido da conclusão de processos relativos a pedidos de esclarecimento no âmbito do crédito à habitação bonificado

Indicador:

Número médio de processos de esclarecimento concluídos mensalmente. Considera-se que o processo está concluído quando se informar o mutuário das razões que o levaram a pedir esclarecimento. Número de processos de esclarecimento concluídos / 12

Meta:

Em média, 50 a 80 processos concluídos mensalmente

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

O total de processos concluídos em 2009 ascendeu a 1796, o que perfaz uma média mensal de 150.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## Objectivo 2

### Assegurar a resposta em tempo útil aos pedidos de reclamação de bonificação de juros

Indicador:

Número médio de dias corridos para resposta aos pedidos de reclamação de bonificação de juros, a contar da data de entrada da listagem de reclamação de pagamento até à data de informação

Meta:

Prazo de resposta, sempre, no máximo, entre 15 a 20 dias

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

Só em gestão automatizada será possível superar o prazo fixado, tendo as respostas sido asseguradas em 15 dias.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

### Objectivo 3

Assegurar a introdução, em tempo útil, de processos na base de dados do crédito à habitação bonificado

Indicador:

Número médio de dias úteis para introdução de processos na base de dados do crédito à habitação bonificado, a contar da data de entrada do documento na DBI até à data de registo

Meta:

Prazo de introdução na base, sempre, no máximo, entre 5 a 8 dias úteis

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

Em 2010, será possível ser mais exigente na fixação deste objectivo, face à tendência decrescente do número de pedidos de esclarecimento. Ainda assim, a introdução de processos na base de dados foi efectuada no prazo de 5 dias.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

### Objectivo 4

Garantir a disponibilização tempestiva de informação sobre execução orçamental

Indicador:

Número médio de dias úteis para disponibilização da informação sobre execução orçamental a partir da data em que é solicitada

Meta:

Informação disponibilizada, sempre, no máximo, entre 2 a 5 dias úteis

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

A informação sobre créditos a libertar para execução da despesa a prestar entre o 1º e o 5º dia útil do mês, é, regra geral, disponibilizada no 1 dia útil do mês.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

### Objectivo 5

Garantir a qualidade da informação e pareceres produzidos pela DSAF/DBI

Indicador:

Número de pontos atribuídos de acordo com a verificação dos seguintes critérios em 3 informações produzidas e a seleccionar aleatoriamente: Nível de linguagem escrita – 1 a 3 valores; Capacidade de síntese – 1 a 3 valores; Fundamentação – 1 a 3 valores; Proposta assertiva – 1 a 3 valores sendo que 1 corresponde a Insatisfatório, 2 a Suficiente e 3 a Bom

Meta:

Pontuação obtida entre 21 a 27

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Avaliação resultante do somatório de pontos obtidos na apreciação dos critérios estabelecidos tendo por base as informações seguidamente indicadas – DSAF/DBI/ Inf.º nº156, de 04-08-09 (11); DSAF/DBI/ Inf.º 230, de 04-11-09 (9); DSAF/DBI/ Inf.º 228, de 04-12-09 (12) – (pontuação 32)

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## DGE

### Objectivo 1

Garantir a disponibilização em tempo útil da informação solicitada com carácter não sistemático

Indicador:

Número médio de dias úteis entre a data solicitada para entrega e a data efectiva da prestação da informação

Meta:

Número médio de dias entre 1 a 3 dias

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

O n.º médio de dias para o efeito é de 1.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## Objectivo 2

Garantir a qualidade da informação e pareceres produzidos pela DSAF/DBI

Indicador:

Número de pontos atribuídos de acordo com a verificação dos seguintes critérios em 3 informações produzidas e a seleccionar aleatoriamente: Nível de linguagem escrita – 1 a 3 valores; Capacidade de síntese – 1 a 3 valores; Fundamentação – 1 a 3 valores; Proposta assertiva – 1 a 3 valores sendo que 1 corresponde a Insatisfatório, 2 a Suficiente e 3 a Bom

Meta:

Pontuação obtida entre 21 a 27

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

A avaliação obtida é de 32 pontos, tendo por base as seguintes informações: DGE nº 241 Marrocos (9); nº 235 Casa do Douro (11); nº 220 REFER (12) - (pontuação 32)

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## Objectivo 3

Garantir a actualização atempada da informação sobre os apoios financeiros concedidos pelo Estado

Indicador:

Diferencial entre a data de reporte sobre garantias e empréstimos e a respectiva data de divulgação da informação.

Meta:

Diferencial entre 1,5 e 3 meses, exclusive

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

O diferencial médio entre a data de reporte e o envio dos dados para publicação no site foi de 53 dias.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## Objectivo 4

Diligenciar no sentido da automatização da informação sobre o Pagar a Tempo e Horas (PTH)

Indicador:

Data de calendário de conclusão da base de dados sobre o plano do serviço da dívida. Considera-se que a base de dados está concluída quando estiver carregada com informação relativa a 50% dos mutuários

Meta:

Base de dados elaborada entre 30 de Novembro e 31 Dezembro 2009

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Concluiu-se, em 24 de Junho, a base de dados em Excel para verificação de cumprimento dos PMP com implicações no serviço da dívida para todos os mutuários.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## Objectivo 5

Assegurar a gestão orçamental em tempo útil

Indicador:

Número de dias úteis entre a data de pagamento e a data de regularização orçamental.

Meta:

Número de dias, sempre, no máximo, entre 8 a 15 dias

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

Só foi considerado um dos indicadores, uma vez que o mesmo foi suficiente para assegurar o cumprimento do objectivo.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 1****Diminuição do prazo médio dos pagamentos relativos à emissão de moeda metálica**

Indicador:

Prazo médio (dias) para pagamentos relativos a emissão de moeda metálica (Número total de dias gastos nos pagamentos relativos à emissão de moeda metálica / Número total de pagamentos relativos à emissão de moeda metálica efectuados)

Meta:

Prazo médio de pagamento de 25 dias

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

Embora os prazos de pagamento tenham tido alguma variação, a média anual foi de 25 dias.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 2****Adequar as dotações orçamentais relativas ao Capítulo 60º aos respectivos compromissos**

Indicador:

Número de dias úteis decorridos entre a constatação da insuficiência orçamental ou duodecimal e a submissão do pedido à consideração superior

Meta:

Entre a constatação da insuficiência orçamental ou duodecimal e a submissão do pedido à consideração superior decorrem, sempre, no máximo, 2 dias úteis

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

A média anual do n.º de dias decorrido entre a constatação da insuficiência e a submissão do pedido foi de 1 dia útil.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 3****Assegurar a disponibilização a outras entidades de informação financeira relativa à actividade da DGTF após a recolha de dados**

Indicador:

Número de dias úteis entre a data de recolha de dados e a disponibilização a outras entidades. Consideram-se a disponibilização de dados ao Governo, DGO, TC, BP, INE, bem como aos auditores das diversas entidades públicas e privadas. Considera-se como data de disponibilização a data de envio de e-mail ou a data de saída do escritório de comunicação.

Meta:

Entre a data de recolha de dados e a disponibilização decorrem, sempre, no máximo 3 dias úteis

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

A disponibilização da informação foi assegurada no prazo médio de 2 dias úteis.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 4****Assegurar a contabilização das receitas relativas a alienação de imóveis do Estado**

Indicador:

Número de dias úteis que decorrem entre a recolha dos dados necessários e a realização da transferência para receita orçamental ou outras entidades. Consideram-se dados necessários à realização da transferência os dados de fornecedor, a nota interna de receita e o despacho governamental de afectação de receita.

Meta:

Entre a data de recolha de dados e a transferência para receita orçamental ou outras entidades decorrem, sempre, no máximo 5 dias úteis

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

A média anual do n.º de dias entre a recolha de dados necessários à realização da transferência e a transferência foi de 4 dias.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## Objectivo 5

Assegurar a disponibilização de informação relativa à gestão financeira de patrimónios autónomos

Indicador:

Taxa percentual de cumprimento dos prazos (Número de documentos produzidos cumprindo o prazo estabelecido / Número total de documentos produzidos). Os prazos são: relatórios previstos legalmente = antecipam o prazo legal de entrega do relatório em 7 a 5 dias úteis; aplicações financeiras = entregam os dados com um dia útil de antecedência em relação ao início da aplicação; informação solicitada pelos órgãos directivos ou pelo Governo = entrega da informação solicitada 2 dias úteis após o pedido

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Meta:

Taxa de cumprimento de prazos entre 70% e 80%

Nota Explicativa:

Os documentos produzidos foram disponibilizados com a antecedência média de 10 dias úteis, enquanto que as aplicações financeiras foram ordenadas no próprio dia em que foi conhecido o montante a aplicar.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## DSGP

### Objectivo 1

Assegurar os procedimentos relativos à prossecução do Programa de Alienação do Património Disponível de forma a contribuir para um valor de receita de 300 milhões de euros

Indicador:

Produto de Vendas

Meta:

Produto de vendas 300M€

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Foi atingido um valor de vendas de € 300 993 896,28, pelo que o objectivo foi ultrapassado em € 993 896,28.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável): OP1

### Objectivo 2

Assegurar os procedimentos necessários à celebração e cessação de contratos de arrendamento para instalação de serviços públicos e à instrução dos procedimentos de aquisição gratuita e onerosa de imóveis, bem como proceder à regularização jurídica-registral dos imóveis

Indicador:

Dar resposta às solicitações

Meta:

A 60% das solicitações

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

Dos 2 616 processos entrados na DSGP foram movimentados 1 741, ou seja, respondeu-se ou iniciaram-se procedimentos de resposta a 66,6% dos processos entrados.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

### Objectivo 3

Aumentar os mecanismos de controlo interno, assegurando a qualidade e a rapidez de comunicação da informação produzida

Indicador:

Número de dias para prestar a informação quando solicitada

Meta:

4 dias

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Em média, a informação quando solicitada é prestada num prazo médio inferior a 2 dias, com excepção da informação a prestar ao Tribunal de Contas, a qual tem de ser consolidada com a informação produzida noutras UO.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 1****Assegurar e concluir, com qualidade, os procedimentos inerentes à actividade desenvolvida na Unidade Orgânica**

Indicador:  
**Percentagem de processos movimentados arquivados**

Meta:  
**20%**

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:  
**Foram arquivados/concluídos 29,9 % dos processos movimentados, ou seja, dos 740 processos movimentados procedeu-se à conclusão de 221.**

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 2****Melhoria da capacidade de resposta às solicitações**

Indicador:  
**Prazo médio de resposta às solicitações em dias seguidos (Somatório do número de dias de cada resposta/ número de respostas efectuadas)**

Meta:  
**45 dias**

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:  
**O prazo médio de resposta às solicitações foi de 44 dias (4882 dias/110 respostas).**

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 3****Assegurar os procedimentos relativos à prossecução do Programa de Alienação do Património Imobiliário Disponível**

Indicador:  
**Imóveis disponibilizados para alienação (Banco de Imóveis)**

Meta:  
**20 Imóveis**

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:  
**Foram disponibilizados 52 imóveis para a constituição do Banco de Imóveis. Critério de superação: > a 20 imóveis**

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 4****Aumentar os mecanismos de controlo interno, assegurando a qualidade da informação produzida**

Indicador:  
**Número de dias úteis para prestar a informação quando solicitada**

Meta:  
**5 dias úteis**

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:  
**Em média, a informação, quando solicitada, é prestada num prazo médio inferior a 2 dias, com excepção da informação a prestar ao Tribunal de Contas, a qual tem de ser consolidada com a informação produzida noutras UO. Critério de superação: < a 3 dias**

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 1****Assegurar e concluir, com qualidade, os procedimentos inerentes à actividade desenvolvida na Unidade Orgânica**

Indicador:  
**Percentagem de processos movimentados arquivados**

Meta:  
**20%**

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:  
**Tendo sido movimentados 1001 processos, foram objecto de arquivamento 261, o que se traduz numa percentagem de conclusão de 26,7%.**

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 2****Melhoria da capacidade de resposta às solicitações**

Indicador:  
**Prazo médio de resposta às solicitações em dias seguidos (Somatório do número de dias de cada resposta/ Número de respostas efectuadas)**

Meta:  
**45 dias**

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:  
**O prazo médio de resposta às solicitações foi de 14 dias (6350 dias/ 458 solicitações). Critério de superação: prazo de resposta < 30 dias.**

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 3****Assegurar os procedimentos relativos à prossecução do Programa de Alienação do Património Imobiliário Disponível**

Indicador:  
**Imóveis disponibilizados para alienação (Banco de Imóveis)**

Meta:  
**20 Imóveis**

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:  
**Foram disponibilizados 56 imóveis para alienação. Critério de superação: > 30 imóveis**

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 4****Aumentar os mecanismos de controlo interno, assegurando a qualidade da informação produzida**

Indicador:  
**Número de dias úteis para fornecer os dados referentes às denúncias e aquisições quando solicitados**

Meta:  
**5 dias úteis**

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:  
**Em média, a informação quando solicitada é fornecida num prazo inferior a 2 dias. Critério de superação: < 3 dias.**

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):



**Objectivo 1**

**Assegurar o acompanhamento e controlo da execução do Programa de Gestão do Património Imobiliário (PGPI) para o quadriénio 2009-2012**

Indicador:

Número de relatórios, estudos e outros documentos produzidos. Consideram-se relatórios válidos os que obedecerem a critérios de qualidade, eficácia e eficiência da informação gerada, nomeadamente identificando os problemas suscitados pela análise dessa informação com a apresentação de soluções para a sua resolução

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Meta:

Produção de 8 a 10 relatórios e /ou estudos ou outros documentos

Nota Explicativa:

Foram produzidos, e submetidos a apreciação superior, 15 relatórios e outros documentos de reporte sobre a execução do PGPI, com natural destaque para o eixo da inventariação (SIIE). Convém precisar que o formato e a estrutura dos relatórios foi variando, de acordo com as orientações superiores que foram sendo recebidas, designadamente do membro do Governo. Para além disso, o intervalo de tempo entre a elaboração dos documentos, que no início começou por ser semanal, foi sendo progressivamente alargado, à medida que o funcionamento da aplicação SIIE ia estabilizando. A isso acresce que a partir do 2.º semestre de 2009 os pontos de situação referentes ao SIIE passaram a estar englobados nos documentos de reporte sobre a execução global do SIIE, tendo por base a matriz definida pelo Gabinete SETF.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 2**

**Elaborar pareceres e assegurar a realização atempada de estudos, inspecções, levantamentos patrimoniais e avaliações técnicas de imóveis inerentes ao cumprimento da missão da DGTF**

Indicador:

Avaliações efectuadas que contribuam para um valor de receita de 300M€

Meta:

300 M€

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Foram preparados dossiers, realizadas vistorias técnicas a imóveis do Estado, levantamentos patrimoniais e registrais e efectuadas avaliações, com vista à valorização e rentabilização do património imobiliário público, num valor de venda potencial de 333M€..

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável): **OPI**

**Objectivo 3**

**Assegurar a elaboração e entrega atempada de estudos técnicos e de propostas de solução urbanística, modelos de negócio e análises económico-financeiras, com vista à rentabilização e racionalização do uso do património imobiliário do Estado**

Indicador:

Verificação do tempo médio de elaboração de informações e/ou estudos, consoante a sua complexidade técnica (Baixa ou média, até 10 dias; Elevada até 20 dias)

Meta:

Entrega das informações e/ou pareceres dentro do prazo estipulado, de acordo com a complexidade técnica do assunto. Atinge: Com não cumprimento dos prazos entre 3 a 6 vezes

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

Foi assegurada a elaboração e entrega das informações e/ou estudos, de acordo com a complexidade técnica dos respectivos assuntos.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 1**

Assegurar a monitorização e controlo da execução do PGPI, através da elaboração de relatórios, estudos e outros documentos de reporte

Indicador:

Número de relatórios, estudos e outros documentos produzidos. Consideram-se válidos os relatórios que apresentem uma estruturação adequada e uma redacção inteligível, identificando claramente os problemas suscitados pela análise da temática em causa e apresentando soluções concretas para a sua resolução

Meta:

Elaboração de 8 relatórios e / ou estudos ou outros documentos

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Foram produzidos, e submetidos a apreciação superior, 15 relatórios e outros documentos de reporte sobre a execução do PGPI, com natural destaque para o eixo da inventariação (SIE). Convém precisar que o formato e a estrutura dos relatórios foi variando, de acordo com as orientações superiores que foram sendo recebidas, designadamente do membro do Governo. Para além disso, o intervalo de tempo entre a elaboração dos documentos, que no início começou por ser semanal, foi sendo progressivamente alargado, à medida que o funcionamento da aplicação SIE ia estabilizando. A isso acresce que a partir do 2.º semestre de 2009 os pontos de situação referentes ao SIE passaram a estar englobados nos documentos de reporte sobre a execução global do SIE, tendo por base a matriz definida pelo Gabinete SETF.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 2**

Melhorar a funcionalidade e actualização da plataforma electrónica de inventariação de imóveis do Estado e dos Institutos Públicos (SIE)

Indicador:

Taxa percentual de funcionalidades do SIE introduzidas, actualizadas, melhoradas em tempo útil, após a sua identificação e adjudicação. Considera-se tempo útil, se a introdução, melhoria, actualização permitir a resposta às normas aplicáveis e/ou solicitações de entidades externas de tratamento integrado e coerente de informação gerada pelo SIE. (Número total de introduções, actualizações, melhorias efectuadas em tempo útil / Número total de introduções, actualizações, melhorias identificadas) \* 100

Meta:

Efectuar melhoria / actualização de 90% das funcionalidades em tempo útil

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

No âmbito do desenvolvimento e actualização da plataforma electrónica do Programa de Inventariação - SIE-, recorreu-se, no ano de 2009, a três dos "pacotes" de horas previstos no contrato inicialmente celebrado com a PT/SI, visando a implementação de 11 ferramentas/ funcionalidades, abaixo descritas:

1.ª Fase - Validação dos Dados do Organismo

- Melhorias aos relatórios já existentes
- Tratamento ao nível dos relatórios de situações de dupla tutela
- Possibilidade de exportação dos dados de ocupação para Excel
- Criação de Novos Relatórios para os utilizadores externos

2.ª Fase - Tipificação de imóveis e de ocupações

- Nova funcionalidade de visualização pelo utilizador dos registos incompletos, com o objectivo de reduzir o n.º de erros verificados (duplicações)
- Transpor para a plataforma a realidade das entidades gestoras de património do Estado

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 3**

Melhorar a funcionalidade da base de dados de imóveis (SGI), promovendo a sua actualização e reorganização

Indicador:

Número de freguesias do concelho de Lisboa nas quais todos os seus imóveis estão apurados e validados

Meta:

4 freguesias de Lisboa com todos os imóveis apurados e validados

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Procedeu-se à actualização e reorganização de todos os processos de imóveis existentes nas freguesias de S. Jorge de Arroios, Beato, Charneca e Santa Engrácia, envolvendo um total de cerca de 610 processos de imóveis.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## Objectivo 4

Assegurar a elaboração e entrega atempada de estudos técnicos e de propostas de solução urbanística, modelos de negócio e análises económico-financeiras, com vista à rentabilização e racionalização do uso do património imobiliário do Estado

Indicador:

Número de vezes em que se falha o prazo estabelecido para elaboração de informações e/ou estudos. O prazo é estabelecido pelo superior hierárquico consoante a complexidade técnica, de acordo com os seguintes critérios: natureza do assunto a tratar, grau do esforço efectivamente desenvolvido, necessidade ou não de trabalho de pesquisa, análise e concepção, nível de interacção com outras entidades, públicas ou privadas, recurso à aplicação de novas tecnologias. Para casos de complexidade baixa ou média, o prazo será até 10 dias úteis; para casos de complexidade elevada o prazo será até 20 dias úteis

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Meta:

Entrega das informações e/ou pareceres dentro do prazo estipulado, de acordo com a complexidade técnica do assunto. Atinge: se falhar os prazos 3 a 6 vezes

Nota Explicativa:

Foi assegurada a elaboração e entrega das informações e/ou estudos, de acordo com a complexidade técnica dos respectivos assuntos.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## DAIP

## Objectivo 1

Assegurar a realização atempada de avaliações técnicas de imóveis inerentes ao cumprimento da missão da DGTF

Indicador:

valor dos imóveis avaliados (venda e arrendamento), em milhões de euros

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Meta:

valor dos imóveis avaliados entre 300M€ a 360M€

Nota Explicativa:

Das avaliações realizadas, no âmbito da implementação do princípio da onerosidade, resultou um valor homologado de 190.065.057,00€, ao qual corresponde uma renda de 1.220.972,13€/mês. Das avaliações realizadas para imóveis a alienar, ceder ou adquirir, resultou um valor global de € 640.810.702,55, sendo que para imóveis para arrendar, ceder ou constituir direito de superfície resultou um valor homologado global de €/mês 998.806,54 (critério de superação: valor dos imóveis avaliados superior a 360M€).

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## Objectivo 2

Assegurar a realização atempada e sem erros de levantamentos patrimoniais de imóveis, e a sua certificação energética, acções inspectivas ao património do Estado com vista a verificar a sua utilização ou estado de conservação, pronunciando-se sobre as obras que tais imóveis careçam e fiscalizando a sua execução.

Indicador:

Percentagem de informações e /ou pareceres efectuados de acordo com o prazo estabelecido pelo superior hierárquico consoante a complexidade técnica, de acordo com os critérios: Natureza e urgência do assunto a tratar, grau do esforço desenvolvido, necessidade ou não de trabalho de pesquisa, análise e concepção, nível de interacção com outras entidades, públicas ou privadas, recurso à aplicação de novas tecnologias. Para casos de complexidade baixa ou média, o prazo será até 8 dias úteis; para casos de complexidade elevada o prazo será até 15 dias úteis

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Meta:

Efectuadas uma % entre 50% a 70% das informações e /ou pareceres solicitados dentro do prazo estipulado, e sem erros, de acordo com a complexidade técnica do assunto. Atinge: se falhar os prazos 3 a 6 vezes

Nota Explicativa:

Critério de superação: se a % for superior a 75% e se falhar menos de 3 vezes o prazo de elaboração, sem erros, das informações e/ou estudos. Não obstante terem sido efectuadas mais de 75% das informações e/ou pareceres solicitados, o prazo de elaboração de algumas das informações ultrapassou mais de 3 vezes o prazo máximo dos 15 dias.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

### Objectivo 3

Assegurar a elaboração e entrega atempada de estudos técnicos, modelos de negócio e análises económico-financeiras, com vista à rentabilização e racionalização do uso do património imobiliário do Estado

Indicador:

Número de vezes em que se falha o prazo estabelecido para elaboração de informações e/ou estudos. O prazo é estabelecido pelo superior hierárquico consoante a complexidade técnica, de acordo com os critérios: natureza e urgência do assunto a tratar, grau do esforço desenvolvido, necessidade ou não de trabalho de pesquisa, análise e concepção, nível de interacção com outras entidades, públicas ou privadas, recurso à aplicação de novas tecnologias. Para casos de complexidade baixa ou média, o prazo será até 10 dias úteis; para casos de complexidade elevada o prazo será até 20 dias úteis

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Meta:

Entrega das informações e/ou estudos dentro do prazo estipulado, de acordo com a complexidade técnica do assunto. Atinge: se falhar os prazos 3 a 6 vezes

Nota Explicativa:

**Critério de superação:** falhar menos de 3 vezes o prazo de elaboração das informações e/ou estudos. Tendo em atenção a complexidade dos assuntos tratados, considera-se, que se falhou menos de 3 vezes o prazo de elaboração das informações e /ou estudos, pelo que este objectivo foi superado.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## DSRF

### Objectivo 1

Contribuir para a optimização da receita emergente da recuperação dos créditos

Indicador:

Valor das cobranças registadas na Receita do Estado de 2009/Execução Orçamental (M€)

Meta:

Receita cobrada entre 20M€ a 30M€

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Do valor total da receita cobrada, 23,8 M€ corresponde aos créditos do Estado sobre a República de Angola objecto do contrato de reescalonamento da dívida celebrado em 5-08-2004, tendo sido cobrados 36, 9 M€.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

### Objectivo 2

Diligenciar no sentido da conclusão dos processos de liquidação em curso de entidades do sector público administrativo e empresarial

Indicador:

Número de processos de liquidação concluídos (a aferir através da data da aprovação da conta final de liquidação)

Meta:

3 a 6 processos de liquidação concluídos

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

Foram concluídos 6 processos de liquidação. Ambelis - Agência p/Modernização Económica de Lisboa, SA; BragançaPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Bragança, SA; CoimbraPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Coimbra; COPENAVE - Cooperativa Abastecedora de Navios, CRL ; PEC Tejo - Indústria de Produtos Pecuários de Lisboa e Setúbal, SA e SilvesPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Silves, SA.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

### Objectivo 3

Contribuir para a optimização da gestão dos créditos do Estado sob administração da DGTf

Indicador:

Número de processos de recuperação de créditos extintos (a aferir através da data da confirmação da extinção)

Meta:

80 a 120 processos extintos

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Foram extintos 159 processos, dos quais 61 por pagamento, 54 por extinção do devedor, 30 por anulação da dívida, 7 por prescrição, 3 por cessão do crédito, 2 por dação em pagamento e 2 por compensação de créditos.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

### Objectivo 4

Contribuir para o reforço do controle do mandato de gestão dos créditos do Estado

Indicador:

Prazo para entrega de proposta de revisão do Protocolo celebrado com o Instituto Nacional de Habitação (INH) / Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) para gestão dos créditos do ex-Fundo de Fomento de Habitação (FFH)

Meta:

Apresentação de proposta entre 1.10.2009 e 30.11.2009

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

Apresentada em 23-11-2009 proposta de acordo a celebrar com o IHRU para gestão do património imobiliário transmitido para o Estado no quadro dos processos de regularização da dívida do extinto Fundo de Fomento de Habitação.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 1****Contribuir para a optimização da receita emergente da recuperação dos créditos**

Indicador:

**Valor das cobranças registadas na Receita do Estado de 2009/Execução Orçamental (M€)**

Meta:

**Receita cobrada entre 20M€ a 30M€**

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

**O valor total da receita cobrada ascendeu ao montante de 36, 9 M€.**

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 2****Contribuir para o reforço do controle do mandato de gestão dos créditos do Estado**

Indicador:

**Prazo para conclusão da elaboração de proposta de revisão do Protocolo celebrado com o INH/IHRU para gestão dos créditos do EX/FFH**

Meta:

**Apresentação de proposta entre 1.10.2009 e 30.11.2009**

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

**Apresentada em 9-11-2009 proposta de acordo a celebrar com o IHRU para gestão do património imobiliário transmitido para o Estado no quadro dos processos de regularização da dívida do extinto Fundo de Fomento de Habitação.**

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 3****Assegurar a resposta em tempo útil a questões submetidas à Divisão**

Indicador:

**Prazo médio de resposta (dias) a aferir em função da data de saída do documento da DGTF (Somatório dos dias dispendidos na resposta / Número total de respostas efectuadas)**

Meta:

**Prazo médio de resposta entre 20 a 30 dias**

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

**O prazo médio de resposta para questões submetidas à Divisão foi de 20 dias.**

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 4****Garantir a qualidade da informação e pareceres produzidos pela Divisão**

Indicador:

**Acumulação de pontos atribuídos pela avaliação da qualidade de 3 informações/pareceres produzidos (a seleccionar aleatoriamente) de acordo com os seguintes critérios: Capacidade de síntese – 1 a 3 valores; Sequência lógica de raciocínio – 1 a 3 valores; Nível de linguagem escrita – 1 a 3 valores; Conhecimentos técnicos aplicados – 1 a 3 valores**

Meta:

**Pontuação obtida entre 6 a 10**

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

**Obtida a pontuação de 9 na avaliação das seguintes informações:**  
**DGC/31 – Pagamento da Comissão de gestão do IHRU sobre as cobranças de Dezembro de 2008**  
**DGC/98 – Posição da DGTF na Assembleia de credores da Sofil, SA**  
**DGC/143 – Processo de Insolvência da Esence, SA – Ratificação de decisões da Comissão de Credores**

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## Objectivo 5

Garantir a disponibilização tempestiva de informação sobre a execução orçamental

Indicador:  
Prazo de disponibilização da informação a partir da data em que é solicitada

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Meta:  
Informação disponibilizada sempre no máximo entre 2 a 3 dias úteis

Nota Explicativa:  
Informação disponibilizada no prazo médio de 2 dias

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## DRC

## Objectivo 1

Contribuir para a optimização da receita emergente da recuperação dos créditos

Indicador:  
Valor das cobranças registadas na Receita do Estado de 2009 / Execução Orçamental (M€)

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Meta:  
Receita cobrada entre 20M€ a 30M€

Nota Explicativa:  
O valor total da receita cobrada ascendeu ao montante de 36, 9 M€.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## Objectivo 2

Contribuir para a optimização da gestão dos créditos do Estado sob administração da DGTF

Indicador:  
Número de Processos de recuperação de créditos extintos (a aferir através da data da confirmação da extinção)

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Meta:  
80 a 120 processos extintos

Nota Explicativa:  
Foi assegurada a extinção de 159 processos, dos quais 61 por pagamento, 54 por extinção do devedor, 30 por anulação da dívida, 7 por prescrição, 3 por cessação do crédito, 2 por dação em pagamento e 2 por compensação de créditos.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## Objectivo 3

Assegurar a resposta em tempo útil a questões submetidas à Divisão

Indicador:  
Prazo médio de resposta (dias) a aferir em função da data de saída do documento da DGTF (Somatório dos dias dispendidos na resposta / Número total de respostas efectuadas)

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Meta:  
Prazo médio de resposta entre 20 a 30 dias

Nota Explicativa:  
O prazo médio de resposta foi de 19 dias.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## Objectivo 4

Garantir a qualidade da informação e pareceres produzidos pela Divisão

Indicador:

Acumulação de pontos atribuídos pela avaliação da qualidade de 3 informações/pareceres produzidos (a seleccionar aleatoriamente) de acordo com os seguintes critérios: Capacidade de síntese – 1 a 3 valores; Sequência lógica de raciocínio – 1 a 3 valores; Nível de linguagem escrita – 1 a 3 valores; Conhecimentos técnicos aplicados – 1 a 3 valores

Meta:

Pontuação obtida entre 6 a 10

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

Obtida a pontuação de 8,7 na avaliação das seguintes informações:

DRC/59 – Extinção do crédito sobre a INTERAGRO

DRC/121 – Regularização dos créditos sobre a Fábrica Mendes Godinho

DRC/197 – Requerimento para regularização extrajudicial de dívida perante a EX/EPAC

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## Objectivo 5

Garantir a disponibilização tempestiva de informação sobre a Conta Geral do Estado

Indicador:

Prazo de disponibilização da informação a partir da data em que é solicitada

Meta:

Informação disponibilizada sempre no máximo entre 5 a 10 dias úteis

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

Informação disponibilizada em 26-02-2009

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## DLR

### Objectivo 1

Diligenciar no sentido da conclusão dos processos de liquidação em curso de entidades do sector público administrativo e empresarial

Indicador:

Número de processos de liquidação concluídos (a aferir através da data da aprovação da conta final de liquidação)

Meta:

3 a 6 processos de liquidação concluídos

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

Foram concluídos 6 processos de liquidação.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

### Objectivo 2

Assegurar a resposta em tempo útil a questões submetidas à Divisão

Indicador:

Prazo médio de resposta (dias) a aferir em função da data de saída do documento da DGTF (Somatório dos dias dispendidos na resposta / Número total de respostas efectuadas)

Meta:

Prazo médio de resposta entre 20 a 30 dias

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

O prazo médio de resposta foi de 27 dias.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):



### Objectivo 3

Garantir a qualidade da informação e pareceres produzidos pela Divisão

Indicador:

Acumulação de pontos atribuídos pela avaliação da qualidade de 3 informações/pareceres produzidos (a seleccionar aleatoriamente) de acordo com os seguintes critérios: Capacidade de síntese – 1 a 3 valores; Sequência lógica de raciocínio – 1 a 3 valores; Nível de linguagem escrita – 1 a 3 valores; Conhecimentos técnicos aplicados – 1 a 3 valores

Meta:

Pontuação obtida entre 6 a 10

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

Obtida a pontuação de 9 na avaliação das seguintes informações:

DLR/129 – Responsabilidades suportadas pela MarCascais, SA com o Campeonato Mundial de Classes Olímpicas de Vela

DLR/109 – AG da GaiaPolis, SA (em liquidação) a realizar em 25-09-2009

DLR/105 – Regularização de responsabilidades no âmbito do Acordo de Reequilíbrio Financeiro do Metro Sul do Tejo

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

### Objectivo 4

Garantir a disponibilização tempestiva de informação sobre a execução orçamental

Indicador:

Prazo de disponibilização da informação a partir da data em que é solicitada

Meta:

Informação disponibilizada sempre no máximo entre 2 a 3 dias úteis

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

Informação disponibilizada no prazo médio de 2 dias.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## GAC

### Objectivo 1

Prestar apoio jurídico a todas as unidades orgânicas da DGTF

Indicador:

Somatório dos dias dispendidos na resposta a solicitações / Número total de respostas solicitadas

Meta:

Resposta dada no prazo médio de 15 dias

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

Foi assegurado um prazo médio de resposta de 15 dias, tendo em conta a complexidade dos trabalhos

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

### Objectivo 2

Apresentar proposta de Relatório de Actividades para 2008

Indicador:

Apresentação de proposta de Relatório de Actividades no prazo de 10 dias úteis a contar da recepção de todos os contributos das unidades operacionais

Meta:

Apresentar proposta entre 8 e 10 dias úteis a contar da recepção de todos os contributos das unidades operacionais

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

O Relatório foi apresentado ao GPEARI em 28 de Maio, tendo o último contributo sido remetido a 21 de Maio.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

### Objectivo 3

#### Apresentar proposta de Plano de Actividades para 2010

Indicador:

Apresentação de proposta de Plano de Actividades para 2009 no prazo de 10 dias úteis a contar da recepção de todos os contributos das unidades operacionais

Meta:

Apresentar proposta entre 8 e 10 dias úteis a contar da recepção de todos os contributos das unidades operacionais

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

O Plano foi apresentado 6 dias após recebimento do último contributo.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## DSGR

### Objectivo 1

#### Assegurar a criação dos Instrumentos de Gestão Documental orientadores da classificação, preservação, selecção e eliminação de documentos

Indicador:

Número de Instrumentos de Gestão Documental criados

Meta:

Entre 5 e 6 Instrumentos de Gestão Documental criados

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Foram criados nove Instrumentos de Gestão Documental: Projecto de Portaria de Gestão de Documentos da DGTF; Folha de Recolha de Dados-Séries Documentais; Folha de Recolha de Dados-Produtores; Tabela de Selecção; Modelo de Auto de Entrega; Modelo de Auto de Eliminação; Modelo de Guia de Remessa; Instrumento de Classificação e Cotação e Quadro de Classificação.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável): OP6

### Objectivo 2

#### Melhorar a disponibilidade dos sistemas de informação da DGTF na Internet (SIRIEF, SIIE, www.dgtf.pt e webmail)

Indicador:

Percentagem de dias com tempos de paragem dos sistemas mencionados superior a 5 minutos, excluindo paragens devidas aos fornecedores de serviços de telecomunicações e energia. (Número de dias com tempos de paragem dos sistemas mencionados superior a 5 minutos / Número total de dias trabalhados)\*100

Meta:

<=10% e >5%

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Durante o período em questão as únicas paragens com tempo superior a 5 minutos deveram-se a falhas prolongadas no fornecimento de energia eléctrica, falhas essas da responsabilidade da EDP.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

### Objectivo 3

#### Proceder à aquisição de bens e serviços por via electrónica

Indicador:

Taxa percentual de bens e serviços adquiridos por via electrónica (Número de bens e serviços adquiridos por via electrónica / Número total de bens e serviços adquiridos)\*100

Meta:

Aquisição entre 40% e 70% de bens e serviços por via electrónica

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

A taxa percentual de bens e serviços adquiridos por via electrónica foi de 48%.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 1****Melhorar a disponibilidade dos sistemas de informação da DGTF na Internet (SIRIEF, SIIE, www.dgtf.pt e webmail)**

Indicador:

Percentagem de dias com tempos de paragem dos sistemas mencionados superior a 5 minutos, excluindo paragens devidas aos fornecedores de serviços de telecomunicações e energia. (Número de dias com tempos de paragem dos sistemas mencionados superior a 5 minutos / Número total de dias trabalhados)\*100

Meta:

&lt;=10% e &gt;5%

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Durante o período em questão as únicas paragens com tempo superior a 5 minutos deveram-se a falhas prolongadas no fornecimento de energia eléctrica, falhas essas da responsabilidade da EDP.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 2****Melhorar os tempos de execução dos pagamentos do Programa Porta 65**

Indicador:

Percentagem de meses, com execução do procedimento informático de pagamento com tempos de execução superiores a 1 dia útil, após boa recepção da informação proveniente do IHRU. (Número de meses, com execução do procedimento informático de pagamento com tempos de execução superiores a 1 dia útil/ Número total de meses com execução do procedimento informático de pagamento)\*100

Meta:

&lt;=10% e &gt;5%

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

A percentagem situou-se nos 8,33% dado que, no mês de Agosto, o tempo de execução do procedimento ultrapassou 1 dia útil.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 3****Implementação da plataforma electrónica de suporte ao Call Center da área patrimonial**

Indicador:

Data da entrada em exploração da plataforma electrónica anteriormente mencionada

Meta:

Entre 1 e 30 de Dezembro de 2009

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

A entrada em produção da plataforma realizou-se no dia 23 de Novembro de 2009.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável): **OP7**

## DEA

### Objectivo 1

Assegurar a criação dos Instrumentos de Gestão Documental orientadores da classificação, preservação, selecção e eliminação de documentos

Indicador:  
Número de Instrumentos de Gestão Documental criados

Meta:  
Entre 5 e 6 Instrumentos de Gestão Documental criados

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Foram criados nove Instrumentos de Gestão Documental: Projecto de Portaria de Gestão de Documentos da DGTf; Folha de Recolha de Dados-Séries Documentais; Folha de Recolha de Dados-Produtores; Tabela de Selecção; Modelo de Auto de Entrega; Modelo de Auto de Eliminação; Modelo de Guia de Remessa; Instrumento de Classificação e Cotação e Quadro de Classificação.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável): OP6

### Objectivo 2

Promover o tratamento e a organização da correspondência e dos fundos documentais previstos

Indicador:  
Taxa média mensal de documentos tratados e organizados. (Número de documentos tratados e organizados / Número total de documentos a tratar e organizar)\*100

Meta:  
=>75% e <=85%

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Em média, foram tratados e organizados cerca de 2.900 documentos por mês, correspondente a uma taxa mensal aproximada de 90%.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

### Objectivo 3

Assegurar a prestação dos serviços com qualidade

Indicador:  
Taxa percentual de trabalhos e serviços apresentados sem incorrecções. (Número total de trabalhos e serviços apresentados sem incorrecções / Número total de trabalhos e serviços apresentados)\*100

Meta:  
> = 75% e <=85%

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

Foram atempadamente prestados trabalhos e serviços sem incorrecções, numa taxa percentual de cerca de 80%.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## DRHF

### Objectivo 1

Proceder à aquisição de bens e serviços por via electrónica

Indicador:  
Taxa percentual de bens e serviços adquiridos por via electrónica (Número de bens e serviços adquiridos por via electrónica / Número total de bens e serviços adquiridos)\*100

Meta:  
Aquisição entre 40% e 70% de bens e serviços por via electrónica

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

A taxa percentual de aquisição de bens e serviços por via electrónica foi de 48%.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## Objectivo 2

### Melhorar a qualificação dos trabalhadores da DGTF

Indicador:

Número médio de horas de formação (Número total de horas de formação dadas / Número total de trabalhadores da DGTF)

Meta:

Número médio de horas de formação =>30 e <60 horas

Não atingido	
Atingido	x
Superado	

Nota Explicativa:

O número médio de horas de formação, de um total de 5928 horas, é de 30,56.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## Objectivo 3

### Garantir a execução orçamental

Indicador:

Percentagem do orçamento executado. (Valor do orçamento executado / Valor do orçamento corrigido)\*100

Meta:

<= 85% e > 95%

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Foi atingida uma taxa de execução de 99,3 %.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

## Objectivo 4

### Implementar a lei de vínculos e carreiras

Indicador:

Data de publicitação da lista de transição

Meta:

Entre 1 e 30 de Novembro de 2009

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

A lista de transição foi afixada em 13.10.2009.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável):

**Objectivo 1****Aprofundar os instrumentos de avaliação e controlo das parcerias e concessões e respectivas concessionárias**

Indicador:

a. Indicador: Taxa percentual de PPP e concessões do universo identificado para acompanhamento para os quais se estabelecem indicadores de identificação de riscos potenciais das concessionárias (Número de PPP e concessões para as quais se estabelece indicador de identificação de riscos potenciais das concessionárias / Número total de PPP e concessões)\*100

b. Indicador: Grau de implementação do sistema de base de dados sobre PPP (até final Outubro de 2009 deverá estar concluída a fase de testes e até final do ano deverá estar disponível informação de caracterização referente a pelo menos 80% das PPP e concessões em exploração do universo identificado)

Meta:

(indicador a. + indicador b.) / 2 = 85%

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

À luz do indicador a), o objectivo foi totalmente atingido, uma vez que foram estabelecidos indicadores para todas as concessões do universo e que constam dos documentos anexos ao relatório anual das PPP de 2009. Relativamente ao indicador b), o objectivo não foi atingido, podendo considerar-se que foi cumprido 80%, uma vez que os testes revelaram a necessidade de serem introduzidos ajustamentos, obrigando a que fosse protelada a fase de introdução de dados (no fim do 1º semestre, antes dos testes, considerou-se que este objectivo estava 70% cumprido). Globalmente, em termos médios, foi cumprido 90% do objectivo.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável): **OP5****Objectivo 2****Melhorar o reporte de informação periódica sobre parcerias público privadas**

Indicador:

Número anual de relatórios periódicos sobre as PPP realizados. Os relatórios deverão cumprir os seguintes requisitos de qualidade: fiabilidade, utilidade da informação e clareza

Meta:

Realizar 2 relatórios periódicos sobre as PPP

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Foram preparados e divulgados, no portal da DGTF, 5 relatórios sobre PPP, um anual e 4 trimestrais.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável): **OP5****Objectivo 3****Melhorar o reporte de informação periódica sobre a situação do Sector Empresarial do Estado (SEE)**

Indicador:

Número anual de relatórios periódicos sobre o SEE preparados. Os relatórios deverão cumprir os seguintes requisitos de qualidade: Fiabilidade, utilidade da informação e clareza

Meta:

Preparar 2 relatórios periódicos sobre o SEE

Não atingido	
Atingido	
Superado	x

Nota Explicativa:

Foram preparados e divulgados, no portal da DGTF, 4 relatórios sobre o SEE, um anual e 3 trimestrais.

Ligação ao Objectivo Operacional (se aplicável): **OP8**



## Anexo 2

### 2. Plano de acção

#### 1 – Definição de um modelo de gestão da carteira de participações do Estado

Verificou-se uma redefinição de prioridades tendo sido decidido não avançar com este projecto em 2009.

#### 2 – Criação de um Sistema de Informação para a Gestão do Crédito Bonificado Concedido a Deficientes

Terminou a fase de análise das especificações funcionais do SIGB (requisitos do SIGB, ecrãs, relatórios, etc).

#### 3 – Princípio da onerosidade de uso

Foram desenvolvidos os trabalhos de avaliação externa das instalações dos serviços e entidades integrados no MFAP. Do total de 205 instalações do Estado, ocupadas, e afectas ao MFAP foram concluídas 125 avaliações com um valor homologado de 190.065.057,00€, ao qual corresponde uma renda de 1.220.972,13€/mês.

#### 4 – Bolsa de avaliadores

Verificou-se uma redefinição de prioridades tendo sido decidido não avançar com este projecto em 2009.

#### 5 – Base de dados sobre heranças, doações e legados

Este projecto encontra-se em curso tendo no entanto sido redefinidas prioridades.

## 6 – Base de dados de processos judiciais em curso

O projecto foi concluído, encontrando-se actualmente a decorrer a fase de testes.

## 7 – Sistema de Gestão Documental

Projecto em curso, foi assegurado o respectivo financiamento pelo QREN, pretende-se a criação de um sistema integrado que substitua os sistemas actualmente utilizados – Webtrix e SGD – e que constituirá uma mais-valia para toda a Organização

## 8 – Tratamento e Informatização dos Arquivos

I. Tratamento e Informatização dos Arquivos – Fundos Documentais;

Foram finalizados e realizados os processos de avaliação, de tratamento arquivístico e de organização dos fundos documentais das entidades públicas extintas: FFAPPAP/CEE, Gabinete da Área de Sines, Portugal Vela 2007, Fundo de Garantia de Riscos Cambiais, Direcção-Geral da Fazenda Pública, RNIP – Rodoviária Nacional Investimentos e Participações, ULTRENA – Sociedade Portuguesa de Comércio de Automóveis, PEC – Produtos Pecuários de Portugal (parte), PEC Tejo, GESTNAVE – Prestação de Serviços Industriais, Fundo Remanescente de Reconstrução do Chiado, assim como de diversos conjuntos documentais produzidos pela DGTF.

Procedeu-se, também, à preparação e incorporação de várias centenas de documentos nos Arquivos Intermédio e Histórico, designadamente, do acervo documental da ex-DGFP no Arquivo Contemporâneo do MFAP.

Foram, igualmente, concretizadas as acções inerentes à valorização, inventariação, classificação e conservação do património arquivístico da DGTF, bem como a adequada redução significativa do volume de documentos, sem quaisquer valores primário e secundário, e à reorganização dos espaços nos diversos Arquivos.

II. Preparação da Portaria contendo a tabela de prazos de conservação arquivística da documentação;

Encontra-se em fase de aprovação pela Direcção-Geral dos Arquivos o projecto de Portaria da DGTF contendo a tabela de prazos de conservação arquivística da documentação instrumento que vai permitir racionalizar a gestão do Arquivo.

I. Desmaterialização do suporte documental na área da gestão imobiliária.

Encontra-se a decorrer o estudo preliminar.

## 9 – Iniciativa Novas Oportunidades

No âmbito da promoção da melhoria da qualificação dos colaboradores 6 colaboradores obtiveram a certificação das suas competências ao nível do 12º ano de escolaridade



## Anexo 3

### 3. Siglas

<b>ABC</b>	Área Bruta de Construção
<b>ABCI</b>	Área Bruta de Construção Interna
<b>ACSS</b>	Administração Central do Sistema de Saúde
<b>AL</b>	Área Locável
<b>CCGP</b>	Conselho de Coordenação de Gestão Patrimonial
<b>DGTF</b>	Direcção-Geral do Tesouro e Finanças
<b>DSAF</b>	Direcção de Serviços de Apoios Financeiros
<b>DSATP</b>	Direcção de Serviços de Apoio Técnico Patrimonial
<b>DSGFO</b>	Direcção de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental
<b>DSGP</b>	Direcção de Serviços de Gestão Patrimonial
<b>DSGR</b>	Direcção de Serviços de Gestão de Recursos
<b>DSPE</b>	Direcção de Serviços de Participações do Estado
<b>DSRF</b>	Direcção de Serviços de Regularizações Financeiras
<b>EPE</b>	Entidade Pública Empresarial
<b>GAC</b>	Gabinete de Apoio e Coordenação

<b>GASEPC</b>	Gabinete de Acompanhamento do Sector Empresarial do Estado, das Parcerias Público-Privadas e das Concessões
<b>GPEARI</b>	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
<b>MFAP</b>	Ministério das Finanças e da Administração Pública
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
<b>ONRH</b>	Observatório Nacional de Recursos Humanos
<b>PALOP</b>	Países de Língua Oficial Portuguesa
<b>PDM</b>	Plano Director Municipal
<b>PEPAC</b>	Programa de Estágios Profissionais na Administração Central
<b>PGPI</b>	Programa de Gestão do Património Imobiliário
<b>PICATFin</b>	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas
<b>PIDDAC</b>	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
<b>PPP</b>	Parcerias Público-Privadas
<b>PRACE</b>	Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
<b>PREDE</b>	Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado
<b>PROTAML</b>	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
<b>QREN</b>	Quadro de Referência Estratégico Nacional
<b>QUAR</b>	Quadro de Avaliação e Responsabilização
<b>RCM</b>	Resolução do Conselho de Ministros
<b>RIAP</b>	Recenseamento de Imóveis da Administração
<b>SCI</b>	Sistema de Controlo Interno
<b>SEE</b>	Sector Empresarial do Estado
<b>SIIE</b>	Sistema de Inventário de Imóveis do Estado
<b>SIRIEF</b>	Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira

## Anexo 4

### 4. Balanço Social





# Balço Social

2009



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças



# Índice

<b>Introdução</b>	<b>03</b>
<b>1. Recursos Humanos</b>	<b>05</b>
1.1 Caracterização dos efectivos	05
1.2 Estrutura Etária	08
1.3 Estrutura de Antiguidades	09
1.4 Trabalhadores portadores de deficiência	10
1.5 Estrutura habilitacional	10
1.6 Mobilidade	12
1.7 Saídas	13
1.8 Admissões e regressos/saídas	14
1.9 Mudança de situação	15
1.10 Modalidades de horário	15
1.11 Trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso complementar e feriados	16
1.12 Ausências	16
1.13 Dias não trabalhados por greve	17
1.14 Higiene e segurança no trabalho	17
1.15 Relações profissionais	18
<b>2. Encargos com Pessoal</b>	<b>19</b>
<b>3. Prestações Sociais</b>	<b>20</b>
<b>4. Formação Profissional</b>	<b>21</b>
<b>5. Disciplina</b>	<b>24</b>

# Introdução

O Balanço Social é um instrumento essencial de informação social e financeira dos recursos humanos nas organizações.

Através deste documento de natureza estatística elaborado nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro, diploma que regulamenta a sua elaboração em toda a Administração Pública no sentido da sua maior eficiência, qualificação e transparência, é possível à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças evidenciar através dos seus indicadores de gestão de recursos humanos os pontos fortes, fracos, os riscos, sua evolução, bem como a tendência de eficiência e eficácia.

Os dados produzidos neste documento permitem à Direcção-Geral efectuar uma avaliação baseada nos seus indicadores, estabelecidos de acordo com as metodologias padronizadas, possibilitando a definição de estratégias nas áreas de recursos humanos e financeiros, de forma a contribuir para uma melhor gestão dos seus efectivos, no que respeita à estabilidade, tecnicidade, motivação, tendo em vista garantir o melhor clima organizacional e reduzir o absentismo.

Assim, da informação do presente documento, é possível inferir, relativamente ao ano de 2009:

- Tendência de redução do número de efectivos, contando o ano de 2009 com 194 pessoas, o que traduz um decréscimo de 4 pessoas relativamente a 2008, ou seja de 2,02%;
- Manifesto envelhecimento de efectivos, atingindo o nível etário 51,28 anos, mantendo-se a faixa etária mais representativa nos 55-59 anos, com 30,93% dos efectivos;
- Elevado nível médio de antiguidade (26,01), com um acréscimo de 0,68 relativamente a 2008, mantendo-se a maior expressão de efectivos desde os últimos 6 anos na faixa dos 30-35 anos de serviço, possuindo 50% dos efectivos uma antiguidade igual ou superior a 27,5 anos (indicada pela mediana);
- A licenciatura é o grau de habilitações predominante, correspondendo a 43,81% dos efectivos totais e 81,96% têm um nível de habilitações igual ou superior ao 11º ano, traduzindo-se assim, num acréscimo de nível habilitacional dos seus efectivos de 4,18% face ao ano 2008;

- Tendência de redução da taxa de absentismo na ordem de 0,63%, passando a situar-se nos 6,43%;
- O número total de horas de formação é de 5.928, com um custo de 20.298,00 €, representando face ao efectivo médio, um grau de participação de 0,74/efectivo e um custo de 103,56 €. Salienta-se a continuidade de concretização do processo de formação enquadrada na Iniciativa Novas Oportunidades, com a certificação de competências ao nível do ensino secundário.

Tornando-se imperioso assegurar no curto prazo a recomposição dos seus efectivos, a Direcção-Geral contará a partir de Julho com 16 estagiários no âmbito do Programa PEPAC, tendo já apresentado à Tutela proposta para a abertura do procedimento concursal para preenchimento de 9 postos de trabalho.

Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, 31 de Março de 2010

O Director-Geral,

Carlos Durães da Conceição

# 1

## Recursos Humanos

### 1.1 Caracterização dos efectivos

A distribuição dos efectivos por grupo profissional segundo a modalidade de vinculação/sexo é a representada no quadro 1.1 e no gráfico seguinte:

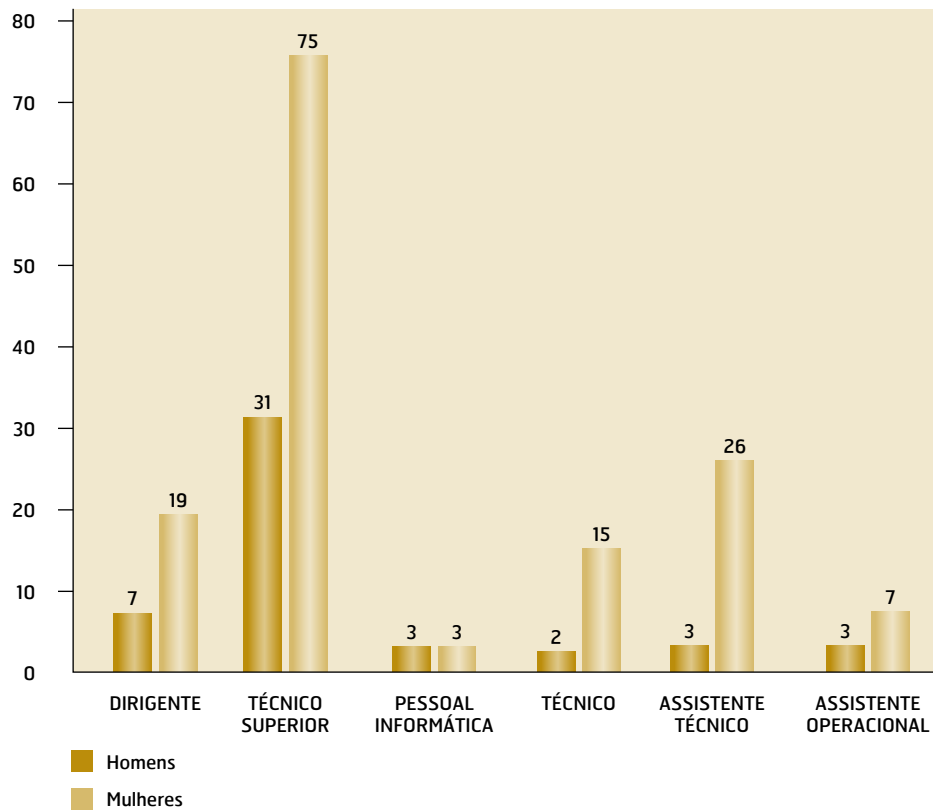
**QUADRO 1.1**  
DISTRIBUIÇÃO DOS EFECTIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL SEGUNDO A MODALIDADE DE VINCULAÇÃO/SEXO

		Dirigente	Técnico Superior	Pessoal de Informática	Técnico	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Total
Total de Efectivos	Homens	7	31	3	2	3	3	49
	Mulheres	19	75	3	15	26	7	145
	<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>106</b>	<b>6</b>	<b>17</b>	<b>29</b>	<b>10</b>	<b>194</b>
CT Funções Públicas por tempo indeterminado	Homens	0	31	3	2	3	3	42
	Mulheres	0	75	3	15	26	7	126
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>106</b>	<b>6</b>	<b>17</b>	<b>29</b>	<b>10</b>	<b>168</b>
Comissão de Serviço	Homens	7	0	0	0	0	0	7
	Mulheres	19	0	0	0	0	0	19
	<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>26</b>

Em 31 de Dezembro de 2009, desempenhavam funções na Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), 194 efectivos, dos quais 168 em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e 26 em comissão de serviço.

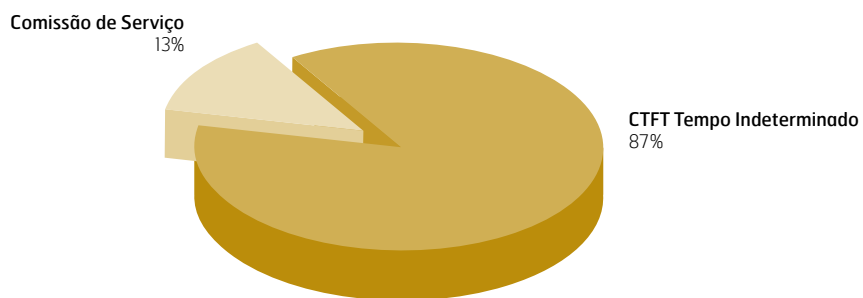


**GRÁFICO 1**  
TOTAL DE EFECTIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL/SEXO

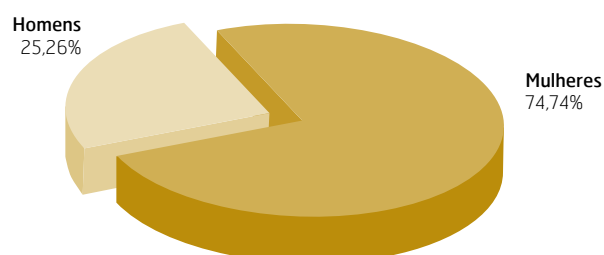


Os gráficos 2 e 3 indicam a distribuição de pessoal efectivo por modalidade de vinculação e sua distribuição por sexo, respectivamente.

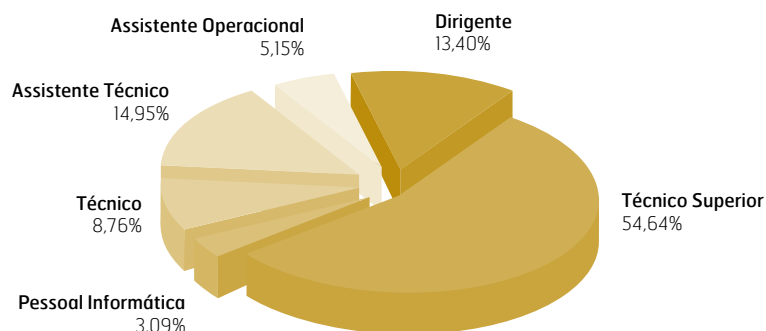
**GRÁFICO 2**  
DISTRIBUIÇÃO DE EFECTIVOS POR MODALIDADE DE VINCULAÇÃO



**GRÁFICO 3**  
PERCENTAGEM DE EFECTIVOS POR SEXO



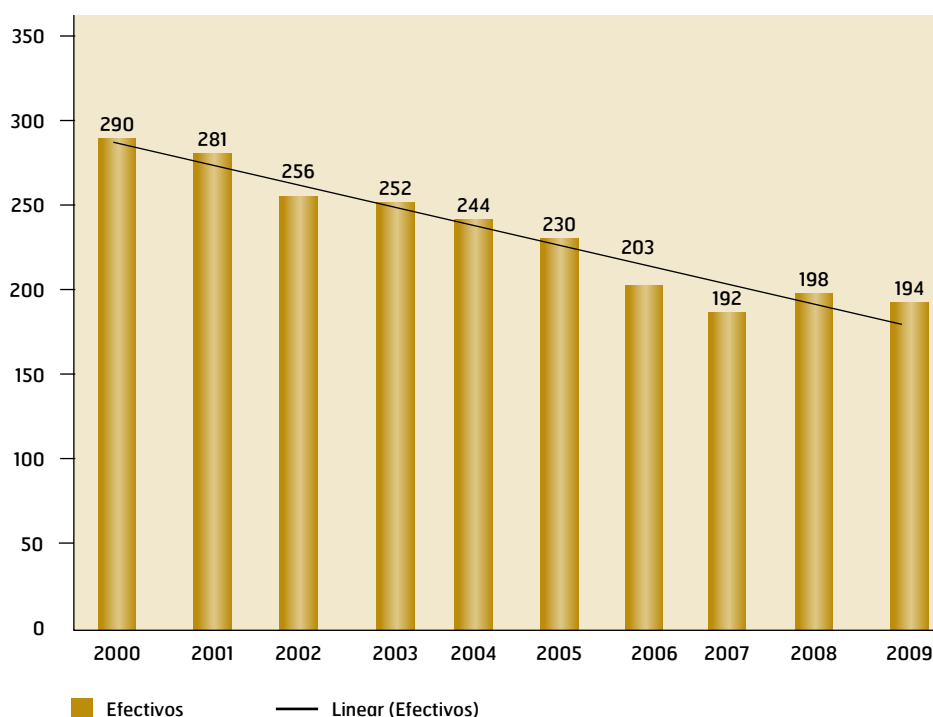
**GRÁFICO 4**  
**PERCENTAGEM DOS EFECTIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL**



Face à distribuição de efectivos por grupos profissionais evidenciada no gráfico 4, verifica-se uma maior concentração de efectivos nos grupos de pessoal técnico superior representada por 54,64% do efectivo total, com um acréscimo de 21,81% relativamente a 2008, o que essencialmente decorreu da transição dos trabalhadores inseridos na carreira Técnica de Fazenda (ex-carreira de regime especial da DGTF) para o grupo em questão<sup>1</sup>, por força do art.º 2, do Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de Julho, seguido do grupo de assistente técnico com 14,95%.

Salienta-se um ligeiro decréscimo de efectivos nos grupos de Assistente Técnico e de Assistente Operacional respectivamente de 0,2% e 0,9%, relativamente ao ano de 2008, que decorre das saídas por aposentação.

**GRÁFICO 5**  
**EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS**



A evolução dos efectivos entre 2000 e 2007 reporta uma diminuição de 98 pessoas, situação somente invertida em 2008, caracterizando-se o ano em análise por uma ligeira diminuição de 2%, por motivo de saídas definitivas do mapa de pessoal por aposentação.

<sup>1</sup> Com efeitos a 1 de Janeiro de 2009

Por sua vez, o peso relativo do pessoal dirigente no conjunto dos trabalhadores é o seguinte:

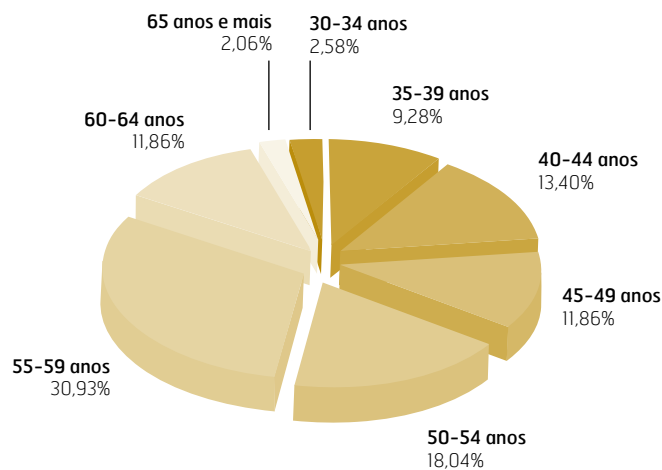
Indicadores de gestão	
Taxa de enquadramento (pessoal dirigente / efectivo em 31 de Dez. x 100)	13,40%

## 1.2 Estrutura Etária

**QUADRO 1.2**  
DISTRIBUIÇÃO DOS EFECTIVOS EM FUNÇÃO DA IDADE/SEXO

	Homens	Mulheres	Total
30-34 anos	2	3	5
35-39 anos	7	11	18
40-44 anos	10	16	26
45-49 anos	4	19	23
50-54 anos	8	27	35
55-59 anos	12	48	60
60-64 anos	5	18	23
65 anos e mais	1	3	4
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>145</b>	<b>194</b>
Nível médio etário: 51,28 anos			

**GRÁFICO 6**  
DISTRIBUIÇÃO DOS EFECTIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS



Idade Média	Mediana	Moda	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
51,28	53	57	32	66	8,16

A distribuição etária espelhada no quadro 1.2 corresponde a uma idade média de 51,28 anos, tendo cerca de 50% dos efectivos idade igual ou superior a 53 anos, tal como evidencia a mediana. Verifica-se que 13,9% dos efectivos têm idade igual ou superior a 60 anos e que apenas 2,6% inferior a 35 anos.

O leque etário registado é de 34 anos, variando entre 32 (mínimo) e 66 (máximo) anos de idade.

Em 2009, o escalão etário com maior índice de efectivos continua a manter-se nos 55-59 anos, correspondente a 30,93% do total, situando neste escalão a moda (57).

Verifica-se assim, em termos comparativos a 2008, um acentuar do aumento de efectivos na citada faixa, devido às restrições em matéria de admissões que têm impossibilitado a inversão da tendência.

Através do **quadro 1.3** evidencia-se a evolução da média etária entre 2007 e 2009.

**QUADRO 1.3**  
EVOLUÇÃO DA MÉDIA ETÁRIA

2007	2008	2009
50,88	50,89	51,28

Em 2009, verifica-se que o nível médio etário, em termos comparativos a 2007 e 2008, sofreu um acréscimo aproximado de 0,4.

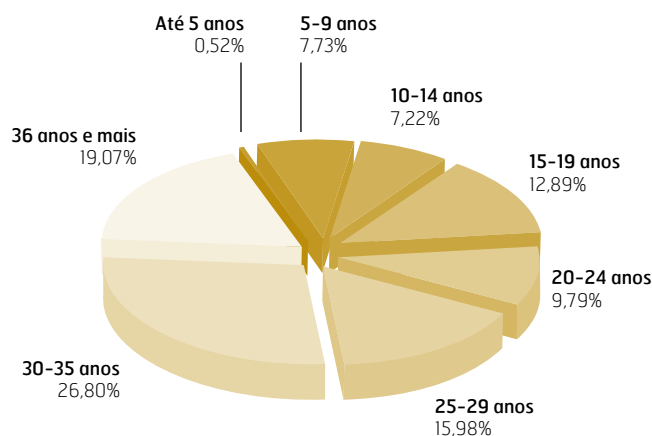
### 1.3 Estrutura de Antiguidades

**QUADRO 1.4**  
DISTRIBUIÇÃO DOS EFECTIVOS EM FUNÇÃO DA ANTIGUIDADE/SEXO

	Homens	Mulheres	Total
Até 5 anos	1	0	1
5-9 anos	5	10	15
10-14 anos	8	6	14
15-19 anos	6	19	25
20-24 anos	6	13	19
25-29 anos	5	26	31
30-35 anos	11	41	52
36 anos ou mais	7	30	37
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>145</b>	<b>194</b>
Nível médio de antiguidade: 26,01 anos			

Em 2009, o nível médio de antiguidade (número de anos de exercício de funções em organismos público) é de 26,01. Em termos de evolução do nível médio de antiguidade, regista-se entre 2008 e 2009, um aumento de 0,68.

**GRÁFICO 7**  
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS EFECTIVOS EM TERMOS DE ANTIGUIDADE



Idade Média	Mediana	Moda	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
26,01	27,5	36	3	44	9,67

A esta distribuição corresponde uma antiguidade média de 26,01 anos, tendo 50% dos efectivos antiguidade igual ou superior a 27,5 anos (indicada pela mediana). Verifica-se que a classe que apresenta maior número de efectivos é a de 30 a 35 anos com 26,80%. É na faixa etária de 36 ou mais que se situa a moda (36).

Através do **gráfico 7** constata-se que 45,88% das pessoas registam uma antiguidade superior a 30 anos e que apenas 8,25% inferior a 10 anos.

**QUADRO 1.5**  
EVOLUÇÃO DO NÍVEL MÉDIO DE ANTIGUIDADE

2007	2008	2009
25,14	25,33	26,01

A diferença do nível médio de antiguidade existente entre 2007 e 2009 é de 0,87, com um aumento de 0,19 em 2008 e um aumento de 0,68, em 2009.

## 1.4 Trabalhadores portadores de deficiência

Do cômputo de 194 efectivos, 10 são trabalhadores com grau de deficiência, representando 5,15% do peso total de efectivos.

**QUADRO 1.6**  
TRABALHADORES DEFICIENTES

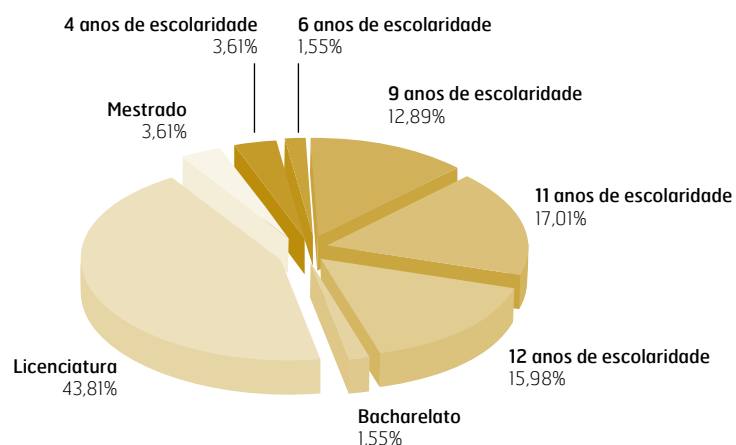
Homens	Mulheres
1	9

## 1.5 Estrutura habilitacional

**QUADRO 1.7**  
DISTRIBUIÇÃO DOS EFECTIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL/SEXO

	Homens	Mulheres	Total
4 anos de escolaridade	0	7	7
6 anos de escolaridade	0	3	3
9 anos de escolaridade	8	17	25
11 anos de escolaridade	6	27	33
12 anos de escolaridade	6	25	31
Bacharelato	1	2	3
Licenciatura	24	61	85
Mestrado	4	3	7
Total	49	145	194

**GRÁFICO 8**  
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS EFECTIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL

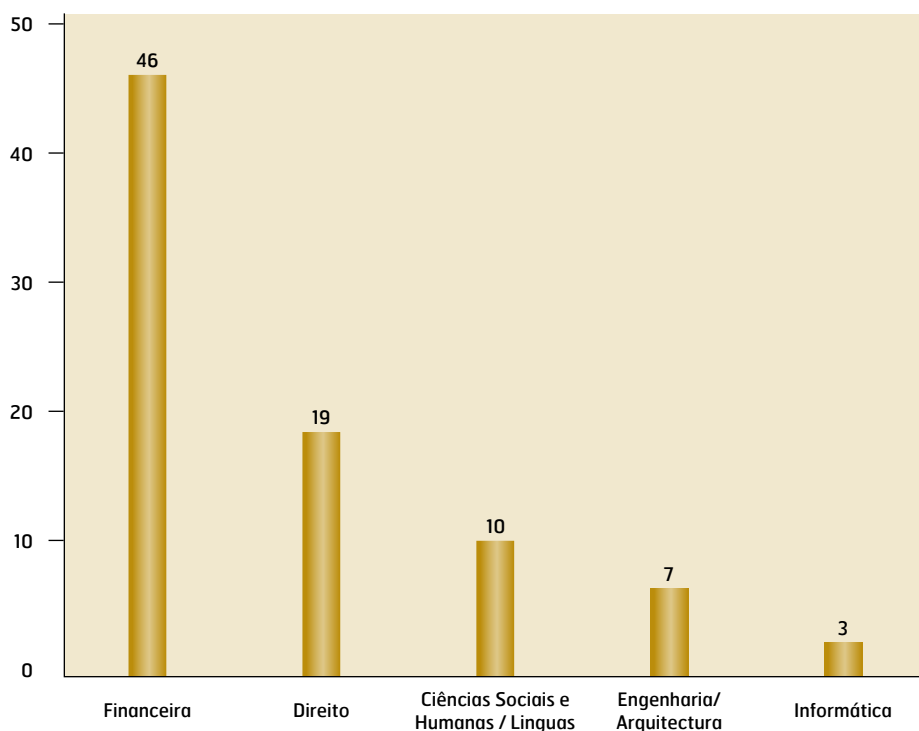


O grupo habilitacional com maior representatividade (43,81%) é o de efectivos com licenciatura.

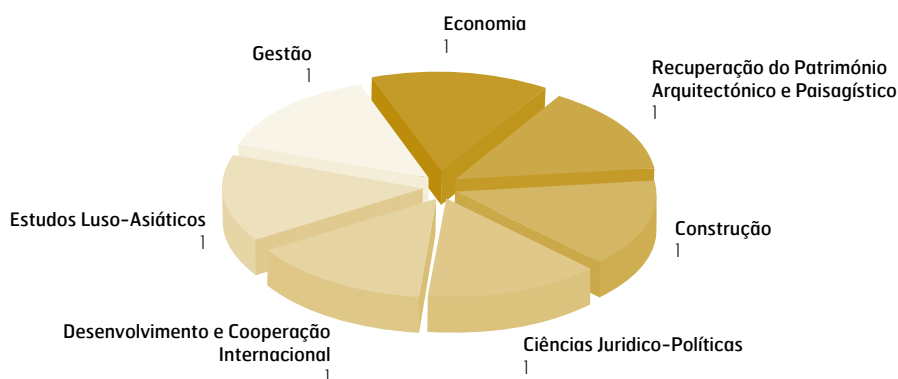
Da análise ao gráfico conclui-se que 81,96% do pessoal tem habilitação de nível igual ou superior ao 11º ano. A licenciatura é o grau académico cuja percentagem (43,81%) se destaca em relação aos restantes, seguido pelo nível habilitacional de 11 anos de escolaridade representado por 17,01%.

Realça-se que, no âmbito da iniciativa Novas Oportunidades, 6 pessoas concluíram em 2009, o processo RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, ao nível do 12º ano de escolaridade.

**GRÁFICO 9**  
ÁREAS DE LICENCIATURA DETIDAS PELOS DIRIGENTES E TÉCNICOS SUPERIORES



**GRÁFICO 10**  
**ÁREAS DE MESTRADO DETIDAS PELOS DIRIGENTES E TÉCNICOS SUPERIORES**



Indicadores de gestão	
Taxa de formação de grau igual ou superior ao bacharelato (mestrado + licenciatura+bacharelato / efectivos a 31 de Dez. 2009 x100)	48,97%
Taxa de Tecnicidade (sentido restrito) (técnico superior + especialista informática / efectivos a 31 de Dez. 2009 x 100)	34,02%
Taxa de Tecnicidade (sentido lato) (técnico superior + especialista. e técnico informática + técnico / efectivos a 31 de Dez. 2009 x 100)	66,50%

## 1.6 Mobilidade

### Admissões e regressos

**QUADRO 1.8**  
**MOVIMENTO DE ADMISSÕES E REGRESSOS POR GRUPO PROFISSIONAL/SEXO**

		Dirigente	Técnico Superior	Pessoal de Informática	Técnico	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Total
Procedimento Concursal	Homens	0	0	0	0	0	0	0
	Mulheres	0	1	0	0	0	0	1
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Nomeação/ Comissão de Serviço	Homens	0	0	0	0	0	0	0
	Mulheres	1	0	0	0	0	0	1
	<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Fim de Mobilidade Interna/Cessação de funções	Homens	0	2	0	0	0	0	2
	Mulheres	0	1	0	0	0	0	1
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
Mobilidade interna	Homens	0	1	0	0	1	0	2
	Mulheres	0	3	0	0	0	0	3
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>5</b>
Transferência	Homens	0	0	0	0	0	0	0
	Mulheres	0	1	0	0	0	0	1
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>Total</b>	Homens	0	3	0	0	1	0	4
	Mulheres	1	6	0	0	0	0	7
	<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>11</b>

Taxa de Admissão:  $\frac{11}{194} = 5,67\%$

Em 2009, ocorreram 11 admissões/regressos, pelo que a taxa de admissão situou-se em 5,67%.

Verificou-se a admissão de 1 trabalhador por procedimento concursal, 1 por transferência, cujo processo foi concluído em 2008, 1 em regime de nomeação/comissão de serviço e 5 em mobilidade interna.

Ocorreu o regresso de 3 trabalhadores que terminaram funções em outros organismos públicos.

## 1.7 Saídas

**QUADRO 1.9**  
**MOVIMENTO DE SAÍDAS SEGUNDO SITUAÇÃO NO MAPA DE PESSOAL/SEXO**

		Dirigente	Técnico Superior	Pessoal de Informática	Técnico	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Total
Do Mapa de Pessoal	Homens	0	5	0	0	0	0	5
	Mulheres	0	6	0	0	2	2	10
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>15</b>
Fora do Mapa de Pessoal	Homens	0	0	0	0	0	0	0
	Mulheres	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	Homens	0	5	0	0	0	0	5
	Mulheres	0	6	0	0	2	2	10
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>15</b>

Taxa de saída:  $\frac{15}{194} = 7,73\%$

**QUADRO 1.10**  
**MOVIMENTO DE SAÍDAS SEGUNDO O MOTIVO/GRUPO PROFISSIONAL/SEXO**

		Dirigente	Técnico Superior	Pessoal de Informática	Técnico	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Total
Aposentação	Homens	0	3	0	0	0	0	3
	Mulheres	0	3	0	0	2	2	7
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>10</b>
Falecimento	Homens	0	0	0	0	0	0	0
	Mulheres	0	1	0	0	0	0	1
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Mobilidade Interna /Cedência de interesse público	Homens	0	2	0	0	0	0	2
	Mulheres	0	2	0	0	0	0	2
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>
<b>Total</b>	Homens	0	5	0	0	0	0	5
	Mulheres	0	6	0	0	2	2	10
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>15</b>

Em 2009, verificaram-se 11 saídas definitivas e 4 saídas temporárias para outros serviços da Administração Pública. A taxa de saída situou-se nos 7,73%.



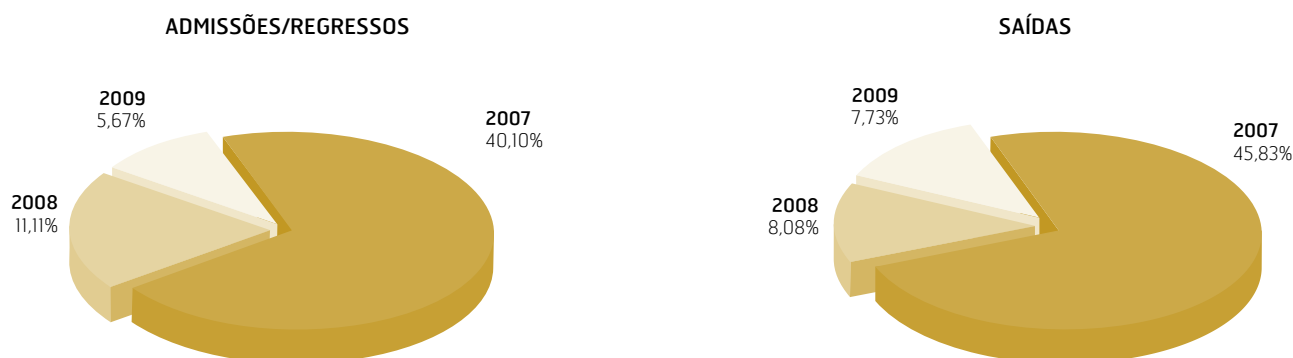
## 1.8 Admissões e regressos/saídas

**QUADRO 1.11**  
EVOLUÇÃO DAS ADMISSÕES E REGRESSOS/SAÍDAS

	2007	2008	2009
Admissões / regressos	77	22	11
Saídas	88	16	15
<b>SALDO</b>	<b>-11</b>	<b>6</b>	<b>-4</b>

Em 2009, o número das entradas foi inferior ao das saídas, tendência já verificada em anos anteriores a 2008.

**GRÁFICO 11**  
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL/ROTAÇÃO DE PESSOAL



O indicador social “*Turn Over*” exprime o número de rotação de efectivos que entraram e saíram da organização. Em 2009, na Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, o referido indicador situou-se em 6,70%, com uma redução de 2,9% em relação a 2008, facto que deriva do número de trabalhadores que passaram à situação de aposentação (5,15%).

*Turn-over* em 2007 = 42,97%

*Turn-over* em 2008 = 9,60%

*Turn-over* em 2009 = 6,70%

Indicadores de gestão	
<b>Índice de Rotação de Efectivos</b> (total de efectivos a 31 Dez. 2009 / total de efectivos a 1 Jan. 2009 + n.º de admissões e regressos em 2009 + n.º de saídas em 2009)	<b>0,866</b>
<b>Taxa de Admissões e Regressos</b> (Total n.º de admissões e regressos em 2009 / total de efectivos a 31 Dez. 2009 x100)	<b>5,7%</b>
<b>Taxa de Saída</b> (N.º de saídas em 2009 / total de efectivos a 31 Dez. 2009 x100)	<b>7,73%</b>
<b>Taxa de Redimensionamento</b> (total de efectivos a 31 Dez. 2009 - total de efectivos a 1 Jan. 2009 / total de efectivos a 31 Dez. 2009 x 100)	<b>-2,06%</b>
<b>Taxa de Reposição</b> (N.º de admissões e regressos em 2009 / n.º de saídas em 2009 x 100)	<b>73,3%</b>

## 1.9 Mudança de situação

**QUADRO 1.12**  
MUDANÇA DE SITUAÇÃO DOS EFECTIVOS SEGUNDO SEXO/GRUPO PROFISSIONAL

		Dirigente	Técnico Superior	Pessoal de Informática	Técnico	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Total
Promoções Mudança de nível	Homens	0	0	1	0	0	0	1
	Mulheres	0	0	0	2	0	0	2
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
Alterações de posicionamento remuneratório Opção gestionária	Homens	1	5	0	1	2	0	9
	Mulheres	1	7	1	2	13	6	30
	<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>15</b>	<b>6</b>	<b>39</b>
Alterações de posicionamento remuneratório obrigatório	Homens	1	3	0	0	0	0	4
	Mulheres	0	4	0	0	0	0	4
	<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>

Em 2009, foram promovidas 2 pessoas da carreira técnica do património e verificou-se uma mudança de nível de 1 pessoa na carreira especialista de informática, representando 1,55% do número total de efectivos.

Em termos globais 50 trabalhadores viram melhorada a sua situação remuneratória, o que representa 25,77% do total de efectivos.

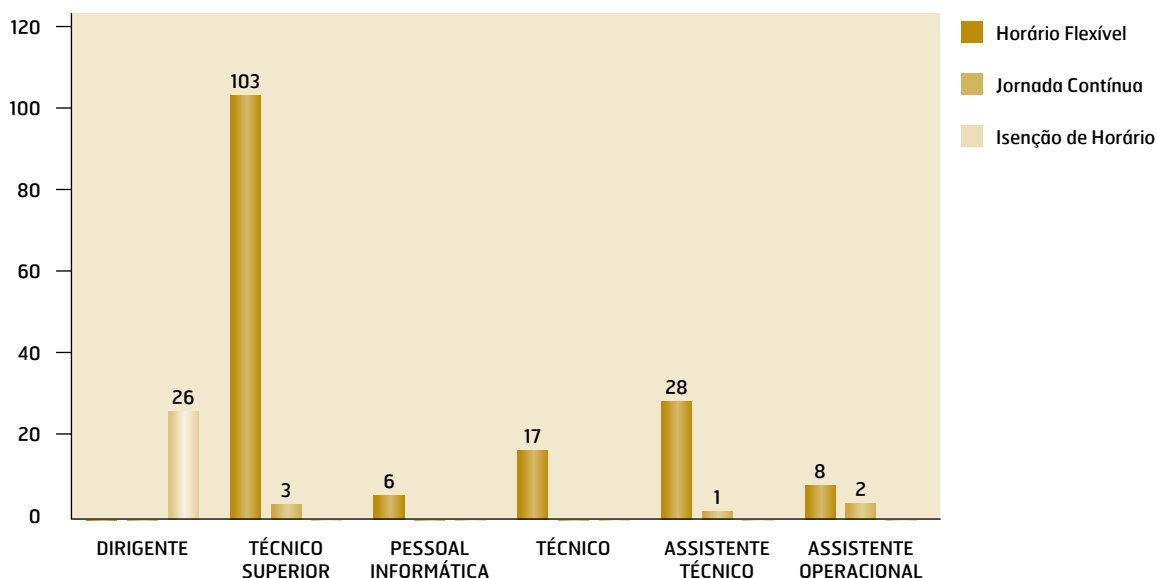
## 1.10 Modalidades de horário

**QUADRO 1.13**  
DISTRIBUIÇÃO DE EFECTIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL E SEGUNDO HORÁRIO PRATICADO

	Dirigente	Técnico Superior	Pessoal de Informática	Técnico	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Total
Horário Flexível	0	103	6	17	28	8	162
Jornada contínua	0	3	0	0	1	2	6
Isenção de horário	26	0	0	0	0	0	26
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>106</b>	<b>6</b>	<b>17</b>	<b>29</b>	<b>10</b>	<b>194</b>

Cumprem horário flexível 83,51% dos efectivos, 13,40% têm isenção de horário e 3,09% praticam horário de jornada contínua.

**GRÁFICO 12**  
MODALIDADES DE HORÁRIO



## 1.11 Trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso complementar e feriados

**QUADRO 1.14**  
TRABALHO EXTRAORDINÁRIO (EM HORAS)

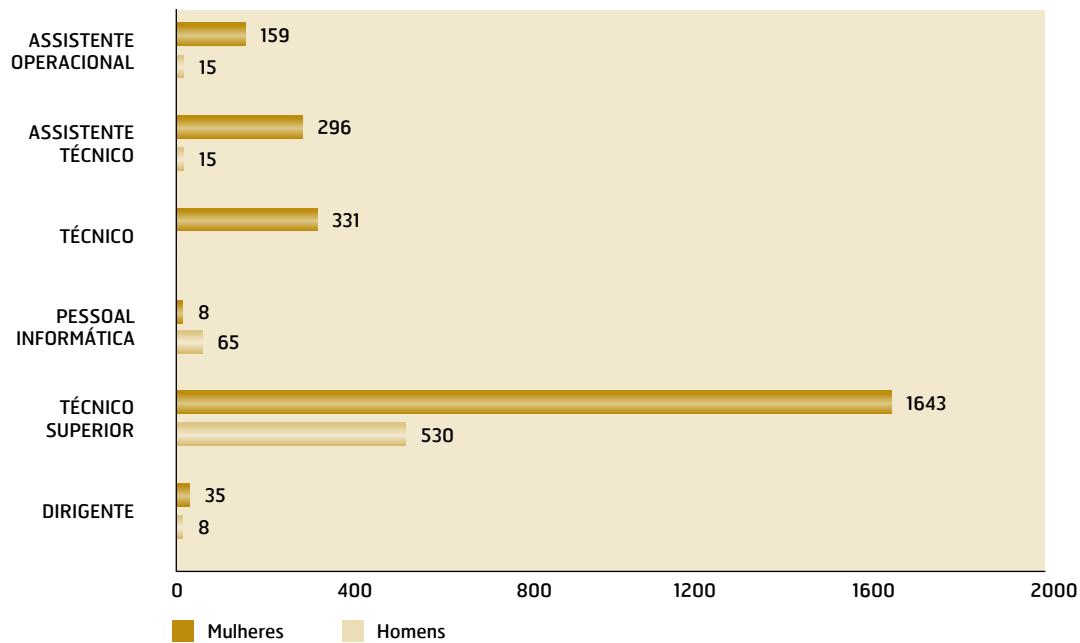
	Homens	Mulheres	Total
Trabalho extraordinário (Diurno e Nocturno)	1 604	2 220	3 824
Trabalho em dias de descanso complementar	98	137	235
Trabalho em dias de descanso semanal	14	0	14
Trabalho em dias feriado	14	14	28
<b>Total</b>	<b>1 730</b>	<b>2 371</b>	<b>4 101</b>

## 1.12 Ausências

**QUADRO 1.15**  
AUSÊNCIAS

		Dirigente	Técnico Superior	Pessoal de Informática	Técnico	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Total
<b>Casamento</b>	Homens	0	0	15	0	0	0	15
	Mulheres	0	15	0	0	0	0	15
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>30</b>
<b>Maternidade/ Paternidade</b>	Homens	0	32	0	0	0	0	32
	Mulheres	0	150	0	0	0	0	150
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>182</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>182</b>
<b>Falecimento de Familiar</b>	Homens	3	12	0	0	0	0	15
	Mulheres	2	25	0	0	4	9	40
<b>Total</b>		<b>5</b>	<b>37</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>55</b>
<b>Doença</b>	Homens	0	256	45	0	9	13	323
	Mulheres	16	727	0	60	170	140	1113
<b>Total</b>		<b>16</b>	<b>983</b>	<b>45</b>	<b>60</b>	<b>179</b>	<b>153</b>	<b>1 436</b>
<b>Internamento</b>	Homens	0	6	0	0	0	2	8
	Mulheres	0	14	0	0	12	0	26
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>20</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>34</b>
<b>Junta médica</b>	Homens	0	216	0	0	0	0	216
	Mulheres	0	552	0	252	0	0	804
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>768</b>	<b>0</b>	<b>252</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 020</b>
<b>Assistência familiares &lt;10 anos</b>	Homens	0	6	2	0	0	0	8
	Mulheres	15	80	0	0	0	0	95
<b>Total</b>		<b>15</b>	<b>86</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>103</b>
<b>Assistência familiares &gt;10 anos</b>	Homens	5	0	0	0	6	0	11
	Mulheres	2	78	8	0	36	10	134
<b>Total</b>		<b>7</b>	<b>78</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>42</b>	<b>10</b>	<b>145</b>
<b>Trabalhador estudante</b>	Homens	0	0	3	0	0	0	3
	Mulheres	0	1	0	16	73	0	90
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>16</b>	<b>73</b>	<b>0</b>	<b>93</b>
<b>Com perda de vencimento</b>	Homens	0	0	0	0	0	0	0
	Mulheres	0	0	0	0	1	0	1
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>Dispensa de membros da mesa de voto</b>	Homens	0	2	0	0	0	0	2
	Mulheres	0	1	0	3	0	0	4
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>
<b>Total</b>	Homens	8	530	65	0	15	15	633
	Mulheres	35	1 643	8	331	296	159	2 472
<b>Total</b>		<b>43</b>	<b>2 173</b>	<b>73</b>	<b>331</b>	<b>311</b>	<b>174</b>	<b>3 105</b>

**GRÁFICO 13**  
**AUSÊNCIAS AO TRABALHO POR GRUPO PROFISSIONAL/SEXO**



**Indicadores de gestão**

<b>Taxa de absentismo</b> (n.º de ausências (para efeitos de absentismo) / n.º anual de dias trabalháveis x n.º de efectivos Dez. 2009 x 100)	<b>6,43%</b>
<b>N.º médio de dias de absentismo</b> (n.º de ausências (para efeitos de absentismo) / n.º de efectivos Dez.2009)	<b>16</b>

Em 2009, a taxa de absentismo situou-se nos 6,43%, registando-se uma diminuição em termos percentuais na ordem de 0,63%, comparativamente ao ano de 2008 (7,06%).

O número total de ausências ao trabalho em 2009 é de 3105 dias. Relativamente a este total os valores que assumem maior expressão resultam de ausências por doença e por junta médica, que representam 79,09%.

### 1.13 Dias não trabalhados por greve

Não ocorreram dias não trabalhados por greve.

### 1.14 Higiene e segurança no trabalho

**QUADRO 1.16**  
**NÚMERO DE ACIDENTES COM BAIXA E NÚMERO DE DIAS PERDIDOS COM BAIXA**

	No local de trabalho		In itinere	
	- de 60 dias de baixa	+ de 60 dias de baixa	- de 60 dias de baixa	+ de 60 dias de baixa
Número de acidentes com baixa	1	1	2	0
Número de dias perdidos com baixa	9	170	60	0

Em 2009, registaram-se quatro acidentes em serviço, dos quais dois no local de trabalho e dois *in itinere*, resultando em 239 dias de incapacidade temporária para o trabalho. Não se verificaram doenças profissionais.

## 1.15 Relações profissionais

**QUADRO 1.17**  
ORGANIZAÇÃO E ACTIVIDADE SINDICAL

Organização e actividade sindical	
Trabalhadores sindicalizados	18
Taxa de sindicalização	9,28%

**QUADRO 1.18**  
PERFIL TIPO DO TRABALHADOR DA DGTF

Género	Carreira	Habilitação	Média Idade	Média Antiguidade	Relação Jurídica de emprego	Regime de horário trabalho
Mulher	Técnica Superior	Licenciatura	51,93	26,93	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	Flexível

# 2

## Encargos com Pessoal

**QUADRO 2.1**  
ENCARGOS COM O PESSOAL

Encargos com o pessoal	
Remuneração base	5.343.985 €
Trabalho extraordinário	19.659 €
Trabalho em dia de descanso semanal, complementar e feriados	4.851 €
Ajudas de custo	5.009 €
Representação	91.761 €
Secretariado	2.799 €
Alterações de posicionamento remuneratório	63.699 €
Prémios de desempenho	67.069 €
Outros	400.989 €
<b>Total</b>	<b>5.999.821 €</b>
Leque salarial ilíquido =	>remuneração base ilíquida
	<remuneração base ilíquida
Leque salarial ilíquido =	> 4.707,33
	<600,74
Leque salarial ilíquido	7,8

# 3

## Prestações Sociais

**QUADRO 3.1**  
**ENCARGOS COM PRESTAÇÕES SOCIAIS**

Encargos com prestações sociais	
Parentalidade	10.956 €
Subsídio de refeição	184.037 €
Abono de família	15.345 €
Outras prestações sociais	1.879 €
<b>Total</b>	<b>212.217 €</b>

Indicadores de gestão	
% Remuneração Base face aos Encargos com Pessoal (total de remunerações base / encargos com pessoal x 100)	<b>89,07%</b>
Média da Remuneração Base Anual (total de remunerações base / Média do n.º de efectivos x 100)	<b>27 265,23 €</b>
% Custo Trabalho Suplementar face aos encargos com Pessoal (custo com trabalho extraord. + custo com trab.normal nocturno + custo com trab. em Dia de Descanso Sem. Compl. e Feriados / encargos com pessoal x 100)	<b>0,41%</b>
Custo Médio Anual por Trabalhador (Encargos com pessoal / Média do n.º de efectivos)	<b>30.611,33 €</b>



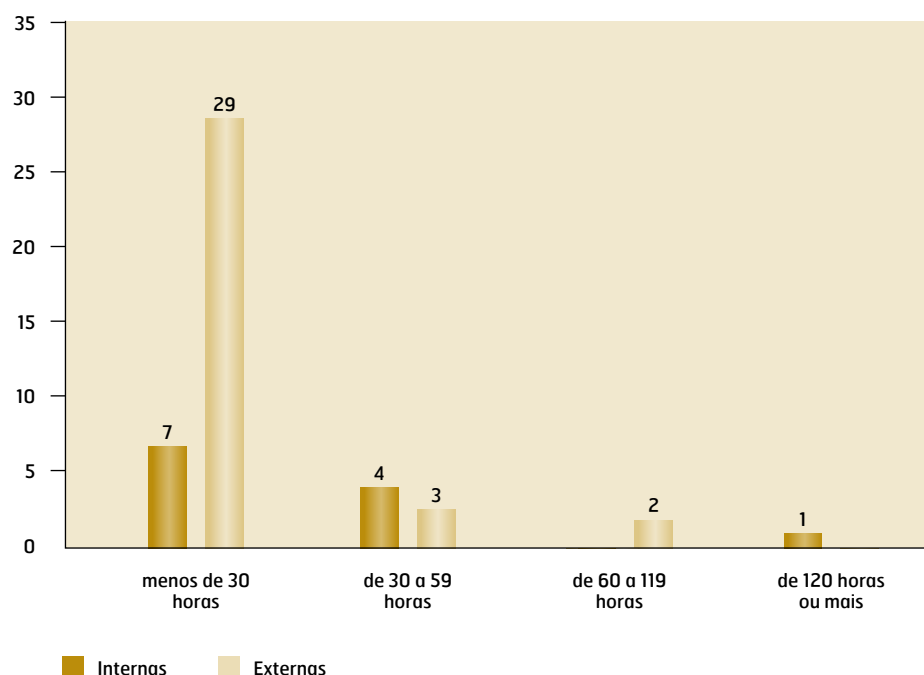
# 4

## Formação Profissional

**QUADRO 4.1**  
FORMAÇÃO PROFISSIONAL

	menos de 30 horas	de 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	de 120 horas ou mais	Total
Internas	7	4	0	1	12
Externas	29	3	2	0	34
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>46</b>

**GRÁFICO 14**  
DISTRIBUIÇÃO DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO POR TIPO E DURAÇÃO (HORAS)





Relativamente à duração das acções constata-se que, tanto as acções internas como as externas de duração inferior a 30 horas, são as mais representativas, seguidas das de duração de 30 a 59 horas.

Em número de acções de formação, regista-se uma diminuição percentual de 8% em relação ao ano anterior.

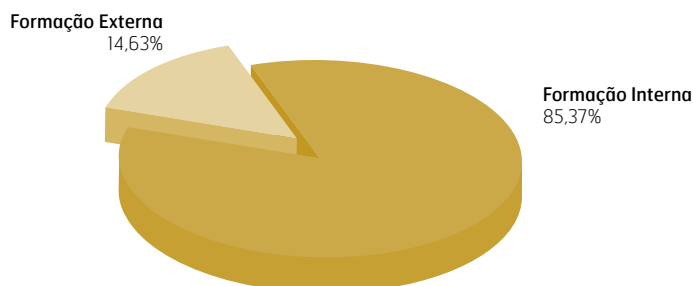
**QUADRO 4.2**  
**NÚMERO DE PARTICIPANTES POR GRUPO PROFISSIONAL**

	Dirigente	Técnico Superior	Pessoal de Informática	Técnico	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Total
Internas	22	56	1	6	22	2	109
Externas	9	23	1	0	4	0	37
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>79</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>26</b>	<b>2</b>	<b>146</b>

**QUADRO 4.3**  
**HORAS DE FORMAÇÃO POR GRUPO PROFISSIONAL**

	Dirigente	Técnico Superior	Pessoal de Informática	Técnico	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Total
Internas	278	1787	6	400	2490	100	5061
Externas	300,5	503,5	18	0	45	0	867
<b>Total</b>	<b>578,5</b>	<b>2290,5</b>	<b>24</b>	<b>400</b>	<b>2535</b>	<b>100</b>	<b>5928</b>

**GRÁFICO 15**  
**DISTRIBUIÇÃO DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO (INTERNA E EXTERNA)**

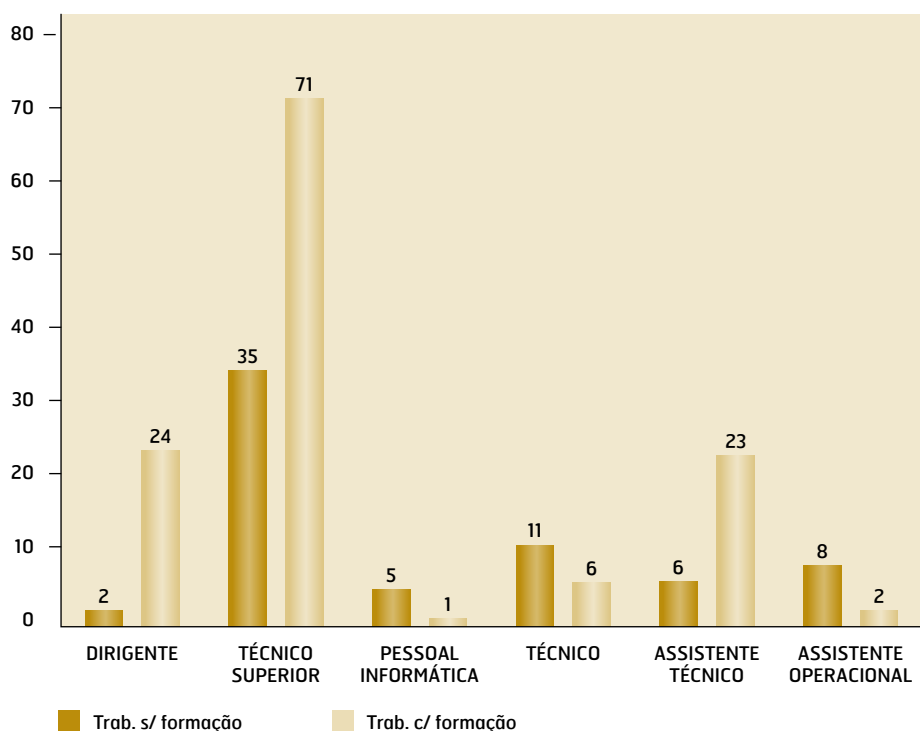


Realizaram-se 46 acções de formação, 12 acções na vertente interna e 34 na externa, as quais abrangeram 127 trabalhadores, registando-se um total de 5.928 horas de formação.

As horas de formação na vertente interna representam 85,37% do volume de formação, enquanto as da vertente externa equivalem a 14,63%, tendo a duração média por participante sido de 30,56 horas.

O grau de oportunidade de frequência das acções de formação representou 0,74 por pessoa.

**GRÁFICO 16**  
**TRABALHADORES COM/SEM FORMAÇÃO POR GRUPO PROFISSIONAL**



**QUADRO 4.4**  
**ENCARGOS COM FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Encargos com formação profissional	
Interna	4.320,00 €
Externa	15.978,00 €
<b>Total</b>	<b>20.298,00 €</b>

Os custos relativos à realização das acções de formação totalizam 20.298,00 €, registando-se face ao efectivo médio, um custo de 103,56 € /formando.

Indicadores de gestão	
<b>Taxa de participação em acções de formação</b> (N.º de participantes/ média do n.º de efectivos x100)	<b>74,49%</b>
<b>Taxa de participação em acções de formação internas</b> (N.º de participantes em acções internas/ média do n.º de efectivos x100)	<b>55,61%</b>
<b>Taxa de participação em acções de formação externas</b> (N.º de participantes em acções externas/ média do n.º de efectivos x100)	<b>18,88%</b>
<b>% Custos com formação face aos Encargos com Pessoal</b> (total de custos com formação profissional / n.º de horas trabalháveis x n.º de efectivos a 31 de Dez. 2009 x 100)	<b>0,42%</b>



# 5

## Disciplina

No decorrer do ano 2009, não foram instaurados processos disciplinares.